

**XI CONGRESSO NACIONAL
DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA**

*Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos
Em Homenagem a Joaquim Mattoso Câmara Jr.*

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(de 27 a 31 de agosto de 2007)

Cadernos do CNLF

Vol. XI, N° 07

ANÁLISE

DO DISCURSO

Rio de Janeiro
CiFEFiL
2008

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DEPARTAMENTO DE LETRAS

Reitor

Ricardo Vieiraves de Castro

Vice-Reitora

Maria Christina Paixão Maioli

Sub-Reitora de Graduação

Lená Medeiros de Menezes

Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa

Monica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Regina Lúcia Monteiro Henriques

Diretora do Centro de Educação e Humanidades

Glauber Almeida de Lemos

Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Maria Tereza Goudard Tavares

Vice-Diretor da Faculdade de Formação de Professores

Catia Antonia da Silva

Chefe do Departamento de Letras

Leonardo Pinto Mendes

Sub-Chefe do Departamento de Letras

Iza Terezinha Gonçalves Quelhas

Coordenador de Publicações do Departamento de Letras

José Pereira da Silva

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Rua São Francisco Xavier, 512 / 97 – Mangueira – 20943-000 – Rio de Janeiro – RJ
pereira@filologia.org.br – (21) 2569-0276 – **www.filologia.org.br**

DIRETOR-PRESIDENTE

José Pereira da Silva

VICE-DIRETORA

Cristina Alves de Brito

PRIMEIRA SECRETÁRIA

Délia Cambeiro Praça

SEGUNDO SECRETÁRIO

Sérgio Arruda de Moura

DIRETOR CULTURAL

José Mario Botelho

VICE-DIRETORA CULTURAL

Antônio Elias Lima Freitas

DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto

VICE-DIRETORA DE RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Lúcia Mexias-Simon

DIRETORA FINANCEIRA

Ilma Nogueira Motta

VICE-DIRETORA FINANCEIRA

Carmem Lúcia Pereira Praxedes

DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Amós Coêlho da Silva

VICE-DIRETOR DE PUBLICAÇÕES

Alfredo Maceira Rodríguez

XI CONGRESSO NACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOGIA

de 27 a 31 de agosto de 2007

COORDENAÇÃO GERAL

*José Pereira da Silva
Cristina Alves de Brito
Delia Cambeiro Praça*

COMISSÃO ORGANIZADORA E EXECUTIVA

*Amós Coêlho da Silva
Ilma Nogueira Motta
Maria Lúcia Mexias Simon
Antônio Elias Lima Freitas
Carmem Lúcia Pereira Praxedes
Sérgio Arruda de Moura*

COORDENAÇÃO DA COMISSÃO DE APOIO

*José Mario Botelho
Valdênia Teixeira de Oliveira Pinto
Sílvia Avelar Silva*

COMISSÃO DE APOIO ESTRATÉGICO

*Centro Filológico Clóvis Monteiro (CFCM)
Magda Bahia Schlee Fernandes*

Laboratório de Idiomas do Instituto de Letras (LIDIL)

SECRETARIA GERAL

Sílvia Avelar Silva

SUMÁRIO

0-	Apresentação – <i>José Pereira da Silva</i>	06
1.	A contribuição dos gêneros emergentes (hiper [textos]) para as novas leituras e escrita – <i>Kelly Christine Lisboa Diniz</i>	09
2.	A figura do presidente: construções identitárias na voz do jornalista estrangeiro – <i>Roberta Fernandes Pacheco</i>	18
3.	A força da linguagem publicitária – <i>Ilana da Silva Rebello Viagas</i>	30
4.	A utilização de recursos retóricos pelo heresiólogo jerônimo – <i>Luís Carlos Lima Carpinetti</i>	43
5.	Discursos a favor do golpe: a produção de enunciados anticomunistas e a construção do golpe de 1964 – contribuições da AD na análise histórica - <i>Pâmella Deusdará</i>	58
6.	Anáfora indireta: um elemento de progressão referencial no texto falado? – <i>Carmen Elena das Chagas</i>	67
7.	As diferentes faces utilizadas na construção de raps – <i>Tatiana Aparecida Moreira</i>	75
8.	Cortes e ideologia: por uma análise do discurso moral em textos teatrais censurados – <i>Eduardo Silva Dantas de Matos</i> e <i>Rosa Borges dos Santos</i>	93
9.	Credibilidade e identificação: estratégias argumentativas de construção discursiva – <i>Sigríd Castro Gavazzi</i>	10
10.	Criança ou professor: o leitor da Ciência Hoje das Crianças – <i>Angela Corrêa Ferreira Baalbaki</i>	108
11.	Democracia representativa ou democracia participativa:: análise do discurso de posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – <i>Augusta Porto Avalle</i>	120
12.	Dicções da comunidade imaginada - <i>Denise Brasil A. Aguiar</i>	134
13.	Diferença, traço e inscrição: Derrida e a escritura cognitiva do mundo – <i>Carlos Alvarez Maia</i>	144
14.	Discurso jurídico, argumentação e construção de um direito – <i>Isabel Cristina Rodrigues</i>	152

APRESENTAÇÃO

Temos o prazer de apresentar-lhe os quatorze trabalhos que selecionamos para esse número 07 do volume XI dos Cadernos do CNLF, sobre Análise do Discurso e temas similares.

Apresentamos-lhe, a seguir, um resumo de cada um deles, pela ordem que consta no sumário anteriormente apresentado.

No primeiro artigo, Kelly mostra que a Internet aparece no cenário social-tecnológico acelerando as funções do indivíduo e, em consequência, a própria leitura passa a ocupar um lugar frenético e a escrita passa a ser mediadora de comunicações dinâmicas, principalmente entre os jovens.

No segundo, Roberta analisa o modo pelo qual as formas de nomeação atribuídas por jornalistas estrangeiros ao Lula em campanha eleitoral constroem sua identidade como Presidente do Brasil, fazendo uma numa articulação entre linguagem e identidade e abordando o discurso como exercício do poder através de notícias publicadas, via internet, em jornais estrangeiros de língua espanhola. Essa análise nos faz questionar como de fato o discurso, vinculado ao poder, pode ser manipulador e manipulado por quem o detêm.

No terceiro, Ilana nos faz perceber como a linguagem publicitário nos atrai de forma inconsciente, seduzindo-nos e absorvendo nossa liberdade de decidir. Seu texto nos revela os valores, os aspectos culturais de um povo e os modos de expressão de uma época. A autora analisa os mecanismos de construção desse texto, quais sejam: o desdobramento dos sujeitos, as estratégias de persuasão e o tipos discursivos (enunciativo, narrativo e argumentativo).

No quarto artigo, Luís expõe a variedade dos recursos retóricos de que se serve Santo Agostinho para tratar a questão das heresias que abalaram a cristandade em seu tempo, dependendo da diversidade de situações e do talento deste autor, que recebeu da tradição clássica uma altíssima conceituação.

Pâmella, no quinto artigo, analisa os eventos da política nacional desencadeada em 1964, elegendo o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais(IPÊS) como objeto do trabalho e como suporte teórico básico a noção de *prática discursiva* (Maingueneau, 1997), atra-

vés da qual pudemos refletir acerca da relação entre a produção de discursos e seus grupos de sustentação. A autora identifica na interface AD e História uma parceria possível e extremamente rica que só tem a contribuir nas duas áreas de conhecimento.

No sexto trabalho, Carmen trata especialmente dos diferentes tipos de anáforas indiretas, lembrando que elas podem funcionar como representações lingüísticas de complexidade sintática, semântica e conceitual extremamente variável e que são responsáveis pelos processos fundamentais de progressão textual através da introdução de novos referentes ou da retomada, proporcionando a continuidade referencial, além de fazer outras importantes reflexões.

No sétimo, *Tatiana* mostra como são construídas as diferentes faces nos *raps* a partir da “Teoria da Polidez” desenvolvida por Brown e Levinson e das noções de Goffman

No oitavo, *Eduardo* e Rosa Borges, a partir do resgate de textos de teatro, destacando as suas conseqüências, oferecem uma análise dos cortes neles realizados em nome da “moral” e dos “bons costumes, na década de setenta, e como isto mutilou textos e impôs novos comportamentos a autores, diretores, atores etc.

Sigrid, no nono texto, observa como se constrói o contrato de comunicação entre uma Secretaria de Educação de determinado município fluminense e os professores a ela vinculados. Identifica-se o arcabouço argumentativo-persuasivo que justifica o projeto tanto no nível educacional quanto no nível financeiro. A partir daí, delineiam-se dois estatutos discursivos, confirmados pelo diálogo entre a Secretaria e seus professores no projeto apresentado.

No décimo trabalho, Angela trata do discurso de divulgação científica, cuja função precípua desse é tornar acessível ao grande público as novas descobertas científicas, em que o sujeito-autor constrói um leitor virtual que lhe corresponde. Em outros termos, a constituição do leitor só se dá na relação com a linguagem e com o autor.

No décimo primeiro, *Augusta* analisa discursos de posse de presidentes da América Latina eleitos a partir de 2000, observando as marcas lingüísticas que indicam modos de instituição de um lugar discursivo que justifique a atuação desses presidentes e legitime seu

papel como líderes. Para fundamentação teórica do trabalho são utilizadas as categorias lingüísticas de análise discursiva enunciativa de Maingueneau (2004) e, para contextualização, os conceitos de esquerda e direita de Norberto Bobbio (2001).

No décimo segundo, a partir de um *corpus* ficcional de nossa literatura, *Denise* discute a construção da identidade brasileira no campo da linguagem literária, da imagem paradisíaca às representações de uma crise que se anuncia como global, comparando algumas das visões sobre a brasilidade tecidas como linguagem artística, mas, não raro, decodificadas como signos de um “lugar de memória”, que atestaria uma identidade nacional.

No penúltimo, Carlos explora os conceitos derridianos de “diferença”, “traço”, “inscrição” e “escritura” para compreender como o processo cognitivo sobre o mundo que nos cerca é constituído por uma linguagem-escritura, assumindo que “o mundo é uma escritura” e apresentando uma proposta construtivista na qual o sujeito participa ativamente, considerando que: 1 – o sujeito que conhece é histórico; 2 – os objetos do mundo são igualmente agentes ativos por atuarem sobre os sujeitos através de sensibilizações, e que sujeito e objeto interagem entre si.

No último texto, *Isabel*, considerando a questão da greve no serviço público, investiga, segundo a perspectiva dialógica de Bakhtin, os caminhos de tentativa de legitimação e legalização desse direito. O foco da análise recai sobre o percurso dos discursos oficiais que tratam da suspensão de salário e sobre a polêmica instaurada em torno do papel dos três poderes nessa discussão.

Esta apresentação, naturalmente, não resume todos tópicos importantes dos diversos trabalhos, apresentando uma visão resumida daqueles tópicos que consideramos mais destacados.

Agradeceremos imensamente se puder mandar-nos uma mensagem de crítica para melhorarmos nossas produções nos próximos eventos.

Rio de Janeiro, agosto de 2008.

José Pereira da Silva

**A CONTRIBUIÇÃO DOS GÊNEROS EMERGENTES
(HIPER [TEXTOS])
PARA AS NOVAS LEITURAS E ESCRITA**

Kelly Christine Lisboa Diniz
kcladiniz@hotmail.com

Durante algum tempo, os gêneros emergentes do suporte tela de computador e do ambiente *Internet* se tornaram na maioria dos casos um grande desafio para os profissionais da educação, uma vez que os alunos se apropriaram muito rápido das novas tecnologias, ao passo que os educadores demoraram um pouco mais de tempo para se acostumarem ao fato de que a transmutação dos gêneros se dá de acordo com os “campos da atividade humana” (Bakhtin, 2003, p. 261) e, portanto, acompanham de igual forma as evoluções tecnológicas sociais, como fatos ligados ao uso da língua.

Não podemos negar, no entanto, que as pesquisas no Brasil no que se referem aos gêneros emergentes são recentes e ainda buscam respostas para muitas questões intrigantes do ponto de vista ensino/aprendizagem, por isso, como profissionais da linguagem, devemos sempre procurar mecanismos que nos ajudem a melhorar a mediação da leitura e da escrita com o ambiente social em que estamos inseridos.

Ignorar o fato de que, mesmo em ambiente acadêmico, alunos, bem como profissionais em geral, têm-se dedicado mais a leituras no meio virtual do que a leituras de livros, periódicos impressos ou matérias de cunho científico, é desconsiderar a capacidade humana de se adequar com facilidade a novas situações impostas pelos meios sociais e, ainda mais, negar a aceleração de tempo em que vive a sociedade.

Só no Brasil, as opções de entretenimento virtual atingem recordes de números comparados a outros países espalhados por todo o continente, mesmo deparados com os de países que possuem muitas vezes mais o número de população que possuímos por sermos conhecidos como um dos povos mais comunicativos do mundo.

Para exemplificar como se dá esta inclinação ao espaço virtual, podemos analisar algumas estatísticas de programas e sistemas

muito usados ao redor do mundo, o programa de bate-papo da *Internet*, o *MSN messenger*; e outro popular meio de comunicação em massa, o *Orkut*.

Segundo o periódico virtual *Opinião e Notícia* (<http://www.opiniaoenoticia.com.br>; 21/08/2007), o maior número de usuários do *messenger* do *MSN Microsoft* está no Brasil. A matéria afirmou que, de acordo com o portal *MSN*, o Brasil possui 30,5 milhões de usuários o que corresponde a 11,4% de todos os usuários do programa em todo mundo.

Outra pesquisa pela *Ibope/NetRatings* (2006) divulgou que até em Março/2006 o brasileiro passava até 18 horas na *Internet* e a maior parte do tempo acessando *sites* de entretenimento.

Um outro atrativo muito visado pelos brasileiros é o *Orkut*, um site de relacionamentos e comunicação. Segundo o site de informações *Wikipédia – A enciclopédia livre* (www.wikipedia.com.br. Agosto, 2007), o sistema do *Orkut* possui atualmente mais de sessenta milhões (68.182.265) de usuários cadastrados e o Brasil é o país com o maior número de membros, cerca de 55,29% dos usuários do sistema declaram-se brasileiros. De acordo com a mesma fonte de informação, o público que mais se interessa são os mais jovens, aproximadamente 59,41% são pessoas que têm de 18 a 25 anos.

O quadro a seguir mostra o Brasil como líder em número de usuários do *Orkut* comparado, como já falado, com países com um grande índice populacional, como a Índia e o Japão.

Ranking de usuários por países Demografia do *Orkut* em 30 de junho de 2007

Brasil	55,29%
Estados Unidos	18,88%
Índia	15,47%
Paquistão	1,30%
Reino Unido	0,57%
Japão	0,39%
Portugal	0,38%
México	0,35%

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/orkut>)

O PAPEL DO HIPERTEXTO DIANTE DOS ATRATIVOS SISTEMAS DE ENTRETENIMENTO E O PÚBLICO ACADÊMICO

Segundo Koch (2005, p. 63), o hipertexto é um suporte linguístico-semiótico, atualmente, usado para estabelecer interações virtuais desterritorializadas, ou seja, uma escrita não-seqüencial e não-linear, que permite ao leitor acessos praticamente ilimitados a outros textos a partir de escolhas sucessivas em tempo real.

A idéia de hipertexto, na verdade, não é nova, a novidade só está em torno da tecnologia empregada nos textos virtuais, pois por meio de um clique sobre um link ou em imagens, ou informações adicionais de países, ou bibliografias, o leitor já é automaticamente transportado para outra página, enquanto que no hipertexto das antigas enciclopédias impressas, o leitor transitava por outros textos, porém por meio de compêndios pesados, em ordem alfabética ou por assunto específico, isso fazia com que uma pesquisa se tornasse algo cansativo e muito demorado.

A discussão, portanto, não gira em torno dos hipertextos em si, mas, considerando-se os números e as estatísticas apresentadas no princípio desse artigo, deve ser em torno de como os leitores estão utilizando esses diferentes tipos de informação recebidos a todo o momento e em velocidade quase impossível de ser acompanhada nessa mudança de leitura e, conseqüentemente, de escrita dos hipertextos.

A preocupação se centra no interesse do leitor quanto à seleção de textos e matérias de seu interesse, uma vez que de acordo com levantamentos feitos em pesquisa para este artigo, as leituras virtuais estão sendo mais atrativas para os jovens leitores e a qualidade textual por parte desses está cada vez mais prejudicada como eles mesmos assumem.

Este artigo é fruto da continuação de uma análise realizada com textos dissertativo-argumentativos de adolescentes/jovens entre 15 e 21 anos durante dois anos. O foco agora está sobre o público acadêmico, uma vez que um curso universitário requer muita dedicação e leituras específicas e, até dependendo da área de atuação, a produção textual de alguns cursos se restringe a relatórios, ou ficha-

mentos em tópicos, o que impede o aluno leitor de enriquecer, ou mesmo de desenvolver um vocabulário mais amplo e adequado às situações lingüísticas.

A pesquisa se deu em forma de perguntas quase sempre diretas sobre a importância da leitura para a formação do indivíduo e o papel da *Internet* no contexto atual.

Foram aplicados testes nos seguintes cursos: Pedagogia, Ciências da Computação, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito e Enfermagem.

O SENTIDO DA LEITURA E A PARTICIPAÇÃO DO LEITOR NO CENÁRIO ATUAL

Quando tratamos de leitura, já é quase clichê informar que ler está bem além de uma simples decodificação de letras, ou de sons, a leitura deve vir acompanhada da construção de sentidos, da percepção das entrelinhas, ou seja, do não-dito, dos implícitos, além da relação que o leitor faz de leituras passadas com as leituras presentes, em uma espécie de intertextualidade constante. Não se trata apenas de juntar os signos à imagem do objeto tratado e construir um sentido material para isso, antes o texto se constrói de fato depois da leitura, pois esse texto sempre está à espera do leitor para configurar seu sentido para cada contexto em que será aplicado.

A leitura deve ser algo a ser escolhida e quase sempre prazerosa, se, no Brasil de hoje, entendemos que as pessoas em geral não lêem, ou lêem pouco, porque não faz parte da nossa cultura, podemos ir mais além; pois muitas gerações foram levadas a ler por imposição e até obrigação. Depreende-se com isso que o educador deve estar engajado no cenário contemporâneo em um plano de ação cognitiva, isto é, levar o seu leitor a perceber o texto como um *construto* de sentidos e que para isso os tantos gêneros textuais que temos a nossa disposição necessitam do leitor para compartilhar da responsabilidade de interação e sentido.

Outra questão a ser trabalhada é o objetivo da leitura. Não nos cabe simplesmente criticar o uso excessivo dos sistemas ou programas de entretenimento que os alunos optam na *Internet* para impor-

lhes a leitura de um romance, ou a leitura de um jornal. A leitura deve estar ligada ao prazer, voltamos a insistir, pois se um texto se torna “esburacado” demais, isto é, cheio de inferências, é sinal de que há muitas lacunas a serem trabalhadas e de que o leitor não consegue compartilhar com aquele texto a ponto de tecer o sentido tecidual que o texto exige ao ser lido.

Diante de um hipertexto e de tantos gêneros emergentes (*e-mail, orkut, messenger, fóruns...*), o leitor não está isento das mesmas responsabilidades que exigem a leitura, ele passará pelas mesmas etapas de seleção, objetivo e construção de sentidos. Deverá entender o texto, conectá-lo a outras informações já armazenadas e atribuir um objetivo real para aquele texto, uma vez que esse objeto ao ser lido nada mais é do que a pertinência do momento para seus receptores, passado esse momento, o texto deixará de ter grande relevância.

Postas questões como essas, parece conveniente aproveitar a pertinência do que está sendo lido pelo público em geral mais jovem e tentar adaptar esses gêneros próprios da Internet ao mundo real da leitura dentro e fora da sala de aula, conferindo-lhes sentido e objetivo ao que gostaríamos de abordar.

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA PESQUISA COM ALUNOS UNIVERSITÁRIOS E A RELAÇÃO DESTES COM A LEITURA

Em uma primeira etapa da pesquisa na análise de textos dissertativo-argumentativos de adolescentes, foi percebido que eles dificilmente confundem os ambientes lingüísticos da escrita. Em alguns casos isolados usam abreviaturas, ou expressões e formatação de textos próximos ao que se encontra em *e-mails* informais, ou *messenger*. Contudo, a pesquisa revelou uma pobreza no vocabulário desses jovens alunos e uma dificuldade muito grande de desenvolver argumentos sólidos e uma progressão textual adequada.

Se esses jovens pesquisados foram alunos de ensino médio, certamente, em breve estarão nas Universidades e Faculdades desse país. Muitos desses pesquisados, há dois anos atrás, provavelmente, já estejam participando até do processo de segunda etapa da pesquisa

de verificação da leitura e escrita nos meios virtuais de jovens acadêmicos.

A pesquisa revelou que em geral os mais velhos tendem a fazer leituras bem mais variadas, de jornais e romances a *orkut* e notícias em periódicos virtuais. Enquanto que em todos os cursos pesquisados, quase 90% dos estudantes entre 19 a 35 anos praticamente só lêem o que é parte obrigatória do curso em que optaram, além de passarem mais horas diante do computador quando acessam à *Internet*. Além disso, responderam que as leituras virtuais são imprescindíveis para a formação da pessoa em ambiente acadêmico.

O que merece atenção nessa interação é a apropriação ilegal soa direitos morais dos textos veiculados na rede, não é raro ouvir em depoimentos orais que qualquer trabalho fica muito fácil diante dos sites de buscas. No entanto, as consultas deixaram de ter o cunho de pesquisa para serem frutos de cópias fidedignas de pessoas que passam anos de sua vida engajadas em um projeto de pesquisa para serem copiados.

O QUE ENVOLVE A ESCRITA E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE UM “NOVO” INDIVÍDUO

Para não se apontar apenas os problemas existentes nesse campo, temos de conduzir os leitores atuais a reflexões sobre os textos que estão em contato a todo o momento. Isso não implica em apenas ensinar-lhes regras, mas apresentá-los o prazer embutido no ato da leitura e da escrita, não como um processo mecânico e enfadonho, antes como um exercício de auto-conhecimento. Dessa maneira, são necessárias algumas etapas para o incentivo dessa prática, seja em ambiente real ou virtual.

Segundo Koch (2003), há alguns componentes fundamentais no processo de composição de um texto: - o lingüístico, que envolve a gramática e o léxico; - o enciclopédico, que envolve o conhecimento de mundo e, conseqüentemente, o conhecimento compartilhado e o processo interacional, isto é, usar a linguagem como instrumento de interação. A união desses processos não descarta ainda a necessidade de coesão e coerência como fatores fundamentais para a compreensão do texto. O texto deve ser percebido tal como o seu concei-

to de tessitura, como um tecido, que só vai se constituindo mediante o entrelaçar de vários fios e não apenas da justaposição de frases e períodos sem correlação semântica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação virtual mudou de maneira significativa a sociedade e influenciou o modo de ler e de escrever das pessoas. A capacidade criativa do homem só vai evoluir cada vez mais, portanto, isso exige dos profissionais da linguagem métodos de criatividade e de adequação a esses gêneros emergentes.

Incentivar a leitura a partir dos meios em que mais estão sendo utilizados, os meios virtuais, é ensinar a construir sentidos nos mais diversos textos, ainda que em algumas situações se pareçam cifras, como a linguagem dos programas de bate-papo, mensagens de *orkut* e de *blogs*. Tentar fazer uma adequação para que a partir desses gêneros, outros mais sejam inseridos pela própria ação e necessidade individual do leitor/escritor.

Um passo já está sendo notado, já se escreve mais do que em muitas épocas, cabe a nós profissionais da linguagem não discriminar apenas tais leituras e escritas, antes fazê-las nossas importantes aliadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2005.

———. *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2003.

ANEXO
(PESQUISA REALIZADA COM OS ACADÊMICOS)

1) Qual seu grau de escolaridade? (Caso esteja no ensino médio, marque com um “x” o ano em que está cursando, se Ensino Superior, coloque a frente em qual período se encontra e qual curso que faz).

Superior Incompleto - Período: ____ Curso:

2) Com que frequência lê jornais, revistas de cunho político-social ou outras matérias jornalísticas?

Todos os dias 1 vez por semana Quando há matéria do meu interesse Quase nunca.

3) Com qual frequência acessa à Internet?

Todos os dias Sempre que possível Às vezes Raramente Nunca.

4) Gasta quantas horas em média - quando pára para ler - lendo um livro ou uma matéria jornalística?

5) Gasta quantas horas em média navegando na Internet?

6) Tem contato com que tipos de leituras na Internet? (Poderá marcar mais de uma resposta).

Matérias fruto de pesquisas (artigos científicos, enciclopédias, dicionários virtuais, livros etc.) Entretenimento (e-mail, orkut, messenger, instruções de jogos, blogs etc.) Outras leituras (revista online, jornais online, sites de compra/venda etc.).

Gostaria de acrescentar alguma observação com relação as suas leituras na Internet, ou expor alguma modalidade que não foi citada acima?

7) Utiliza que tipo de leituras fora do ambiente virtual? Tente lembrar-se de todas as leituras que tem contato, mesmo aquelas que não considera tão importantes, como: outdoors, propagandas panfletadas, cardápios, coloque o máximo que consiga lembrar.

8) Costuma ler livros da literatura nacional ou internacional?

Não Sim, sempre 1 vez ao ano Sempre que solicitado pela escola ou faculdade Nem quando solicitado por um professor ou escola/faculdade.

9) Qual a leitura que considera mais agradável? (Qualquer leitura, fique bem à vontade para expressar sua (s) preferência (s), inclusive leituras virtuais).

10) Para você, qual o grau de importância das LEITURAS VIRTUAIS?

Imprescindível Importante Um mal necessário Um perigo para a educação atual e futura Não tem nenhuma importância.

11) Para você, qual o grau de importância das aulas de LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTO?

Imprescindível Importante Um mal necessário Uma convenção imposta pela sociedade Não tem nenhuma importância.

12) Em uma escala de 0 a 10, atribua uma nota para o incentivo à leitura que já teve na escola ou na faculdade. Se desejar, explique o motivo da sua nota.

13) Em uma escala de 0 a 10, atribua uma nota para o incentivo à leitura que recebeu da sua família, fora ou dentro do período escolar. Se desejar, explique sua resposta.

14) Você acha que os brasileiros lêem pouco? Por quê?

Sim, pois os livros são caros Sim, porque é uma realidade mundial e não somente brasileira Sim, pois falta incentivo à leitura em casa e nas instituições de ensino Sim, pois o Brasil não tem na sua cultura o hábito de ler Não, pois o governo investe em leitura e profissionais capacitados Não, pois o avanço foi tamanho que não podemos mais afirmar que lê-se pouco no Brasil Não, pois o acesso a leituras é uma realidade inegável, só não lê quem não quer ou não gosta Não concordo com nenhuma das afirmativas acima.

Se não concorda, explique a sua opinião, por favor.

15) Você acha que a Internet contribui com a leitura no meio em que você convive?

A FIGURA DO PRESIDENTE CONSTRUÇÕES IDENTITÁRIAS NA VOZ DO JORNALISTA ESTRANGEIRO

Roberta Fernandes Pacheco (PUC-Rio)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo analisar as formas de nomeações atribuídas por jornalistas estrangeiros ao Presidente Lula, em campanha eleitoral pela reeleição presidencial, verificando como essas formas constroem a identidade do Lula como Presidente da República.

Investigar a construção da identidade no contexto da política é ressaltar o papel fundamental e contínuo dos meios de comunicação como co-autores do processo identitário. Os veículos de comunicação ocupam espaço privilegiado de intermédio entre o político e o público, exercendo forte influência.

Quando o político em destaque na mídia é o Presidente da República, este está sujeito a todos os tipos de identificações e representações. Sua identidade como presidente está em constante construção. A cada decisão que toma, a cada aparição pública, ao lado de quem, em que ambiente, como está vestido, a cada mudança política, econômica ou social, sua identidade é renovada, reestruturada ou modificada.

E quando essa identidade construída a princípio, nacionalmente, é projetada ao exterior através do contato com os outros países, nas decisões políticas e econômicas entre as nações, ou simplesmente nos relatos dos acontecimentos políticos do país, novas construções são redefinidas através do olhar do jornalista estrangeiro, que numa visão essencialista também possui uma identidade em construção.

A metodologia utilizada foi a análise de onze notícias publicadas, via internet, em jornais estrangeiros de língua espanhola, que trazem como tema a última eleição presidencial brasileira, tanto no primeiro turno quanto no segundo turno eleitoral. Os textos foram

selecionados tendo como critério os que apresentam as formas de nomeações atribuídas ao então candidato à reeleição presidencial, Luiz Inácio Lula da Silva. A análise será realizada com foco em fragmentos dos textos selecionados que se encontram em anexo.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

O presente estudo se desenvolve no âmbito da Sociolinguística numa articulação entre linguagem e identidade, apoiando-se nos trabalhos de De Finna (2003) na área da identidade como categorização e como representação social, e de contribuições de outros autores como Ochs (1993), na sua concepção de identidade social construída através da linguagem e Foucault (1997) na sua abordagem do discurso como exercício do poder.

A identidade e a linguagem: as categorizações na construção identitária

As construções linguísticas no nível do discurso são indicadores decisivos das identidades sociais dos membros da sociedade e como eles regularmente interagem uns com os outros. O sujeito pode realizar um ato verbal usando um valor ou uma atitude reconhecido socialmente na tentativa de construir não só sua própria identidade, mas também a identidade do outro, assim como o outro, tenta construir a identidade do primeiro. Sendo assim, Ochs (1993) considera que “a identidade social está numa dimensão crucial dos significados sociais das construções linguísticas particulares” (Ochs, 1993, p. 288).

De Finna (2003) estabelece uma relação entre a construção da identidade e as categorizações através da análise dos vínculos entre as estratégias de identificação e as representações sobre o self e os outros. Essas categorizações estão sujeitas a uma contínua negociação de acordo com o contexto em que elas se apresentam. A autora afirma que o papel da linguagem nesse processo de categorização é fundamental, já que é através da linguagem que as categorias de membros de grupo são construídas e negociadas.

As identidades, segundo De Finna (2003), não são só construções discursivas que emergem nos locais de interação. Elas refletem e constituem formas complexas de ideologias e representações de papéis e relações que vão além do contexto imediato da interação.

Os mecanismos de categorização e a forma que eles são usados no discurso estão numa área crucial para a análise das identidades porque o tipo de identificação, a conexão entre essas identificações e as ações, e a negociação de suas posições com respeito às ações e as identidades são ambos reflexivos e constitutivos do processo social de percepção que vai além da categorização em si.

O discurso como mecanismo de poder: o papel do jornalista

Linguagem e identidade demonstram ter ligações inquestionáveis, quando se pensa no que a língua pode revelar do sujeito. No entanto, Foucault (1997) destaca o perigo que há na função da linguagem e no seu uso já que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. O discurso, portanto, assume uma forma de agente dominador de massa e constituinte do poder.

Essa relação entre poder e discurso apontada por Foucault (1997) pode ser aplicada nas representações de caráter político quando se analisa as formas de nomeações atribuídas ao presidente Lula pelos jornais estrangeiros. Essas representações são consideradas por Jucker (1996) como recursos lingüísticos utilizados pelo jornalista para categorizar os atores da notícia e atribuir a eles valores estilísticos das construções individuais.

Nessa perspectiva, as notícias são focadas nas pessoas, no que elas fazem, no que dizem e no que acontece com elas, podendo ser a origem ou os atores das notícias. Esses atores podem ser conhecidos ou desconhecidos, mas em ambos os casos o jornalista tem a tarefa dupla de nomeá-los identificando-os para a audiência e justificá-los como sendo “merecedores da notícia” (Jucker, 1996, p. 375), descrevendo-os ou rotulando-os socialmente.

A nomeação desses atores não é só um problema de identificar um indivíduo no mundo real, mas sim de fazer com que ele seja relevante à notícia tendo um destaque como merecedor dela. Jucker (1996), citando Bell (1991, p. 194-195), afirma que cada um que aparece na notícia é nomeado e rotulado (Jucker, 1996, p. 377).

Sendo assim, o jornalista exerce um papel fundamental na construção da identidade social desse ator, já que ele tem o poder sobre o discurso e sobre a formação da representação que esse ator passará a ter, sendo renomeado ou rerepresentado na comunidade em que ele atua.

LULA: IDENTIFICADO E ROTULADO

Os dados do corpus deste trabalho apresentam o presidente Lula como o ator da notícia, aquele de quem se fala, seus atos e posturas durante a campanha pelo segundo mandato à Presidência da República. Ao identificá-lo, o jornalista estrangeiro se utiliza de um rótulo que o descreve e o representa socialmente. Na maior parte dos dados, esses rótulos identificam o Lula, ou pelo nome, ou pela função exercida por ele, ou ainda o somatório desses dois:

- “El presidente Luiz Inácio Lula da Silva...” (Venezuela)
- “...el jefe de Estado...” (Bolívia)
- “El gobernante...” (Bolívia)
- “El presidente Lula...” (Espanha)
- “Lula...” (Espanha, Argentina, Chile)
- “El presidente reelecto...” (Argentina)
- “...el candidato del Partido de los trabajadores (PT)...” (Venezuela, Espanha)
- “...El líder izquierdista...” (Venezuela)¹

¹ As referências dos fragmentos em destaque encontram-se em anexo.

A representação *el líder izquierdista* possui uma idéia diferente das outras, pois marca um valor ideológico na referência ao presidente, já que essa identificação como um líder da esquerda predispõe uma avaliação de que há um conflito, no nível ideológico, entre um outro tipo de governo: o da direita. Aquele leitor que conhece a história política brasileira sabe da importância do partido de esquerda na luta política, sendo sempre a oposição contra o governo dominante. No entanto, na atualidade, no Brasil, a esquerda é o governo dominante, na figura do presidente Lula, deixando esse espaço de oposição ser ocupado inversamente e teoricamente pelos partidos da direita.

No texto jornalístico, espera-se que as informações sejam passadas de forma clara ao leitor e pouco subjetiva. No entanto, muitas vezes o jornalista assume uma postura de comentarista da informação que ele passa, usando estratégias de identificação e formas de representações dos atores da notícia.

Essas identificações e representações presentes nos dados de análise são de autoria do jornalista, ou construídas a partir da observância das relações sociais que o Lula, como pessoa pública, estabelece no contato com os outros. Toda a imagem que circula em volta da figura do presidente, sua história, suas relações pessoais, institucionais e sociais são constituintes dessas identidades construídas pelo jornalista no ato da notícia.

O presidente como um sujeito trabalhador

(1) Lula, un ex líder sindical, dio un giro a la izquierda en la campaña por la segunda vuelta, (...) y ganó la elección por un amplio margen (casi 61% de los votos, contra el 39% para Alckmin)² Venezuela, 30/10/06

(2) Dados del Instituto Brasileño de Opinión Pública y Estadística (IBOPE) revelan (...). Con igual ventaja el ex sindicalista llegó a las ur-

² Lula, um ex líder sindical, deu um golpe de sorte na campanha pelo segundo turno, (...) e ganhou a eleição por uma larga vantagem (quase 61% dos votos, contra 39% para Alckmin).

nas em 2002 (...) y se convirtió en el primer presidente obrero de la historia de Brasil.³ Venezuela, 28/10/06

Nos dois fragmentos acima, o jornalista se refere ao Lula como um *ex líder sindical*. Essa construção só é possível ser feita a partir do conhecimento que possui o jornalista da história do Lula. Ele atribui essa identificação, que ao princípio não seria necessária, já que há a referência ao nome próprio, para apresentar ao leitor a imagem de um presidente que veio das classes pobres e chegou ao poder.

Em outro fragmento, essa identidade de sujeito trabalhador também é construída:

(3) El socialista Luiz Inacio 'Lula' da Silva es el primer presidente de izquierdas de Brasil. El candidato del Partido de los Trabajadores obtuvo el poder (...)

Este alumno aventajado de la lucha obrera se doctoró como sindicalista en la metalurgia. Fue uno de los fundadores del PT, en 1980, y como líder de esta formación dirigió algunas de las huelgas más importantes que ha conocido Brasil⁴. Espanha, 27/10/06

No fragmento (3), há uma série de nomeações atribuídas ao ator da notícia que são relevantes na construção da identidade deste. A primeira nomeação de destaque é o rótulo *socialista* que carrega um valor ideológico, como já analisado anteriormente no termo *de esquerda* que volta a ser mencionado no exemplo (3). O início do segundo parágrafo do fragmento define o Lula de uma forma muito interessante. Primeiro porque não seriam necessárias todas essas identificações. *Este alumno aventajado de la lucha obrera* poderia ser substituído facilmente pelo nome Lula, pois é a sua definição no discurso do jornalista. Vamos analisar esse fragmento separadamente.

³ Dados do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) revelam (...). Com igual vantagem o ex sindicalista chegou às urnas em 2002 (...) e se tornou o primeiro presidente operário da história do Brasil.

⁴ O socialista Luiz Inácio 'Lula' da Silva é o primeiro presidente de esquerda do Brasil. O candidato do Partido dos Trabalhadores obteve o poder (...).

Este aluno 'superior' (cf. texto) da luta operária se doutorou como sindicalista na metalurgia. Foi um dos fundadores do PT, em 1980, e como líder desta formação dirigiu algumas das greves mais importantes que o Brasil conheceu.

O termo *aventajado* significa no idioma espanhol alguém que é superior a outras pessoas em uma determinada função. No entanto, o substantivo *alumno* que acompanha esse adjetivo tem a denotação de aprendiz, o que demonstra uma contradição, pois quem é superior não tem o que aprender mais. Se analisarmos o termo *alumno* como um sujeito que está sempre aprendendo, tendo esse caráter de humilde, já que “todos nós” estamos em constante aprendizado na vida, o impacto do adjetivo se torna menor. No entanto, como não é um discurso em interação, cabe ao leitor inferir o significado que o jornalista quer expressar ao utilizar essas formas de nomeações.

O complemento desta sentença *se doctoró como sindicalista en la metalurgia* atribui um título acadêmico de *doctor* que o Lula não possui. Esse termo é usado metaforicamente para caracterizar o ator como um indivíduo especialista na área da metalurgia e definir seu papel político e social na luta pelos direitos dos metalúrgicos, exercendo a função de sindicalista. Este título ainda desempenha uma dicotomia com o termo *alumno*, pertencendo ao mesmo campo semântico, pois só se torna um doutor quem um dia foi um aluno.

A sentença como um todo constrói a identidade do presidente Lula através de dois aspectos. Primeiro, retoma seu passado de luta sindical, apresentando-o como um especialista da luta dos trabalhadores, o que o faz ser semelhante a qualquer trabalhador brasileiro na atualidade. Segundo, a construção lingüística *alumno aventajado* categoriza o Lula tanto como um sujeito em constante aprendizado, como alguém conhecedor de seu trabalho e de suas ações, sendo portanto um aliado do trabalhador brasileiro, na função de presidente da nação.

Essa construção identitária do Presidente Lula feita pelo jornalista se baseia, como já mencionado, na identidade projetada pelo próprio Lula nas suas relações sociais durante sua vida como pessoa pública. No fragmento (4),

(4) Lula, que suele presentarse como el protector de los pobres, recordó (...).⁵ Espanha, 25/10/06,

⁵ Lula, que tem o costume de se apresentar como o protetor dos pobres, lembrou (...)

observa-se que o jornalista usa como estratégia de identificação uma possível representação que o Lula fez de si num determinado momento: *se presenta como el protector de los pobres*. Não é um discurso indireto e muito menos direto. É a voz do jornalista que se apropria de uma fala ou de uma atitude realizada no passado pelo Lula.

Lula sempre esteve, como pessoa pública, sob os olhares dos outros, mesmo antes de se tornar presidente, quando ainda era sindicalista, o que o faz carregar uma bagagem identitária construída por ele e outra, ou talvez a mesma, construída pela visão do outro em interação durante sua vida, assim como todos nós em nossas relações diárias.

Num determinado momento essas identidades se juntam e podem ser alteradas, rerepresentadas ou reconstruídas, estando sujeitas, retomando De Fina (2003), a uma contínua negociação de acordo com o contexto em que elas se cruzam. No período eleitoral é claramente conveniente a identidade de um homem trabalhador, líder sindical que apesar de estar em constante aprendizado é conhecedor de seu trabalho e ainda protetor dos pobres.

Nomeações que vão além da figura do presidente

No fragmento a seguir, a identidade construída pelo jornalista ultrapassa o limite da categoria de presidente da república e chega a uma qualidade pessoal do ator da notícia:

(5) La reelección ayudará al Mandatario de origen obrero a superar una estela de escándalos de corrupción que marcaron su primer gobierno. Polémicas que, sin embargo, no lograron minar su popularidad, basada en la estabilidad económica, amplios programas sociales y un cautivante carisma (...).⁶ Chile, 30/10/06

Dentre as formas de nomeação presentes no trecho da notícia acima, o atributo de identificação *un cautivante carisma* é dado pelo jornalista como justificativa da sua popularidade que é baseada na

⁶ A reeleição ajudará ao governante de origem operária a superar um rastro de escândalos de corrupção que marcaram seu primeiro governo. Polêmicas que, no entanto, não conseguiram minar sua popularidade, baseada na estabilidade econômica, amplos programas sociais e um cativante carisma.

estabilidade econômica, nos programas sociais e no carisma. Esse atributo é uma representação da personalidade da pessoa que ocupa hoje o cargo de presidente. Não é uma nomeação característica do cargo presidencial. É quase uma opinião do jornalista, baseada nessa identidade projetada pelo Lula e pelos outros em direção a ele numa co-construção da identidade.

No fragmento (6), o jornalista faz “entre linhas” uma crítica ao Lula, usando novamente um comentário dito anteriormente e faz ainda avaliações sobre a personalidade do presidente:

(6) Lula: “Yo nací con un país dividido y al lado de los pobres”

Al presidente de Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, le gusta hacer uso de la ironía. (...) Ya de vuelta como flamante presidente, dice estar ‘loco por trabajar’. Ha reconocido los errores que cometió durante su primer mandato y, como buen católico, ha hecho propósito de enmienda: ‘no volveré a cometerlos’.

(...)

Lula había afirmado durante la campaña que era afortunado porque los pobres, sus grandes electores, ‘no leían periódicos’. Y ayer agregó que su victoria se debió a la ‘consciencia del pueblo’. ⁷Espanha, 01/11/06

Os comentários *le gusta hacer uso de la ironía e como buen católico* representam uma atitude ou uma conduta do Lula que marca a sua personalidade. Novamente, a identidade está sendo construída além da categorização de Presidente. O adjetivo *flamante*, como à-quele que resplandece ou se destaca, completa essas avaliações de caráter pessoal à figura do presidente.

⁷ Lula: ‘Eu nasci com um país dividido e ao lado dos pobres’

O presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva gosta de fazer uso da ironia (...). Já de volta como destacado presidente, disse estar ‘louco para trabalhar’. Reconheceu os erros que cometeu durante seu primeiro mandato e, como bom católico, fez uma promessa de conserto: ‘não voltarei a cometerlos’

(...)

Lula tinha afirmado durante a campanha que era uma pessoa de sorte porque os pobres, seus grandes eleitores, ‘não liam jornais’. E ontem afirmou que sua vitória se deve à ‘consciência do povo’.

Nos fragmentos (5) e (6) nota-se uma diferença entre o discurso do jornalista chileno e o do espanhol na construção da identidade do Presidente Lula. Esta diferença pode ser determinada por questões de ordem cultural, já que o contexto mundial em que estão inseridos esses países é completamente oposto.

O Chile por ser um país da América Latina comparte os mesmos problemas econômicos e sociais que o Brasil, pelo menos teoricamente, já que pertencem ao mesmo bloco político na ordem mundial: o terceiro mundo, “explorados” pelos mais desenvolvidos.

Ao relatar a notícia, o jornalista chileno se detém às características pessoais do Lula como se essas fossem suficientes para lhe garantir a reeleição. Percebe-se uma aproximação quase de reconhecimento com o momento atual da política brasileira ao nomear o presidente Lula, visto que os governantes destes países possuem histórias de vida semelhantes à do governante brasileiro. Já no jornal da Espanha o mesmo não ocorre. O jornalista espanhol utiliza as mesmas representações dadas ao Lula, porém com uma abordagem muito mais crítica, apresentando em alguns trechos, inclusive, aspectos negativos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fragmento (6) do item anterior nota-se uma crítica direcionada ao Lula construída a partir de declarações dele próprio e que se voltam contra ele no discurso do jornalista. Essa análise final nos faz questionar como de fato o discurso, vinculado ao poder (Foucault, 1997), pode ser manipulador e manipulado por quem o detém, no uso da linguagem.

Na voz do jornalista, este discurso ganha uma dimensão proporcional à sua audiência que é uma audiência de massa. Por isso os meios de comunicação são considerados como formadores de opinião e direcionadores da verdade. É através deles que o público toma conhecimento do que ocorre na sociedade.

O jornalista traz consigo uma bagagem identitária que está presente no seu discurso quando rotula socialmente o seu ator da notícia (Jucker, 1996). Quando o jornalista é estrangeiro há uma forte presença cultural nessa bagagem identitária que vai direcioná-lo na

construção da identidade do sujeito do discurso, através das estratégias de identificação e de representação (De Finna, 2003). Essas estratégias usadas pelo jornalista para compor seu discurso o torna um co-autor do processo de construção identitária do sujeito-indivíduo que ele identifica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELL, Allan. *The Language of news Media*. Oxford: Blackwell. 1991.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, [1997] 1999, v. II.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 2002.
- DE FINA, Anna. *Identity in narrative: a study of immigrant discourse*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Company, 2003.
- FOUCAULT, Michael. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1997.
- GUMPERZ, J. J. *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982a.
- . *Language and Social Identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982b.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.
- JUCKER, Andrea H. News actor labeling in British newspapers. **In:** *Text an interdisciplinary journal for the study of discourse*. Mounon de Gruyter – V. 16 -3. Berlim, Nova York, 1996, p. 373-390.
- MILLER, Jennifer M. *Language use, identity, and social interaction: migrant students in Australia. Research on Language and Social Interaction*. V. 33, n. 1, 2000.
- OCHS, Elinor. Constructing social identity: a language socialization perspective. **In:** *Research on Language and Social Interaction*, 26/3, 287-306, 1993.
- SCHIFFRIN, Deborah. Narrative as self-portrait: sociolinguistic construction of identity. *Language in Society* 25 (2): 167-203, 1996.

SNOW, David. *Collective identity and expressive forms*. University of California, 2001. Paper 01'07. Acesso em <http://repositories.cdlib.org/csd/01-07>

TANNEN, D. *Talking voices. Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

ANEXOS

www.elpais.es – Jornal *El Pais* – Espanha – Datas: 25/10/06; 27/10/06; 01/11/06.

www.clarin.com – Jornal *El Clarín* – Argentina – Data: 27/10/06; 29/10/06.

<http://correodelsur.com> – Jornal *Correo del Sur* – Bolívia – Data: 28/10/06.

<http://diario.elmercurio.com> – Jornal *El Mercurio* – Chile – Data: 30/10/06.

www.eluniversal.com – Jornal *El Universal* – Venezuela – Datas: 26/10/06; 28/10/06; 29/10/06; 30/10/06.

A FORÇA DA LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

Ilana da Silva Rebello Viegas (UFF)

A palavra tem um forte poder de criar e destruir, de prometer e negar, e a publicidade se vale desse recurso como seu principal instrumento. (...). (Carvalho, 1996: 18)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O que há na linguagem publicitária que tanto atrai consumidores? As pessoas consomem basicamente para experimentar um tipo qualquer de satisfação. Porém, é interessante observar que a propaganda não é uma linguagem qualquer, livre de intencionalidades. Quando nos propomos a mergulhar nas entrelinhas do texto publicitário, percebemos o emaranhado de combinações a fim de seduzir, levando o leitor a adquirir um determinado produto.

Assim, ler um texto publicitário não é somente desvelar a ideologia transmitida, mas também, é perceber o jogo feito com as palavras, a fim de tirar o leitor da indiferença.

OS SUJEITOS DA “MISE EN SCÈNE” NO DISCURSO PUBLICITÁRIO

A Semiolingüística, base para esta pesquisa, é uma teoria da Análise do Discurso, criada pelo pesquisador da Universidade Paris XIII, *Patrick Charaudeau*.

Em Semiolingüística, *Sémio-*, vem de *sémiosis* – a construção do sentido e sua configuração se fazem por meio de uma relação forma-sentido; já o termo *-lingüística* lembra que a forma de ação pretendida pelo sujeito-comunicante é sobretudo constituída por um material linguageiro oriundo das línguas naturais. (Charaudeau, 1995, p. 98)

Na teoria Semiolingüística, Charaudeau (2001, p. 31-2) afirma que todo ato de linguagem é uma encenação que comporta quatro

protagonistas, sendo dois *situacionais*, externos e dois *discursivos*, internos. Charaudeau chama essa representação de *mise en scène*.

Na propaganda, como o publicitário sabe que não estará diante do interlocutor e tampouco poderá forçá-lo à compra, precisa fabricar uma imagem sedutora e persuasiva do sujeito comunicante, a fim de que o interlocutor se identifique com ela e acabe sendo conquistado.

No texto publicitário, há a presença de um emissor onisciente e onipotente, representando dissimuladamente a figura do publicitário – verdadeiro emissor, o qual permanece ausente do circuito da fala. Esse emissor (EUC) confere a um receptor (TUi), o consumidor, a solução para obter determinado atributo, que ele, consumidor, ainda não possui.

Os protagonistas da *mise en scène* do texto publicitário estão inseridos em um contrato de comunicação. Tal contrato consiste na combinação do *Fazer* e do *Dizer*. O *Fazer* pertence a um circuito que é exterior, que precede e, por assim dizer, “comanda” o circuito do *Dizer*.

Ao se definir a campanha publicitária, o texto e todos os outros elementos de uma propaganda, determina-se, também, o EUC (o anunciante), normalmente uma pessoa bonita, sadia... Os estereótipos, entre outros, da *loira fatal*, do *negro viril*, do *homem branco inteligente* ainda predominam.



O discurso publicitário trata sempre de forma mais ou menos explícita do *produto (P)*, da *marca do produto (M)*, das *qualificações do produto (Q)* e do que ele oferece – *resultado (R)*.

Assim, um *EU comunicante-publicista* cria um projeto de palavra publicitária destinado a um destinatário imaginário *TU interpretante-consumidor* a respeito de um objeto de troca – *produto*. Cada leitor torna-se um *TU interpretante*, que pode, ou não, coincidir com o *TU destinatário*, objetivado pelo produtor do texto. Da mesma forma, a imagem construída do *EU enunciator* pode, ou não, coincidir com a do *EU comunicante*.

No circuito interno, há a presença do *EU-enunciador e do TU-destinatário*. O *EU-enunciador* tem por função apresentar um *produto-marca P (M)*. O enunciator é o responsável pela elaboração do texto publicitário, tendo como base a imagem construída do *TUi-consumidor*. Em alguns casos, o *EUe* se confunde com o fabricante para fazer crer que *EUe* e *EUc* são uma mesma pessoa.

O *TU-destinatário* é aquele que deve ser induzido à compra. É um consumidor potencial. O produto, que é colocado como essencial para o consumidor, às vezes, pode não aparecer explicitamente, com um nome que lhe é atribuído.

Assim, ao elaborar o texto, o publicitário leva em conta o receptor ideal da mensagem, ou seja, o público para o qual a mensagem está sendo criada.

A mensagem publicitária existe para nos atrair, nos encantar, apelar aos nossos sentidos e à nossa emotividade e vencer as nossos resistências. O produto representa tudo aquilo a que o *TU* pode aspirar. É a sua própria imagem melhorada refletida no exterior.

Cada época, cada cultura tem um conjunto de valores, idéias e concepções que influenciam a comunicação. Assim, Charaudeau (*apud* Lysardo-Dias, 1998, p. 20-1) aponta algumas finalidades comunicativas: o *fazer-saber* (transmissão de um saber desconhecido), o *fazer-fazer* (levar o outro a agir no sentido desejado pelo sujeito falante), o *fazer-criar* (persuadir o outro através da racionalidade e da lógica) e o *fazer-prazer* (despertar no outros estados emocionais positivos).

De acordo com a finalidade do sujeito produtor, o discurso estará centrado em uma das características mencionadas. O publicitário, em especial, baseia-se, principalmente, no *fazer-fazer*, já que tem por objetivo influenciar o comportamento do leitor, de modo que ele sinta vontade e adquira um produto *x*. Não basta, porém, que o leitor apenas acredite e sinta vontade de adquirir o produto. A publicidade procura levar o outro a agir: *fazer-fazer*, ou seja, comprar o produto. Daí, Charaudeau afirmar que todo ato de linguagem é uma aposta. Pode-se, ou não, alcançar os objetivos pretendidos.

A SEDUÇÃO DA LINGUAGEM PUBLICITÁRIA

Geralmente, quando analisamos a linguagem publicitária, pensamos em manipulação, persuasão, porque no processo de comunicação, o sujeito falante não está sozinho, há sempre o outro. Toda publicidade traz, nas entrelinhas, um conjunto de estratégias visando influenciar o leitor, o possível comprador de um determinado produto.

Existem três grupos de *mecanismos de persuasão*: *mecanismos automáticos*, de *racionalização* e de *sugestão*. (Monnerat, 2003, p. 36).

Os *mecanismos automáticos* agem sobre a memória do interlocutor, fazendo-o decorar o nome da marca, em meio a uma quantidade de produtos concorrentes.

Hoje, com tantos anúncios, o efeito da memorização é quase nulo. Se o publicitário não construir uma mensagem criativa que chame a atenção do leitor, não conseguirá atingir seus objetivos de venda.

Os *mecanismos de racionalização* são apoiados na argumentação. O publicitário procura persuadir o interlocutor, mostrando as qualidades do produto e quais as vantagens e benefícios que a sua compra lhe proporcionará.

E, por último, os *mecanismos de sugestão* têm por objetivo levar o interlocutor à aceitação de uma crença específica, sem dar razões.

Segundo Monnerat (2003, p. 37), a sugestão pode atuar por prestígio (quando o produto é sugerido por pessoas conceituadas),

por repetição (repetir é provar a veracidade de um conceito) ou por convicção (quem confia no que diz tem mais possibilidade de suggestionar).

Assim, a publicidade consagra-se como uma das linguagens de persuasão mais ativas e eficazes. Ela influencia as pessoas, seduzindo os seus sentidos e a mente, com textos que oferecem um mundo melhor, desejado por todos: uma grande casa com maravilhosos móveis, um carro do ano, o corpo em forma, o cabelo perfeito, a viagem dos sonhos etc. E por aí vão os sonhos que são alimentados pelas propagandas. Prometem o que as pessoas tanto desejam. É a linguagem da sedução.

Apesar de a publicidade incorporar os desejos subconscientes dos indivíduos por um mundo melhor, não constitui um meio de emancipação de condições de vida pouco satisfatórias e alienantes, já que reflete o padrão social da classe dominante. A ação da publicidade não incentiva os leitores a criticar, ou seja, a intervir ativamente e a transformar a estrutura socioeconômica classista e limitativa; pelo contrário, ela os distrai da necessidade dessas reformas, conduzindo o seu descontentamento e as suas aspirações para a única solução que lhe interessa cultivar: a do consumo individualista.

A UTILIZAÇÃO DOS TIPOS DISCURSIVOS NO TEXTO PUBLICITÁRIO

Charaudeau (*apud* Monnerat, 2003, p. 25-6) propõe tipos discursivos para o texto publicitário: *tipos enunciativo, narrativo e argumentativo*.

O *tipo enunciativo* compreende *modalidades* ou *atos locutivos*: *alocutivo* (o locutor coloca-se como conselheiro que propõe ao destinatário um contrato de confiança, mostrando-lhe que necessita de algo), *elocutivo* (o enunciador apresenta-se através de uma tomada de posição apreciativa e o destinatário está na posição de espectador – testemunha, mas é solicitado a partilhar da euforia do enunciador) e *delocutivo* (a opinião expressa tem existência nela mesma, impondo-se aos interlocutores pelo seu modo de dizer).

Modalidade alocutiva

(01) “Quando você torce para fazer sol, chove. Apresentamos o tênis anti-Lei de Murphy.”

Timberland Don’t wear it. Use it / *Veja*: 08/10/03

Modalidade elocutiva

(02) “Minha cozinha é Dell Anno” – Deborah Secco

Dell Anno / *Isto É*: 07/05/03

Modalidade delocutiva

(03) “Chocolate é bom para TPM. Nova mistura para Bolo Primor. Tão gostosa que ninguém resiste a essa alegria. Nem a TPM do mês.”

Primor / *Marie Claire* – agosto/2003

Já o *tipo narrativo* envolve quatro esquemas centrados no produto. O produto é o *objeto da busca*, *auxiliar eficaz*, *aliado* e *agente da busca*.

Em *P = objeto da busca*, o produto é apresentado como Objeto de Busca que tem as qualidades que o leitor (possível comprador)

procura. O destinatário atinge *R* (resultado), através da apropriação das qualidades do produto.

P = objeto de busca

(04) “Samsung Dream. A elegância elevada ao quadrado.”

Samsung / *Isto É*: 23/04/03

Em *P = auxiliar eficaz*, o produto é apresentado como possuidor de um poder técnico, capaz de resolver algum problema do leitor.

P = auxiliar eficaz

(05) “Cor ou tratamento? Os dois.”

Koleston / *Cláudia* –maio/2003

Em *P = aliado* o produto é apresentado como o aliado do agente da busca, ou seja, como “parceiro” do leitor.

P = aliado

(06) “Sou Pró-Você. Sou Pró- Genérico.”

Medicamento Genérico / *Veja*: 04/06/03

Finalmente, em *P = agente da busca* o produto é apresentado, na qualidade da Marca, como o agente de uma busca eficaz, perfeita, da qual o destinatário participa como beneficiário, o que contribui para estimular esse participante a ser, em troca, aliado do agente.

P = agente da busca de “estar e ser moderno”

(07) “Quem usa Condor nunca passa despercebida.”

Condor / *Cláudia* – maio/2003

E, por último, o *tipo discursivo argumentativo* evidencia estratégias próprias do discurso publicitário, como a *singularização* e a *pressuposição*.

Pela **singularização**, o agente publicitário procura distinguir o *produto* (*Marca*) de todos os outros produtos possíveis, tornando-o único. O produto *x* de uma determinada *Marca* é sempre “o melhor”, “o irresistível” em relação a *y*, de uma outra *Marca*.

(08) “Quem degusta a cerveja Itaipava aprova seu sabor único, especial e incomparável.”

Itaipava / *Veja Rio*: 04/06/03

Na propaganda da *Cerveja Itaipava*, o publicitário utiliza os adjetivos *único*, *especial* e *incomparável* para caracterizar o sabor da cerveja. Isso significa dizer que nenhuma outra cerveja possui essas qualidades, porque o sabor da Itaipava é *único*.

A **pressuposição**, na publicidade, fabrica uma imagem do destinatário da qual ele próprio não pode fugir.

(09) “Ninho fases. Agora você pode continuar dando Ninho para o seu filho por muito mais tempo.”

Ninho / *Veja*: 21/05/03

Na propaganda (09), o publicitário parte do pressuposto de que o leitor sabe o que é Ninho – conhecimento enciclopédico (*background knowledge*) e conhecimento ativado (*foreground knowledge*) (Koch; Travaglia, 2000, p. 62). Se o leitor não souber que existe um leite em pó com essa marca, a propaganda não terá sentido para ele.

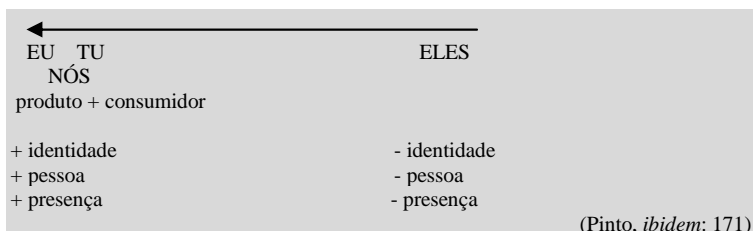
Ainda no texto (09), parte-se do princípio de que o leitor tem filho e que já dava o leite Ninho para os filhos. O leitor não é seduzido a começar a utilizar o leite da marca Ninho, mas a continuar fazendo uso do mesmo. Nesse texto, o verbo *continuar* é marca linguística de pressuposição.

Assim, a argumentação aparece implicitamente na publicidade, servindo, em muitos casos, para o falante proteger-se diante de uma informação que quer transmitir para o ouvinte sem se comprometer com ela.

O apelo publicitário é, então, um apelo centrípeto, no dizer de Pinto (1997, p. 171), que convida o leitor a passar da “ausência de pessoa” à “definição de identidade”. Não se inserir no circuito do *Nós* significa menos identidade, menos pessoa e menos presença. Pe-

lo processo da aquisição do produto, o indivíduo passa de um estágio de anulação para o de presença. É uma forma de ascensão, mesmo que ilusória.

O discurso publicitário se situa na indefinição negativa de *Os Outros* (a não-pessoa). A indefinição negativa refere-se não apenas às marcas ou aos produtos que constituam concorrência para o objeto anunciado, mas também ao próprio destinatário no seu estágio anterior ao da aceitação do pacto discursivo.



O gráfico de Pinto (1997) fica mais nítido quando analisamos o texto publicitário.

(10) “Prática, básica e linda. Como você.”

Marcyn lingerie / *Marie Claire* – novembro/2003

Na publicidade de *lingerie* (10) da *Marcyn lingerie*, empregam-se os adjetivos *prática, básica e linda*. O texto publicitário faz uma comparação entre a *lingerie* e a *leitora*.

A utilização da comparação, atribuindo características positivas ao leitor é uma forma de obter confiança. Aumenta a auto-estima e impulsiona o leitor a continuar na corrida do “culto do belo”, do “melhor”, do “ideal” – ideologias que transpassam constantemente o discurso da publicidade. Não ser “bela” significa anulação social. A sociedade tende a ridicularizar os tipos: feio, obeso, barrigudo, careca, narigudo etc. Assim, muitos textos publicitários oferecem ao leitor a oportunidade de “driblar” esses problemas como nos textos (11), (12) e (13).

(11) “Está em suas mãos dar mais firmeza e forma ao seu corpo.”

Loção firmadora Dove / *Marie Claire* – junho/2003

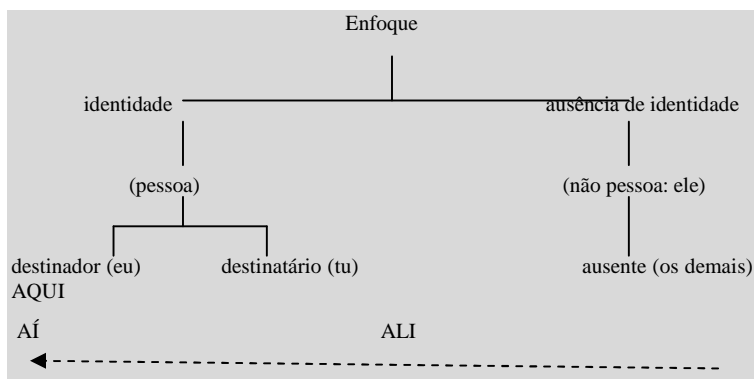
(12) “Celulite, gordura localizada? A Onodera modela seu corpo.”

Onodera estética / *Veja Rio*: 04/06/03

(13) “Seu corpo mais firme e definido”.

Nívea body / *Marie Claire* – agosto/2003

De acordo com Pinto (*ibidem*, p. 172-3), o convite publicitário é também um convite de deslocamento espacial do *Lá/Alí* para o *Aqui*; de um estado de apatia e infelicidade, correspondente ao não-ter, desconhecer, ser indiferente, para um estado de felicidade e desejo, correspondente ao desejar ter e ao ter propriamente. Tomando por base o vazio interior de cada ser humano, a mensagem faz ver que falta algo para completar a pessoa: prestígio, amor, sucesso, lazer e vitória. Para completar esse vazio, utiliza palavras adequadas, que despertam o desejo natural de ser feliz, próprio de cada ser.



DISCURSO PUBLICITÁRIO

(Sánchez Corral: 1991: 142 *apud* Pinto, *ibidem*: 174)

Assim, nos textos publicitários a seguir,

(14) “Você pode até conseguir oportunidade melhor num carro qualquer. Mas vai ter que andar num carro qualquer”.

Honda Civic / *Veja*: 18/06/03

(15) “Tenha Coragem, abra seus olhos para novos horizontes”.

Adventure Camp / *Isto É*: 15/10/03

o leitor é convidado a passar da *ausência de identidade* → *identidade*. Não ter o carro *Honda Civic* ou não desfrutar dos prazeres proporcionados pelo *Adventure Camp*, por exemplo, é estar no grupo de “não pessoa”. Dessa forma, o publicitário convida o leitor para deixar o espaço do ALI (Os Outros) e compartilhar com ele o do AQUI (obtenção do produto e, conseqüentemente, a aquisição da identidade).

As “oportunidades únicas”, os “últimos momentos”, a “ocasião” que nunca mais se repetirá, o “melhor momento da vida” são situações irrecuperáveis. A publicidade ressalta o risco do inexorável, do irresistível, que tanto assusta o homem.

A publicidade deve levar o consumidor através de várias etapas: desconhecimento → conhecimento → compreensão → convicção → ação, ao objetivo visado – à compra do produto (ação). Passa-se de um desequilíbrio inicial ao equilíbrio final, isto é, da “falta” (antes) à “liquidação da falta” (depois), através da busca do objeto que preencherá essa falta.

Antes ----- X ----- Depois

Mudança

A partir do momento em que o leitor é influenciado pela propaganda, a necessidade de adquirir o produto passa a ser uma convicção. A não-obtenção do produto pode representar para o consumidor a anulação social. Por meio das palavras, o receptor “descobre” o que lhe faltava, passando por um momento de “mudança”, embora logo após a compra sinta a frustração de permanecer insatisfeito. Se a compra levar a satisfação, o publicitário não conseguirá comprador para novos produtos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do texto publicitário mostra-se revelador de valores, aspectos culturais de um povo e modos de expressão de uma época.

De forma inconsciente, cada vez mais, somos influenciados pela linguagem da sedução: os produtos são usados por nós como meio de auto-expressão e nos reduzimos àquilo que a publicidade diz deles, abdicando da liberdade de decidir. A palavra tem o poder de

prometer e negar, de criar e destruir, e a publicidade se vale desse recurso como seu principal instrumento. A palavra deixa de ser meramente informativa e é escolhida em função de sua força persuasiva, clara ou dissimulada. Seu poder não é simplesmente o de vender determinada marca, mas integrar o leitor à sociedade de consumo.

Dessa forma, a publicidade vende muito mais do que simples bens de consumo. Vende a nossa própria identidade, como seres ideológicos, na medida em que somos felizes quando usamos ou temos um produto *x*. A possibilidade de obter esse produto mascara os desníveis sociais. No ato da compra, sentimo-nos plenamente realizados.

O discurso publicitário é centrado no *fazer-fazer* (levar o outro à compra). Nesse contexto, o publicitário coloca-se como conselheiro que tem nas mãos o “remédio” para resolver os “problemas” do leitor, ou então, o publicitário coloca o produto em evidência, de modo que o leitor veja nele a solução. O produto aparece, assim, diante do leitor de forma tão real, com tantas qualidades, que o impulsiona a concretizar a compra.

Fica como tarefa para nós, leitores, penetrarmos nas sutilezas do texto publicitário, a fim de não aceitá-lo como verdade absoluta e sermos capazes de construir a nossa própria identidade, independente da forte influência da propaganda em nossa vida.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: a linguagem da sedução*. São Paulo: Ática, 1996.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. **In:** MARI, H. *et alli. Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE / UFMG, 2001, p. 23-37.

———. *Grammaire du sens et de l' expression*. Paris: Hachette, 1992.

———. Une analyse sémiolinguistique du discours. **In:** *Langages* n° 117, Les analyses du discours en France. Paris, Larousse, mars 1995, p. 96-111.

KOCK, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Texto e coerência*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LYSARDO-DIAS, Dylia. O saber-fazer comunicativo. **In:** MACHADO, Ida Lúcia; CRUZ, Amadeu Roselli; LYSARDO-DIAS, Dylia (Orgs.) *Teorias e práticas discursivas*. Estudos em Análise do Discurso. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso da Fale - UFMG. Carol Borges, 1998, p. 17-24.

MONNERAT, Rosane. *A publicidade pelo avesso*. Niterói/RJ: EDUFF, 2003.

PINTO, Alexandra Guedes. *Publicidade: um discurso de sedução*. Portugal: Porto Editora, 1997.

REBELLO, Ilana da Silva. Publicidade: um jogo de sedução. **In:** *O produto (marca) como garoto-propaganda: as modalidades do ato delocutivo e a intertextualidade - uma leitura semiolinguística do texto publicitário escrito*. Niterói: UFF, Instituto de Letras, 2005. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, p. 93-127.

A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS RETÓRICOS PELO HERESIÓLOGO JERÔNIMO

Luís Carlos Lima Carpinetti (UFJF)
lucalica@acessa.com

INTRODUÇÃO

Apresentaremos neste trabalho, tendo como plano de fundo a obra polêmica do heresiólogo latino São Jerônimo (que compreende sete tratados, a saber: *Contra Heluidium*, *Altercatio Luciferiani et Orthodoxi*, *Contra Iohannem Hierosolymitanum*, *Contra Iovinianum*, *Contra Pelagianos*, *Contra Vigilantium*, *Hieronymi Apologia aduersus libros Rufini*), os recursos retóricos de que se utilizou este importante autor cristão para tratar a questão das heresias que abalaram a cristandade em seu tempo. A variedade de recursos utilizados aponta para a diversidade de situações vividas pela sociedade contemporânea de São Jerônimo bem como o talento deste autor que, tendo recebido da tradição clássica um cabedal considerável, nesses textos podemos apreciar como lição.

A variedade de recursos que pretendemos demonstrar está subordinada ao modo como observamos que o heresiólogo Jerônimo representa a si mesmo como defensor ou advogado da ortodoxia cristã, contra as teses heréticas que busca combater em favor da postura ortodoxa que, a princípio, todo cristão deve assumir; e também como o heresiólogo Jerônimo representa a figura do juiz ou do público leitor a quem dirige o debate anti-herético de seus discursos. A construção desta instância pode ser observada na própria condução dos debates nos discursos.

A TEMÁTICA E OS RECURSOS RETÓRICOS NOS TRATADOS POLÊMICOS DE SÃO JERÔNIMO

No discurso *Contra Iohannem Hierosolymitanum*, como em todos os sete discursos que apresentamos neste artigo, a figura do juiz é a de um ser sábio o bastante para ler e entender a Escritura, entender o significado e a extensão de cada termo da língua latina, e ser sagaz o bastante para não permitir que a entropia entre o ideal cristão

(o centro da argumentação deste discurso) e a prática equivocada dos cristãos (os criticados por Jerônimo no texto) penetre na interpretação da Escritura e acabe nivelando tudo pelo critério mais acomodado à situação da vida observada de modo mais generalizado. O texto apela para um juiz capaz de discernimento e desejoso de conhecer as fontes de seus dogmas, como saber que o arianismo é derivado do origenismo, que o origenismo edita o arianismo necessariamente.

A figura do advogado é, no conjunto dos textos que apresentamos neste artigo, a do combatador de heresias que refuta de modo organizado e sistemático, ponto por ponto, tem cuidado com a linguagem, preocupa-se com a correção de conceitos, concepções teológicas, esmera-se em interpretar cuidadosamente o texto da Escritura, tem grande cultura e erudição e sabe usá-la em favor da defesa da causa da reta doutrina católica, ataca satiricamente os desmandos da Igreja de seu tempo.

Como combatador de heresias, como se representa o advogado neste discurso, como em todos os outros, Jerônimo não hesita em assimilar João aos pagãos, a fim de demonstrar sua pertença à heresia origenista, na qual inclui Rufino e Vigilância. Jerônimo sustenta que a linguagem de João de Jerusalém se assemelha à dos pagãos. Jerônimo acusa João de recusar acreditar na ressurreição da carne. No discurso, Jerônimo insinua que João de Jerusalém, bispo da diocese em que está situada a cidade em que vive Jerônimo, Belém, mantém em sua posição de origenista crenças e posições do arianismo, heresia que já havia sido condenada uns cinqüenta anos antes. O próprio Jerônimo sustenta a opinião de Epifânio de Salamina, segundo a qual a fonte em que bebeu Ário foi o próprio Orígenes.

Dentre os pontos dogmáticos discutidos estão a posição de João de Jerusalém pela qual sustenta que o Pai, o Filho e o Espírito Santo são invisíveis uns para os outros, na seguinte ordem: o Filho não vê o Pai, o Espírito Santo não vê o Filho. Deste modo estabelece entre as pessoas da Santíssima Trindade uma hierarquização, já que as mesmas têm poderes e estaturas diferenciadas e, nesse sentido, essa concepção se diferencia da concepção ortodoxa.

Ao combater as teses arianas, condenadas pelo Concílio de Nicéia, as concepções origenistas são combatidas implicitamente, já que a fonte de Ário é Orígenes. Neste sentido, ao construir a imagem

de João como ariano, ele aumenta a defensabilidade de sua causa contra o origenismo.

Observamos que nesse texto a argumentação detém uma importância considerável, sem narração praticamente, a não ser o fato de que João de Jerusalém, bispo da diocese de Jerusalém, sob cuja jurisdição vivia Jerônimo, aliou-se ao partido que defendia as idéias de Orígenes.

A figura do juiz, não muito alvejada por apelações, existe e a ela é dirigida a persuasão da condenação da heresia de Ário, que Jerônimo insinua que seu bispo professa sob a profissão manifesta dos dogmas de Orígenes.

No *Contra Heluidium*, há menção à instância do público ou do auditório, ou ainda do juiz quando se faz alusão no texto à figura dos irmãos (*fratres*), com uma única aparição, na abertura do texto: “Recentemente solicitado pelos irmãos a que contrapusesse resposta ao libelo de um certo Helvídio...”: *Nuper rogatus a fratribus, ut aduersus libellum cuiusdam Heluidii responderem...* (*Aduersus Heluidium*, 1). O restante do discurso é isento de menções, apelações etc.

O advogado (Jerônimo) é representado aqui como combatador de heresias, ao qual alia o crítico literário exigente, o exegeta rigoroso e o satirista dos costumes de seu tempo.

A heresia que Jerônimo combate é a de que Maria, a mãe de Jesus, tenha cessado de ser virgem em algum tempo. Contra essa heresia, Jerônimo sustenta a idéia de que a virgindade de Maria é perpétua. Por isso, Jerônimo investe contra a heresia veiculada na obra de Helvídio, com a refutação sistemática de cada ponto por vez, organizando sua obra de forma dialogada, alternando os turnos em que expõe ora as idéias de Helvídio, ora a própria refutação das mesmas idéias.

A princípio, Jerônimo trata do tema apoiando-se no 1º capítulo do Evangelho de São Mateus que focaliza o momento em que José decide tomar Maria como esposa, já grávida, e também depois, quando o evangelista Lucas retrata o desespero de Maria e José em Jerusalém, depois de terem perdido de vista a Jesus, no meio da multidão. Jerônimo sustenta sua argumentação com o recurso a múltiplas fontes textuais: Mateus, Lucas, Coríntios, Deuteronômio, Salmos,

Gênesis, Jeremias, Êxodo, Números. Jerônimo exclui a possibilidade de confusão entre unigênito e primogênito, dando a cada termo a explicação de sua extensão de significado dentro da questão. Se Jesus é unigênito, não terá irmãos, já que é o único gerado do Pai. O primogênito já indica a posição de primeiro lugar numa série de filhos gerados numa mesma família. Jerônimo explica que se pode dizer que o unigênito também pode ser considerado primogênito, sem que, com isso, haja necessidade de pensar em uma série de outros que se seguirão. A defesa desta idéia vem depois ratificada com a polissemia de *frater*: “...*natura, gente, cognatione, affectu...*”: por consanguinidade, por raça e cultura, por parentesco, por afeto. O recurso às fontes e a sua utilização apropriada no interesse da causa de combater a heresia de Helvídio e favorecer ao dogma da virgindade perpétua de Maria constituem o exegeta rigoroso e o crítico literário exigente.

Não é desprezível a veia satírica de Jerônimo presente no texto. Jerônimo critica os vícios de linguagem, a baixa qualidade do exórdio, o solecismo etc.:

...Ponho de lado os vícios de linguagem, dos quais todo o teu livro está cheio. Passo em silêncio teu ridículo exórdio. Ó tempos! Ó costumes! Não busco a eloquência que, não a tendo, buscaste tu mesmo no irmão Cratério. Eu diria, não solicito uma língua fulgurante, busco a pureza da alma. Junto aos cristãos, o solecismo é grande e é um vício, porque vergonhoso é narrar ou fazer. Venho ao calcanhar e concluo com uma interrogação chifruda, e assim farei contigo, como se nada faria mais acima: no mesmo lugar terem sido ditos os irmãos do Senhor...⁸

Sua mordacidade satírica se estende também às virgens que freqüentam tabernas, clérigos que são taberneiros e monges, desavergonhados. “...O que porém dirias serem certas virgens dadas a freqüentar tabernas, eu te digo mais, haver nessas tabernas também

⁸ *Praetermitto uilia sermonis, quibus omnis liber tuus scatet. Taceo ridiculum exordium. O tempora! O mores! Non quaero eloquentiam; quam ipse non habens, in fratre Craterio requisisti. Non, inquam, flagito linguam nitorem, animae quaero puritatem. Apud Christianos enim solecismus est magnus et uilium, turpe quid uel narrare, uel facere. Ad calcem uenio, et cornuta interrogatione concludo, sicque tecum agam, quasi superius nihil egerim: eodem dictos esse fratres Domini (Aduersus Heluidium 16).*

adúlteras e, para fazer-te pasmar ainda mais, clérigos serem taberneiros e monges, assanhados...”⁹

Observamos nesse texto uma concentração exclusiva na parte argumentativa, sem narração praticamente, a não ser o fato de que Helvídio lançou um libelo ao qual Jerônimo se dispõe a refutar.

A figura do juiz, não muito alvejada por apelações, existe e a ela é dirigida a persuasão da condenação da heresia de Helvídio que declara que a virgindade de Maria não foi perpétua.

No tratado *Contra Iovinianum*, escrito por Jerônimo a pedido de alguns “santos irmãos romanos”, em resposta a uns “Comentários” de Joviniano, citado por Jerônimo como o “Epicuro dos cristãos”, apela para o ideal ascético cristão, no intuito de refutar toda intrusão de elementos pagãos na prática religiosa cristã. Jerônimo segue o método da refutação sistemática das asserções pelas quais o adversário Joviniano solapa os fundamentos da vida ascética, a fim de denunciá-lo como herege e obter sua condenação.

A composição do tratado mostra, entretanto, que Jerônimo se apega menos aos erros dogmáticos de Joviniano que a suas consequências morais. De fato, se ele levanta bem quatro pontos contestáveis na doutrina de Joviniano, é na refutação do primeiro que ele consagra grande parte de seu trabalho; assim os 47 parágrafos do Livro I se opõem exclusivamente à reivindicação da igualdade dos méritos entre os diferentes estados de vida, bem como a refutação dos três outros pontos – a eficácia do batismo que liberta o batizado da tentação; a indiferença que há entre jejuar ou não jejuar; a identidade da recompensa para os batizados – encontra-se distribuída, no Livro II, entre 34 parágrafos. Curiosamente, Jerônimo não se detém muito na questão do batismo, consagrando a esta questão apenas 4 parágrafos, e esta seria a base teológica de toda a discussão.

Verificamos em Jerônimo a figura do combatador de heresias que se aplica em construir a imagem condenável de Joviniano como “sacerdote de Júpiter”, fazendo trocadilho com o nome de Iovinianus

⁹ *Quod autem ais quasdam esse uirgines tabernarias, ego tibi plus dico, esse in his et adúlteras, et, quo magis mireris, clericos esse caupones, et monachos impudicos...* (*Aduersus Heluidium*, 21)

/ Iouis (Júpiter). Com efeito, diz-nos o texto que Joviniano é um restaurador e um servidor de ídolos (*Vexillum crucis et praedicationis austeritas idolorum templa destruxerat: e regione luxuria penis, uentris et gutturis subuertere nititur [coluber tortuosus] fortitudinem crucis* – Adu. Iouin. II, 37), destila os venenos do diabo (*Libentius antidotum Christi bibet, cum diaboli uenena praecesserint* – Adu. Iouin. I, 4), sua pregação não é outra senão aquela que a da antiga serpente que expulsou o homem do paraíso (*Haec sunt sibila serpentis antiqui, his consiliis draco de paradiso hominem expulit* – Adu. Iouin. I, 4). Em todos estes pontos, Joviniano traz em si as imagens da religião pagã. Joviniano também é assimilado a um sectário de Epicuro, rejeitando-o, por este próprio fato, no domínio da filosofia, como pertencente a uma escola de verdades parciais e incompletas, quando a Igreja pretende ser a única detentora da única e total verdade.

Observamos nesse texto uma concentração exclusiva na parte argumentativa, sem narração praticamente, a não ser o fato de que Joviniano lançou um libelo ao qual Jerônimo se dispõe a refutar.

Não há menção ou apelação à instância do público ou do auditório, ou ainda do juiz no texto do *Contra Vigilantium*. Isto não quer dizer que a figura do juiz esteja anulada. No parágrafo 17, Jerônimo identifica o autor do pedido deste discurso: os santos presbíteros, Desiderius e Riparius. “...*Haec, ut dixi, sanctorum presbyterorum rogatu, unius noctis lucubratione dictaui...*” (*Contra Vigilantium* 17). Vigilância é o homem que, depois de ter passado uma temporada no mosteiro de Belém, então atingido com a excomunhão por João de Jerusalém, tinha logo depois denunciado o origenismo de Jerônimo.

No discurso *Contra Vigilantium*, observamos em Jerônimo a presença do combatador de heresias, desta vez investido do discurso satírico contra os costumes de um personagem gaulês, Vigilância. Em outras palavras, pela habilidade satírica de Jerônimo, podemos conhecer a deformidade da heresia pela apresentação que Jerônimo faz do “monstro” Vigilância. Como combatador de heresias, pelo viés da sátira, temos uma imagem do advogado ajustada à fé católica ortodoxa, da qual busca defender a pureza e a vigência no mundo cristão e sua consolidação.

É muito freqüente no texto recursos a imagens desqualificadoras que o orador atribui ao adversário Vigilânciao. Vigilânciao enche a barriga de pastéis e filosofa entre uma ou outra taça de vinho. Vigilânciao em meio a uma bebedeira vomitou e nisso Riparius e Desiderius escrevem que suas paróquias foram manchadas com a proximidade deste.

No parágrafo 6 do texto, lemos:

... tu dormes vigiando e escreves dormindo; e me propões um livro apócrifo que se lê sob o nome de Esdras por ti e por teus semelhantes; onde está escrito que, após a morte, ninguém ousaria pedir em oração pelos outros; esse livro nunca li. Que necessidade há, pois, de tomar esse livro nas mãos, o qual a Igreja não recebeu? A não ser que, talvez, tu me apresentes Bálsamo, e Barbelo e o Tesouro de Maniqueu e o ridículo nome de Leusibora, e, visto que moras perto das raízes dos Pirineus, estás próximo da Ibéria, tu persegues os incríveis portentos do antiqüíssimo herege Baslilde e da ciência descurada e propões o que é condenado pela autoridade de todo o orbe. Na verdade, em teu comentário, como se o tomasse como teu, tomas o testemunho de Salomão, aquilo que Salomão absolutamente não escreveu; de modo que tu que tens um outro Esdras, tens também um outro Salomão; e se te agradar, vá ler as revelações ficcionais de todos os patriarcas e profetas e quando as tiver aprendido, vá cantar entre as oficinas de tecelagem das mulheres, propõe-nas a serem lidas nas tuas tabernas, para que mais facilmente tu provoques, pelas tuas nênias o vulgo inculco, a beber... (*Contra Vigilantium*, 6).

A figura do juiz, não muito alvejada por apelações, existe e a ela é dirigida a persuasão da condenação da heresia de Pelágio que sustenta principalmente a *impeccantia* que é a concepção pela qual a graça de Deus, recebida no batismo, garante ao homem a condição de estar livre do pecado. A figura do juiz é a de um ser sábio o bastante para ler e entender a Escritura e evitar a concepção herética proposta por Pelágio, teatralizada no diálogo entre Ático (ortodoxo) e Critóbulo (herege).

Verificamos neste diálogo contra o pelagianismo a construção da figura do combatador de heresias e dos inimigos da fé católica. Desta vez, Jerônimo se volta contra a heresia que se caracteriza por... Sua construção se faz com um diálogo fictício entre dois personagens fictícios, Ático e Critóbulo, procedimento muito freqüente na diatribe, com a finalidade de que sejam identificadas as posições ortodoxas e as dos adversários pelagianos. Ele se ergue como bravo defensor da Igreja. Veja-se a citação seguinte:

...Contra aqueles que dizem que eu escrevo a presente obra abrasado pelas chamas da inveja, eu lhes responderei em uma palavra que nunca poupei os hereges e que sempre me apliquei a que os inimigos da Igreja se tornassem também meus inimigos...¹⁰

Deste modo o advogado se protege atrás do nome da instituição da Igreja.

Jerônimo discute nos três livros do diálogo *Contra Pelagianos* cada um dos adágios pelagianos recolhidos no livro dos *Testimonia de Pelágio* e os refuta com citações da Sagrada Escritura; ele põe a diante a fraqueza constitutiva do homem tomando o exemplo dos apóstolos e dos profetas e faz realçar a necessidade da graça de Deus, ativa nas menores circunstâncias da existência; ele rejeita a idéia de um batismo que, substituído pela única virtude da vontade própria e do livre arbítrio, marcaria o ponto de partida de uma vida isenta de pecado. Isto seria o que Pelágio denomina *impeccantia* ou *impecabilidade*.

A atitude de Jerônimo para com Pelágio é de a de quem combate a heresia, mas observa a caridade e evita a cólera para com a heresia e o herege.

Critóbulo: Tu me forças a que chegue àquele enraivecido e diga a ti: por que, pois, pecaram? Foi para que imediatamente me lances contra o povo e mates de propósito aquele que não podes pela força. Ático: Aquele sujeito mata o herege que ele tolera que seja herético. Aliás, nossa repreensão é uma vivificação, para que morrendo para a heresia, se viva para a fé católica. Critóbulo: Se nos sabeis heréticos, por que nos acusais? Ático: Porque o apóstolo me ensina a evitar o herético depois da primeira e da segunda repreensão, não acusar, sabendo o que seja o pervertido e o condenado por seu julgamento...¹¹

¹⁰ (*Aduersum eos autem qui me dicunt hoc opus inflammatum inuidiae facibus scribere, breuiter respondebo, nunquam me haereticis pepercisse et omni egisse studio ut hostes Ecclesiae mei quoque hostes fierent. Prol. Adu. Pelag. 2*).

¹¹ *Dial. Adu. Pel. III, 17: ...Critobulus: Cogis me ut ad inuidiosum illud ueniam, et dicam tibi: quid enim peccauerunt? ut statim in me populum conicias et, quem uiribus non potes, uoluntate interficias. Atticus: Ille haereticum interficit, qui esse haereticum patitur. Ceterum nostra correptio uiuificatio est, ut haeresi moriens, uiuas catholicae fidei. Critobulus: Si nos scitis haereticos, cur non accusatis? Atticus: Quia apostolus me docet haereticum post unam et secundam correptionem uitare, non accusare, sciens quod peruersus sit et suo iudicio damnatus... (Dial. Adu. Pelag. III, 17)*

Observamos nesse texto uma concentração maciça na parte argumentativa, com um investimento significativo contra as teses de Pelágio que Jerônimo combate como heresiólogo.

Os dois livros da Apologia de Jerônimo contra os livros de Rufino, acrescida da Epístola contra Rufino, que vem a constituir o Terceiro Livro da Apologia, são endereçados a Pamáquio e a Marcela. O título proposto pela edição de Pierre Lardet denota que a obra constitui uma defesa de Jerônimo contra um acusador que se serve de livros que incriminariam a Jerônimo.

Pamáquio e Marcela são pessoas do círculo de relações de Jerônimo em Roma e estão engajados na campanha anti-origenista, compartilhando o mesmo ponto de vista da causa de Jerônimo. Em todas as intervenções da obra, refutações e discussões de ordem dogmática, bem como as exposições de ordem social e eclesiástica, observamos a construção de uma preocupação com uma retificação de muitos aspectos, que ficariam relegados ao silêncio sem a intervenção de Jerônimo nesses pontos.

Jerônimo se apresenta como alguém que faz uso da palavra como único recurso para quebrar um silêncio nocivo, no qual ele veria reduzida a sua reputação literária e doutrinal (Eu guardo as vossas cartas nas quais escreveis que eu fui acusado e exortais que eu responda a quem acusa; de modo que não vejam em meu silêncio uma confissão de culpa: “*Teneo epistulas uestras, quibus accusatum esse me scribitis; et hortamini ut respondeam criminanti, ne, si tacuerim, uidear crimem agnoscere.*” Apologia I, 3).

Quanto à reputação literária, Jerônimo evoca a sua longa formação clássica que sustenta a sua atividade de tradutor, que, pela insinuação de Rufino, se acharia profundamente comprometida, a partir de uma ocorrência no texto do prefácio da tradução da obra Peri Archôn por Rufino. No referido prefácio, Rufino diz ter seguido os métodos empregados por alguém que havia traduzido a obra de Orígenes e havia feito correções no texto de origem de modo que a tradução não ofendesse nem causasse escândalo ao leitor em questão, no caso o romano. A referência a quem fez as traduções de numerosas obras para o latim do autor Orígenes só cabia a Jerônimo e este, lendo esta menção, se sentiu injustiçado por tudo que se pôde saber depois e não aceitou ficar na posição de tradutor que corrige o teor

do texto original, recebe a pecha de mau tradutor e, o que é pior, ter conluio com a heresia.

Em muitas passagens da obra, Jerônimo desqualifica a capacidade literária de Rufino e põe em relevo a sua própria, por exemplo no Livro I, 17, Jerônimo refere-se a Rufino com a alusão a um discípulo já idoso no meio de crianças aprendendo a arte retórica, em uma escola de tipo tradicional, em que o aluno teme a palmatória, os castigos, etc. (Tu que, nas letras latinas, murmuras e te moves a passo de tartaruga (Plauto, *Aulurária*, 49) mais do que avanças, ou deves escrever em grego para que pareças saber as letras estrangeiras, junto aos homens que desconhecem a língua grega, ou então se queres exercitar-te nas letras latinas, ouvir primeiramente o professor de gramática, poupar a mão da palmatória, e em meio aos garotos, discípulo senil de Atená¹², aprender a arte de falar:

Tu qui in latinis mussitas et testudineo gradu moueris potius quam incedis, vel graece debes scribere ut apud homines graeci sermonis ignaros aliena scire uidearis, uel si latina temptaueris, ante audire grammaticum ferulae manum subtrahere et inter paruulos, artem loquendi discere. (Apologia I, 17).

Na Apologia (I, 16-17), Jerônimo discorre sobre diversos autores de seu repertório de formação e nos revela impressionante familiaridade com os textos e questões de cada autor (Lê os livros de Cícero a Herênio, lê sua Retórica: “*Lege ad Herennium Tullii libros, lege Rhetoricos eius.*” Apologia I, 16). Em outro momento (II, 24-35), Jerônimo defende suas traduções bíblicas diante de comentários de várias personalidades importantes que insinuam que a sua tradução a partir do hebraico poria a baixo a tradicional tradução grega da Septuaginta. As suas traduções são, ao contrário, iniciativa de importante pioneirismo e ousadia, pois são feitas a partir dos originais hebraicos, sem a mediação da edição grega da Septuaginta. Nestas duas ocorrências fica patente a capacidade literária de Jerônimo, tanto no conhecimento das letras latinas e gregas, que não esqueceu, se atentarmos para a alusão ao famoso sonho descrito na epístola XXII do próprio Jerônimo, como também a disposição de aprender uma língua nova, como o hebraico, que a ele, falante de latim, deveria trazer inúmeras dificuldades.

¹² A expressão assinalada se encontra na língua grega no original, na edição de Pierre Lardet.

Já quanto à reputação doutrinal que implica a questão da heresia, Jerônimo utiliza em grande escala o método da refutação. As traduções que fez de Orígenes não implica em sua aceitação tácita das heresias contidas na obra de Orígenes e isso se torna claro pelas refutações. Refuta as objeções de Rufino ao seu comentário à Epístola aos Efésios e Jerônimo aí trabalha sobre seis passagens da referida epístola e tece sua refutação (I, 21-29); refuta a Epístola a Anastásio com as questões dogmáticas ali presentes que remetem diretamente às heresias origenistas, a origem da alma de Cristo, a ressurreição da carne, o castigo do diabo, a origem das almas (II, 1-10); refuta também o tratado que inocenta a Orígenes – o *De adulterationem librorum Origenis* –, atribuindo os conteúdos heréticos a interpoladores anônimos dos respectivos livros (II, 15-23). Tal tratado reflete uma prática muito comum nesta época da Antiguidade Tardia, em que a interpolação constituía uma prática fraudulenta e que, em casos como este, que coloca em oposição dois amigos e personalidades de eminente projeção, acaba revelando a necessidade de atribuir sempre idéias aos respectivos autores, a fim de poder saber e julgar com propriedade as produções intelectuais.

Até certo momento, os dois primeiros livros só são uma resposta a notícias indiretas que chegam a Jerônimo por meio de amigos, não sendo possível uma resposta efetiva, com base em documentos escritos. O terceiro livro da Apologia já traz uma resposta mais segura quanto ao aspecto doutrinal, porque Jerônimo já tem em mãos a Apologia contra Jerônimo que pode balizar sua defesa de modo mais efetivo.

De posse da Apologia contra São Jerônimo, Jerônimo dispõe de dados mais concretos para responder às investidas de Rufino. São importantes as suas reflexões sobre os métodos de tradução, já que estes foram a causa da dissensão entre os dois amigos. O próprio prefácio de Rufino, o qual admite ter feito correções ao texto original, já torna indefensável a sua tradução. Jerônimo tece comentários sobre várias personalidades do Oriente e do Ocidente e sobre vários incidentes. Jerônimo justifica o fato de ter feito uma tradução do Peri Archôn em resposta à tradução edulcorada de Rufino. Por fim, finaliza tentando uma saída cristã para o conflito.

Dada a dificuldade com que o autor se defronta para dirimir todos os pontos de dúvida, todas as questões dogmáticas, literárias e pessoais, extremamente polêmicas, presentes na obra, podemos considerar o texto como um exemplar do *obscurum genus*, se atentarmos para o grau de sua defensabilidade. No entanto, não observamos nesse texto um investimento muito significativo junto às figuras de Pamáquio e Marcela, cuja invocação até nem é muito freqüente no texto, por vezes inexistente.

Quanto ao *obscurum genus*, o texto, pela sua constituição, deixa entrever essa característica, já que a sua gestação se inicia oito anos antes de sua publicação, pelos fatos e pessoas e situações a que alude; também não devemos deixar de citar os inúmeros textos que põe em circulação – são cartas trocadas entre Jerônimo e um vasto círculo de clérigos e outros cristãos de importante projeção nesta época, tratados e traduções e, dentre estas, a do tratado do Peri Archôn, que é o principal motivo de Jerônimo ter-se oposto a Rufino, a partir de certo momento, depois que o autor Orígenes passa a ser debatido, em foros de oficialidade, especialmente no Oriente, onde as questões dogmáticas eram muito mais amplamente discutidas do que em Roma.

A figura do juiz é praticamente inexistente ou se apaga diante da figura do advogado. Este convoca para junto de si todas as circunstâncias que poderão lhe servir de defesa, como a sua capacidade literária de leitor, tradutor, comentarista, podendo traduzir, utilizar seus conhecimentos para aprender e veicular textos hebraicos, debater questões polêmicas, examinar e avaliar questões de atribuição literária, métodos de tradução, questões filosóficas e dogmáticas e, inclusive, dar conta de uma dissensão de grandíssimo peso.

No discurso *Altercatio Luciferiani et orthodoxi*, As anotações desse discurso reproduzem um suposto diálogo em que discutiram um sectário de Lúçifer de Cagliari e um cristão ortodoxo. Narra Jerônimo que, depois de se cuspirem mutuamente um na cara do outro, o escrivão anotou o diálogo que então constitui a parte principal do discurso e no qual há a alternância de turnos própria de um diálogo.

O juiz é representado como árbitro entre a ortodoxia e a heresia de Lúçifer de Cagliari.

O advogado retorna ao Concílio de Nicéia, o qual condenou a heresia ariana, que consiste em crer que há um único Deus, mas que o Filho e o Espírito Santo são criaturas do Pai.

Neste discurso, Jerônimo marca seu total desacordo com os luciferianos quanto à acolhida dos bispos que foram destituídos de sua dignidade episcopal em Rimini e foram privados da comunhão da Igreja. Os luciferianos só lhes concediam a comunhão na condição expressa que eles abandonassem suas prerrogativas episcopais e voltassem a ser simples leigos oriundos do arianismo, depois de uma simples imposição de mãos. Nesse caso, Jerônimo ataca o batismo que os heréticos ministravam. Neste caso, vemos o combatador de heresias ou o heresiólogo.

Ao se referir a Lúcifer, condena-o sem piedade: ele é culpado de deserção, de ter abandonado o rebanho (*reliquum gregem deseruit*), de ter deixado de prestar socorro à Igreja em perigo (*In tali articulo Ecclesiae... in tanta rabie luporum*).

Ao mostrar suas opiniões sobre Lúcifer de Cagliari, Jerônimo evita que seus contatos com este último acabe sendo percebido numa cortina de fumaça, já que, tendo sido ordenado por Paulino de Nola, que manteve estreitas relações com Lúcifer, quando de sua passagem por Antioquia, em 362, isto podia acontecer. Assim, o diálogo acaba servindo como encenação e rito de diferenciação entre ele, Jerônimo, e os luciferianos, com os quais poderia ser confundido. Neste caso, o advogado atua em defesa de si mesmo, de modo a apagar uma mancha que poderia comprometer sua reputação futura, já que este opúsculo polêmico é o primeiro da série de sete discursos.

Este discurso nos traz um método de trabalho interessante de observar quanto à forma de buscar esclarecer pontos intrincados e nebuloso. Neste discurso as duas posições estão contracenando e isto possibilita ao leitor, a quem cabe fazer um julgamento, escolher no emaranhado de posições e situações a que melhor lhe convence. O heresiólogo atua, em defesa de sua própria refutação e no interesse da ortodoxia. O juiz é representado como árbitro entre a ortodoxia e a heresia de Lúcifer de Cagliari.

CONCLUSÃO

Em todos os textos apresentados, o esforço de Jerônimo é operar a persuasão de que a heresia é um vício de que precisa se libertar a fé católica. Como tal, a cada representação desses vícios, o heresiólogo busca combater, utilizando os mais diversos artifícios como a sátira (como no caso de Vigilância), o diálogo (como no caso dos luciferianos), a denúncia (como no caso de João de Jerusalém), a exposição minuciosa (como no caso de Rufino), a construção racional calcada na Sagrada Escritura (como no caso de Helvídio), a refutação da religião pagã (como no caso de Joviniano e os Pelagianos).

BIBLIOGRAFIA

JEANJEAN, Benoît. *Saint Jérôme et l'hérésie*. Paris: Institut d'Études Augustiniennes, 1999.

JERÔNIMO. *Adversus Helvidium de perpetua virginitate B. Mariae*. **In:** MIGNE, J.-P. *Patrologia Latina* 23. Col. 193-216. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *Adversus Jovinianum*. **In:** MIGNE, J.-P. *Patrologia Latina* 23. Col. 221-352. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *Apologie contre Rufin*. Introduction, texte critique, traduction et index par Pierre Lardet. Paris: Cerf, 1983.

———. *Contra Iohannem Hierosolymitanum*. **In:** MIGNE, J.-P. *Patrologia Latina* 23. Col. 371-412. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *Contra Vigilantium*. **In:** MIGNE, J.-P. *Patrologia Latina* 23. Col. 353-368. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *Dialogus adversus pelagianos*. **In:** MIGNE, J.-P. *Patrologia Latina* 23. Col. 517-626. Paris: Garnier Frères, 1878.

———. *Dialogus contra luciferianos*. **In:** MIGNE, J.-P. *Patrologia Latina* 23. Col. 163-192. Paris: Garnier Frères, 1878.

LAUSBERG, H. *Manual de retórica literaria*. Fundamentos de una ciencia de la literatura. 3 vol. Madrid: Gredos, 1991.

**DISCURSOS A FAVOR DO GOLPE:
A PRODUÇÃO DE ENUNCIADOS ANTICOMUNISTAS
E A CONSTRUÇÃO DO GOLPE DE 1964
CONTRIBUIÇÕES DA AD NA ANÁLISE HISTÓRICA**

Pâmella Deusdará (UERJ)
pamellapassos@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Há muito circula no meio acadêmico o discurso que anuncia a necessidade de pesquisas interdisciplinares, ou ainda, trabalhos transversais que, através do diálogo entre as diferentes disciplinas, produzam análises que levem em consideração os fenômenos sócio-históricos em sua complexidade. Tal necessidade acentua-se para nós, pesquisadores das Ciências Humanas, que temos como objeto de estudo as ações dos Homens.

O presente artigo apresenta reflexões de uma pesquisa de mestrado em História, que se propõe ao desafio de compreender os processos históricos, a partir das pistas que se imprimem na materialidade da linguagem. Ou ainda, privilegiar o âmbito discursivo, para, através dele, compreender uma dada conjuntura. A esse respeito, afirma Bakhtin:

As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (...) a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriam caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem formados (Bakhtin, 2004, p. 41).

Partindo da afirmação de Bakhtin, para quem as palavras atuam como indicadores das transformações sociais, é que tomamos o terreno da linguagem, a priori visto como local de análise reservado a lingüistas e literatos em geral, como privilegiado para nossas reflexões.

A fim de compreender o contexto histórico que antecede a intervenção militar no Brasil em 1964, bem como refletir acerca da legitimidade social que permeou tal intervenção, investigamos o discurso anticomunista e sua relação com o golpe.

Com esse objetivo, elegemos o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipês) como objeto de nossa pesquisa, por compreender que este instituto atuou intensamente na construção do golpe. Em seus materiais – filmes, cartilhas, programas televisivos, entre outros – a (re)produção de um discurso anticomunista colaborou, segundo propomos como hipótese, para a legitimação social da derrubada de Goulart.

O Ipês é criado no berço de uma conjuntura internacional marcada pela ordem bipolar acirrada durante a Guerra Fria, que, na América Latina, assume novos contornos após o alinhamento de Cuba à União Soviética. A lógica bipolar que se acirra nesse período é, sobretudo, travada no plano da linguagem. Como diz Morray “Na guerra fria, as palavras adquiriram uma importância sem precedentes como armas” (Morray, 1961, p. 12)

Sob a ótica de Morray, o contexto internacional marcado pela disputa entre capitalismo e comunismo deve ser analisado para além de seus conflitos ‘reais’ nas respectivas áreas de influências, mas também no conflito cotidiano entre os discursos dos dois blocos.

Pretendemos assim, através dos referenciais da análise do discurso de base enunciativa, compreender o período que antecede a deposição de João Goulart, debruçando-nos sobre alguns materiais produzidos pelo referido instituto.

DISCURSO ANTICOMUNISTA: A PRODUÇÃO / DIVULGAÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE SUSTENTAÇÃO

Ao privilegiar o discurso anticomunista produzido pelo Ipês, entre os anos de 1961/1964, investigamos não somente a estrutura lingüística de tal discurso, mas simultaneamente, aqueles que de alguma forma se identificavam com o referido discurso, atuando como sua comunidade de sustentação, seja elaborando-os, reproduzindo-os ou ainda, atuando como co-enunciadores dessas produções.

A perspectiva por nós adotada referencia-se na noção de prática discursiva, apresentada por Maingueneau (1997), na qual o autor ressalta que o processo de constituição de um determinado grupo não

é exterior nem posterior ao do pensamento, ou ainda da elaboração de um discurso.

Para o referido autor, a prática discursiva constitui uma produção simultânea de textos e de determinadas comunidades de sustentação desses textos. De acordo com essa perspectiva, grupos produzem textos e textos dão visibilidade a grupos, sem que um preceda o outro. Isto significa dizer que os textos não são transparentes e, portanto, não apontam para uma comunidade preexistente.

Preferimos admitir que não existe relação de exterioridade entre o funcionamento do grupo e o de seu discurso, sendo preciso pensar, desde o início, em sua imbricação. Dito de outra forma, é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica (Maingueneau, 1997, p. 55)

Identificamos, assim, um processo de interlegitimação: os textos, ao serem produzidos, fazem supor a existência de uma comunidade que lhes dê sustentação, ao mesmo tempo em que, ao se instituírem, os textos produzem um lugar de onde é possível enunciá-los e outro, ao qual se dirigem.

Pensando o contexto histórico por nós abordado, sob a ótica da prática discursiva, podemos imaginar a produção de um discurso anticomunista que, dialeticamente, pressupõe a existência do anti-comunismo, ao mesmo tempo em que se traduz em uma comunidade de sustentação, ou seja, uma comunidade anticomunista.

Ao circularem, os textos anticomunistas produzem certo perfil para os anticomunistas, e estes pela sua existência, atuam diretamente na produção do discurso que se opõe ao comunismo, elaborando modos de combatê-lo, reafirmando outro projeto para o Brasil. Não podemos assim, estabelecer nenhuma relação de precedência, pois como afirma Maingueneau:

Não se dirá, pois, que o grupo gera um discurso do exterior, mas que a instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados. (Maingueneau, 1997, p. 55)

Como aponta Maingueneau, precisamos dar visibilidade, aos dois lados que compõem uma dada formação discursiva, e refletir

acerca da sua dimensão circunscrita no social e na linguagem. Ao produzir textos anticomunistas difundidos em seus materiais, o Ipês não só buscava criar uma dada identidade do que é ser anticomunista, como também dava visibilidade a uma “comunidade” anticomunista que sustentava tais reflexões e propostas.

Ou seja, a produção de textos anticomunistas, circulando em diferentes meios, quais sejam boletins, panfletos, programas televisivos, entre outros, ao colocar em cena o combate ao comunismo, materializa uma luta que supostamente se daria entre “os regimes orientais que escravizam o homem” e “as democracias ocidentais”. Essa luta vai produzindo modos de ser e agir anticomunista, dando visibilidade a uma comunidade de sustentação das referidas propostas e reflexões, os grupos anticomunistas.

Em nossa hipótese, tal instituto atuava divulgando e produzindo o anticomunismo. Ou seja, dando visibilidade a uma dada comunidade de sustentação, que possui uma identidade anticomunista, e também, produzindo tal identidade nos co-enunciadores de seus materiais através de enunciados que se opunham ao comunismo e que permeavam as produções ipesianas.

A REALIDADE SOVIÉTICA NUM FOLHETO: A CONSTRUÇÃO DO INIMIGO NO ÂMBITO DISCURSIVO

Atuando como um polvo com diversos tentáculos, o Ipês produziu: filmes, livros, cursos, seminários, boletins, programas televisivos e folhetos. Atravessa esses diferentes materiais um projeto de combate ao comunismo e de construção de uma sociedade brasileira de capitalismo associado ao capital internacional.

Trabalhamos com a idéia de que o discurso anticomunista foi utilizado pelos ipesianos, com a finalidade de atingir os dois objetivos apresentados acima, apontados por nós como sendo os principais do Ipês. Ou seja, a produção de um medo / repúdio ao comunismo permeou os materiais produzidos pelo instituto, sendo o discurso anticomunista privilegiado para difundir o projeto do Ipês.

Para o presente artigo selecionamos como *corpus* de análise um folheto produzido por esse órgão e que busca apresentar a reali-

dade de um trabalhador soviético sindicalizado. Com intuito de realizar uma análise que privilegie o âmbito enunciativo recorremos a noção de *gêneros do discurso*, introduzida por Bakhtin (2000) e operacionalizada por Maingueneau (2001).

(...) cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso.

A riqueza e variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa (Bakhtin, 2000, p. 279).

Temos assim, nos seguintes elementos, pistas importantes para a caracterização dos gêneros do discurso, na associação indissolúvel entre práticas de linguagem e atividade social: temáticas abordadas, o tempo e o espaço de enunciação, suporte e modos de difusão, dentre outras.

Ilustrando a definição e alguns dos critérios apresentados anteriormente, diríamos que, se pensarmos no gênero receita, imediatamente nosso conhecimento de mundo nos remeterá às prescrições médicas ou procedimentos de culinária, pois as formas relativamente estáveis desses enunciados apontam para tal associação. No entanto, se alguém nos fala de uma receita de tese acadêmica, ou mesmo receita de poesia, o estranhamento se torna inevitável, pois aponta para uma aparente transgressão do que circunscrevemos como gênero receita.

O material por nós analisado circunscreve-se no gênero folheto, que, de maneira geral, podemos caracterizar como capaz de divulgar/ apresentar temáticas de forma sucinta. Assumindo uma função propagandística, o folheto apresenta traços didáticos, que têm como objetivo assegurar a interlocução entre enunciadores e co-enunciadores.

No que tange às possibilidades de temáticas inerentes ao gênero folheto, acreditamos que tal gênero agrega um leque amplo de opções. Os folhetos são: comerciais, religiosos, políticos científicos dentre outros. E no interior dessa divisão temática podemos ainda pontuar sub-temáticas trabalhadas por cada uma delas.

Em nossa análise, caracterizamos o folheto produzido pelo Ipês como sendo um folheto de cunho político, pois apresenta os traços estáveis que classificam tal gênero. O material possui oito laudas, sem contar as capas, em formato brochura e que divulga a “realidade de um trabalhador soviético”.

A temática abordada pelo folheto é um fator importante para classificá-lo como um folheto político. Outro aspecto que nos leva a tal conclusão, é estruturação / organização do texto, que se centra na exposição e “comprovação” de idéias, utilizando-se exclusivamente da linguagem escrita, não utilizando imagens como: figuras, charges etc.

Passemos agora para uma análise mais sistemática de nosso material, momento no qual as opções teóricas feitas se concretizam. Primeiramente, cremos ser importante para a referida análise uma breve explanação sobre o contexto histórico no qual o folheto foi elaborado.

O período no qual o folheto foi produzido caracteriza-se pela disputa ideológica entre comunismo e capitalismo, essa bipolarização, materializava-se, dentre outras formas, na oposição entre mundo “democrático” e mundo soviético. No contexto brasileiro a Guerra Fria assumia seus próprios contornos, segundo interesses da burguesia nacional, como veremos em nosso *corpus*.

Um primeiro elemento a ser apontado em nossa análise é a criação de uma cena de diálogo entre enunciador e co-enunciador, com ênfase para uma dinâmica de perguntas que vão sendo respondidas, elaboração de hipóteses centradas em um “você”, entre outras marcas. A encenação do referido diálogo pode ser percebida já na capa do material, onde encontramos a seguinte frase: “*Se você fosse um trabalhador soviético... a principal tarefa de seu sindicato, seria fazer você trabalhar ainda mais*”.

Podemos apreender como marcas lingüísticas a utilização das aspas, como forma de evidenciar um deslocamento do enunciado de outra situação de enunciação, ou ainda de atribuição do enunciado a outro enunciador. O emprego da conjunção condicional “se” também oferece pistas para nossa análise, pois busca desde a capa do folheto, produzir uma identidade do co-enunciador (você), que, ao longo do

material, constrói-se como sendo o trabalhador brasileiro em oposição ao trabalhador soviético.

Retomando nossas reflexões acerca da idéia de prática discursiva, e da simultaneidade entre produção de discursos e comunidades de sustentação, devemos pensar que, ao mesmo tempo em que o Ipês divulga as idéias de uma determinada parcela do social, que compreende o mundo soviético tal como ele é apresentado neste folheto, ele também procura produzir uma comunidade que se identifique com tal leitura.

Ou seja, através de seus materiais, o instituto por nós estudado dá visibilidade a uma dada visão dos comunistas, sustentada por seus enunciadores anticomunistas, assim como objetiva ampliar reunir mais adeptos dessa visão e que passem a sustentar suas propostas.

Pressupondo um co-enunciador que apresente interesse em conhecer a legislação, os sindicatos e a vida de trabalhadores soviéticos, o enunciador fala sobre a realidade soviética a um “você”, trabalhador brasileiro.

Todavia esse “conhecimento” da realidade soviética dar-se-á através da mediação do enunciador do folheto, que, lembremos, é um instituto anticomunista. Assim, como em toda formação discursiva, o enunciador realizará uma “tradução” da realidade soviética, de acordo com a sua leitura de mundo, com base em sua competência discursiva.

Essa tradução se dará através da produção de um simulacro do mundo soviético, por parte do enunciador, que interpreta a lei para o seu co-enunciador, fato que nos leva à hipótese de que esse pressupõe um co-enunciador incapaz de compreender a legislação soviética.

Assim, a Constituição dos sindicatos soviéticos é “interpretada” e “traduzida” pelo enunciador, a fim de “construir” a realidade de um trabalhador soviético. Dentre as diversas marcas lingüísticas presentes em tal tradução, acreditamos ser importante ressaltar o estranhamento do enunciador ao falar da realidade de um trabalhador soviético, estranhamento esse que aparece através das aspas, como no fragmento abaixo:

Note-se nesta LEI COMUNISTA não há uma só palavra que diga que os «sindicatos» lutarão pela elevação dos salários, mesmo que seja elevada a produção, à força.¹³

Assim não somente neste fragmento, mas ao longo de todo o material, ao se referir aos sindicatos soviéticos, o enunciador faz uso das aspas, opondo «sindicato» soviético ao sindicato verdadeiro:

Será que um verdadeiro sindicato ajudaria a empresa a fazer com que os trabalhadores «cumpram e ultrapassem» as quotas de trabalho ou será que deveria antes proteger seus trabalhadores contra o trabalho excessivo? (*Idem, ibidem*)

O fragmento acima aponta para outra característica presente no referido folheto, qual seja o tom didático que se mostra em pistas lingüísticas tais como perguntas, reformulações e relatos autorizando o enunciador a falar a partir do lugar de alguém que conhece as leis comunistas.

Procuramos identificar, nesta breve análise, a relação entre o discurso anticomunista produzido pelo Ipês, bem como sua comunidade de sustentação, refletindo acerca de alguns dos elementos coercitivos da configuração de um gênero do discurso, em nosso caso, o gênero folheto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pressupondo como co-enunciadores um público amplo, composto de trabalhadores interessados no modelo de sindicato soviético, o enunciador vai passo a passo construindo a identidade do trabalhador brasileiro a partir do confronto com o que ele apresenta como sendo o trabalhador soviético, divulgando assim, de forma bastante didática, um simulacro do mundo comunista.

Destacamos assim que a produção de identidade se constrói necessariamente através da alteridade, ou seja, é pela relação que estabelece com o outro, seja ela de aproximação ou afastamento, que produz minha identidade.

¹³ Folheto "Se você fosse um trabalhador soviético", p. 2. Arquivo Nacional. Fundo Ipês.

Em nosso caso específico, o enunciador do folheto procura construir uma identidade para o co-enunciador “você” [trabalhador brasileiro] que se opõe ao que ele produziu como sendo a identidade do “trabalhador soviético”.

Utilizando-se do gênero folheto, que, como apresentamos anteriormente, caracteriza-se por apresentar / divulgar idéias de maneira sucinta, o Ipês ao produzir este material dialoga diretamente com os trabalhadores brasileiros, dando visibilidade a uma identidade anticomunista, e de modo simultâneo agindo para ampliação de tal identidade entre os trabalhadores brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Denise. *Propaganda e cinema a serviço do golpe (1962-1964)*. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2001.

BAKTHIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 11ª ed. 2004.

———. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Rio de Janeiro: Contexto, 2004.

DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Trad. Laboratório de Tradução da Faculdade de Letras da UFMG. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FLORES, V. N. & TEIXEIRA, M. *Introdução à lingüística da enunciação*. São Paulo: Cortez, 2005.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3ª ed. São Paulo: Pontes, 1997.

———. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2001.

ROCHA, Décio & DEUSDARÁ, Bruno. Análise de conteúdo e análise do discurso: O lingüístico e seu entorno. *DELTA*, São Paulo, vol. 22, p. 29-52. 2006.

ANÁFORA INDIRETA UM ELEMENTO DE PROGRESSÃO REFERENCIAL NO TEXTO FALADO?

Carmen Elena das Chagas (UFF)
carmenechagas@yahoo.com.br

SÍNTESE TEÓRICA

A língua constitui uma atividade específica no contexto do texto falado, pois é resultado de uma tarefa cooperativa de dois interlocutores num mesmo momento e num mesmo espaço. Em outros termos, é a dialogicidade instaurada pela situação face a face (Hilgert, 1991, *apud* Fávero, 1991) que caracteriza a língua falada.

A conversação é um evento de fala especial que corresponde a uma interação verbal centrada, que se constrói durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam a sua atenção para um objetivo, que é o de trocar idéias sobre determinado assunto. Em ligação com a progressão ou a manutenção referencial que mapeia a tessitura do texto, a conversação representa a preservação e a introdução de novos referentes, a retomada e a reintrodução, entendendo-se, pois, que ela desenvolve a progressão ou a manutenção tópica que sustenta a organização informativa e que dirige o fluxo de informação.

Uma referenciação é bem sucedida quando o interlocutor consegue reconhecer o referente do discurso no ponto em que essa operação lhe foi solicitada e tal definição ocorre quando o locutor a deixou acessível. Assim o processamento do discurso, sendo realizado por sujeitos ativos é estratégico, isto é, implica da parte dos interlocutores, a realização de escolhas significativas entre as múltiplas possibilidades que a língua oferece.

Partindo da idéia de que as referências textuais são desenvolvidas no processo discursivo e de que muitos referentes são objetos-de-discurso construídos no modelo textual, pretende-se, aqui, analisar casos de progressão referencial, a partir dos pressupostos teóricos da Linguística Textual e da Análise do Discurso, sabendo que mesmo não existindo um vínculo de retomada direta entre uma anáfora indireta e o co-texto, existe um vínculo coerente na continuidade te-

mática que não compromete a compreensão. Assim, uma relação indireta que se constrói inferencialmente, a partir do co-texto, com base em nosso conhecimento de mundo, trata-se, pois, de uma anáfora indireta. Ela, normalmente, é constituída por expressões definidas, indefinidas e pronomes interpretados sem que lhes corresponda um antecedente explícito no texto. É um processo de referenciação implícita, já que não reativa referentes conhecidos e sim os apresenta como novos. Assim, é a seleção adequada dos possíveis referentes que vai permitir a mobilidade das inferências necessárias à ativação do referente.

CORPUS

O objeto de estudo deste trabalho é construído a partir de um *corpus* oral proveniente de gravações, em interação face a face, feitas com 30 alunos de faixa etária aproximada, de sexo diferente, do 9º ano de escolaridade de uma escola pública municipal. No decorrer do texto os alunos serão identificados como L1 (locutor 1), L2 (locutor 2), sucessivamente, para uma melhor proteção de face. No desenvolvimento do trabalho oral foi utilizada uma dinâmica com o título “Rótulos”, com o objetivo de proporcionar a motivação dos mesmos para uma fala mais fluente. Esta dinâmica foi feita através de um monitoramento por um informante, onde o mesmo procura não influenciar o desempenho natural da conversação.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

O termo anáfora, hoje, é utilizado para designar expressões que, no texto, referem-se a outras expressões, enunciados, conteúdos ou contextos textuais, contribuindo assim para a continuidade tópica e referencial. Na sua essência, a anáfora é um fenômeno de semântica textual de natureza inferencial e não uma simples cópia referencial.

(1)

L7	Existe também pessoa de duas caras
L4	É mais aí também... mas isso já influencia. Você conhece a pessoa e depois vê que ela é falsa

Neste exemplo L4 retoma, através do pronome demonstrativo *isso*, a construção formada por L7 *pessoa de duas caras*. *Isso* sintetiza a opinião do locutor anterior, dando assim, continuidade ao tópico em questão.

Um sintagma fórico pode não ter referência anterior explícita, e, portanto, pode não haver referente disponível para retomada. O interlocutor, entretanto, será capaz de identificar o objeto-de-discurso referido, se a formulação do texto tiver garantido os dados pertinentes e, se a textualização for tal que apenas deixe sem explicação as bases de conhecimento que o locutor tenha como pertencentes à informação pragmática de seu interlocutor. Isto explica por que, nos textos orais, em que estão, fortemente, presentes as determinações situacionais, são tão usuais e bem sucedidas as remissões anafóricas sem que haja referente textual anteriormente expresso.

(2)

L3	Mentiroso.
Inf.	Que palavra está escrita? O que você achou?
L3	Mentiroso. Eu não sou assim, não mas eu acho que eles agiram certo de tá tampando os ouvidos...

No exemplo 2, há uma palavra genérica ativada no momento em que L3 responde a pergunta feita pelo informante, mas, na realidade, o pronome pessoal *eles* não faz referência explícita a nenhum termo expresso, anteriormente, no co-texto, mas é possível recuperar o seu significado através da situação, pois tratando-se de uma dinâmica de grupo, como foi esclarecida, *eles* se refere aos demais alunos que compõem o grupo.

Assim, as anáforas indiretas caracterizam-se pelo fato de não existir no co-texto um antecedente explícito, mas sim, um elemento de relação que se pode denominar de âncora e que é decisivo para a interpretação (Schwarz, 2000, *apud* Koch, 2002). Podem funcionar como âncoras representações lingüísticas de complexidade sintática, semântica e conceitual extremamente variável. A interpretação das anáforas indiretas baseia-se, conforme o texto, em conhecimentos semântico, conceitual e inferencial.

- (3)
- | | |
|----|---|
| L8 | Sendo que .. muitos não fazem
não passaram por este rótulo |
|----|---|

Uma anáfora indireta de tipo semântico é sempre baseada no léxico. Neste exemplo 3, L8 utiliza o pronome *muitos* para se referir à expressão nominal *muitas pessoas* cujo valor semântico é o mesmo. Não há um antecedente expresso, mas o indefinido induz a quem ele se remete.

- (4)
- | | |
|----|--|
| L6 | Hoje, lá na sala, a professora de Matemática
ele tá batendo com o negócio do lápis
a professora de Matemática
L9, você tá prestando atenção na aula? |
|----|--|

No exemplo 4, observa-se, perfeitamente, uma anáfora indireta baseada no conhecimento de mundo, pois *negócio do lápis* remete ao esquema de bater com uma parte do lápis na carteira escolar. Toda pessoa que já passou por uma escola tem condições de entender à que L6 estava se referindo.

- (5)
- | | |
|------|---|
| Inf. | O que tá escrito em cima dele ? |
| L6 | Fazer mímica com a boca
como se eu tivesse falando |

O exemplo 5 é típico de uma anáfora indireta inferencial, pois é baseada na dedução de que a contração da preposição *de* com o pronome pessoal *ele = dele* refere-se à palavra rótulo, ou melhor, do que está escrito no papel que coube ao falante L6.

Estas anáforas indiretas produzem coerência textual uma vez que preenchem os espaços referenciais nos casos de especificações semântica, conceitual e inferencial, isto é, os processos cognitivos e a estratégias inferenciais são decisivos na atividade de textualização levando a um universo referencial emergente do texto.

As anáforas indiretas põem em destaque três características:

- a não-vinculação da anáfora com a noção de retomada;
- a não-vinculação da anáfora com a noção referenciação;
- a introdução de novos referentes.

Schwarz (2000, *apud* Koch, 2005) apresenta uma classificação de anáfora indireta:

Anáfora indireta baseada em papéis temáticos dos verbos

Deve-se ter em mente uma teoria dos papéis temáticos para os verbos e observar como esses papéis são preenchidos.

(6)

L6 [pior ainda é quando você...
 acaba e você **perdeu**
 aí mesmo que você sai colocando...
 defeito em todo mundo que tava no **jogo**

Como se observa o verbo *perder* possui seus papéis temáticos e nesse caso a palavra *jogo* cumpre esse papel que ficou implícito com o uso do verbo.

Anáfora indireta em relação semântica inscrita nos sintagmas nominais definidos

Pode-se lembrar, particularmente, as relações meronímicas, ou seja, relações parte-todo.

O exemplo 4 exemplifica este tipo de anáfora, pois o sintagma nominal *negócio* representa uma parte do *lápiz* que pode ser a ponta ou não.

Anáfora indireta baseada em esquemas cognitivos e modelos mentais

São anáforas indiretas ancoradas em representações conceituais ou relações cognitivas encapsuladas em modelos mentais comumente chamados de frames que representam focos implícitos armazenados em nossa memória de longo prazo como conhecimento de mundo organizados.

(7)

L12 eu sou meio desligado em algumas **aulas**
 mas também sou responsável
 Ciências, porque **ela** cismou com a minha cara

Note-se que o pronome pessoal *ela* não reativa algum referente prévio, mas se ancora no texto precedente, em especial nas palavras *aulas* e *Ciências*, porque neste caso o conhecimento de mundo nos remete a entender que *ela* só pode ser a professora de Ciências, já que em uma aula, normalmente, há uma professora.

Anáfora indireta esquemática realizada por pronomes introdutores de referentes

Estes pronomes não são retomadas de referentes anteriormente introduzidos, mas ativadores de novos referentes com base em elementos prévios que aparecem no discurso.

(8)

Inf.	Deixa ele falar GEN..te
L11	Eu não sou metido não, dona eles que passam por mim e não fala nada

Aqui L11 ativa o pronome *eles* ancorado no elemento implícito na construção *GEN...te* dita pelo informante, pois através deste contexto percebe-se que há mais pessoas participando da conversa.

Anáfora indireta baseada em inferências ancoradas no modelo do mundo textual

Trata-se de anáforas fundadas em conhecimentos retrabalhados por estratégias inferenciais maximizadas pelo conjunto de conhecimentos textuais mobilizados.

(9)

L13	Os seios das mulheres todo homem assim, sei que olha [para os seios da mulher
L4	[Só que não é esse ponto que ela quer chegar que geralmente o seio assim para a mulher laço de feição que o seio é a única coisa que liga ela ao filho assim

O trabalho cognitivo para operar com este tipo de anáfora é maior do que com os esquemas cognitivos e mentais. No exemplo 9, L4 ativou o sintagma nominal *filho* através de uma situação vivenciada na construção de L13 *seios*, já que a mãe/mulher amamenta o fi-

lho em seu seio, trazendo um *laço de feição* que a liga ao filho. É uma construção feita a partir da progressão do texto.

Anáfora indireta baseada em elementos textuais ativados por nominalizações

Essa anáfora indireta tem uma relação direta com algum verbo do qual mantém a origem.

(10)

L14 Têm vários tipos de **alimentar** o ser humano
 têm outros tipos de **alimentação**
 como... posso falar também.

Neste exemplo, alimentar é ativado através do sintagma nominal *alimentação* e essa passagem de um verbo para um nome é tida como um processo de nominalização.

Em todos esses tipos explicitados, dá-se sempre uma anáfora indireta, cuja solução acontece através de uma âncora, seja ela semântica, conceitual ou processual e o domínio de interpretação ativado por essas âncoras deve, sempre, fornecer uma coerência para o processamento textual. Assim uma relação indireta que se constrói inferencialmente, a partir do co-texto, com base em nosso conhecimento de mundo, trata-se, portanto, de uma anáfora indireta.

Koch (2002) classifica a anáfora associativa como um subtipo das anáforas indiretas, na qual introduz um referente novo no texto, por meio da exploração de relações meronímicas, ou seja, todas aquelas em que um dos elementos da relação pode ser considerado ingrediente do outro. Isto fica claro no exemplo 4. Esta anáfora explora relações em que um dos elementos pode ser parte do outro. O mecanismo destes tipos de anáfora se baseia em conhecimentos gerais, supostamente, partilhados entre os interlocutores, que são apresentados sob a forma de proposições que colocam em relação referências genéricas.

CONCLUSÃO

As anáforas indiretas além de darem manutenção ao tema são elementos responsáveis por uma grande carga informativa no interior

do discurso, pois são elementos que mostram certa apreciação por parte do autor do texto, que inserem locutor e interlocutor num mesmo entorno comunicativo e ativam os conhecimentos partilhados pelos mesmos. Estas anáforas constroem objetos-de-discurso resultantes de uma negociação entre estes falantes, pois os objetos são dinâmicos, isto é, uma vez introduzidos, podem ser modificados, desativados, reativados, transformados, recategorizados, construindo ou reconstruindo-se, assim, o sentido no curso da progressão textual.

Mondada & Dubois (1995) falam em uma instabilidade constitutiva das categorias, tanto cognitivas como lingüísticas, para defender que a prática de produção e de interpretação dos textos não é atribuível a um sujeito cognitivo abstrato, ideal e solitário, mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo.

Através do *corpus* analisado, observou-se que as anáforas indiretas são, realmente, elementos de progressão textual do texto oral, à medida que os usuários da língua utilizam-nas de maneira coerente no processo de interação lingüística.

Desta forma, nas anáforas indiretas, em geral, é a seleção adequada das possíveis âncoras que vai permitir a mobilização das inferências necessárias à ativação do referente, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do texto, através da progressão referencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FÁVERO, Leonor Lopes. *Coesão e coerência textuais*. São Paulo: Ática, 1991

KOCH, Ingedore Villaça et al. *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto. 2005

———. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. *Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référénciation*. TRANEL, nº 23, 1995.

AS DIFERENTES FACES UTILIZADAS NA CONSTRUÇÃO DE RAPS

Tatiana Aparecida Moreira (UFES)
taty-am@bol.com.br

INTRODUÇÃO

De uma maneira geral, *raps* caracterizam-se por trazerem, em suas letras, a insatisfação e a crítica sobre algum problema que atinge à sociedade como um todo ou, como no caso dos *raps* analisados neste trabalho, “Racistas Otários”, dos Racionais MCs, e “Lavagem Cerebral”, de Gabriel O Pensador, uma espécie de desabafo e repúdio ao problema do preconceito racial sofrido por muitas pessoas em pleno século XXI.

No *rap* “Racistas Otários”, dos Racionais MCs, cujo refrão é ‘Racistas otários nos deixem em paz’, há uma clara menção aos que têm preconceito, com um pedido, em forma de ordem, para que os discriminadores parem com tal prática. Em “Lavagem Cerebral”, de Gabriel O Pensador, também há o pedido para se fazer uma espécie de ‘lavagem cerebral’, pois, só assim, de acordo com o *rapper*, as pessoas se “libertariam” e não seriam mais discriminadoras.

Como se nota, nesses *raps* há a crítica à prática da discriminação racial e, conseqüentemente, tal desaprovação pode funcionar como violadora da face positiva dos indivíduos que fazem tal ato.

Assim, como será analisada a construção das diferentes faces nos dois *raps*, este trabalho utilizará, como suporte teórico, as noções de Goffman (1967) sobre atuação no meio social e a Teoria da Polidez, proposta por Brown e Levinson (1987).

Também serão expostas as concepções de gênero do discurso, encontrada em Koch (2003), e a do gênero canção, proposta por Costa (2003), por se estar analisando *raps*. Além disso, será feita uma pequena exposição da cultura *Hip Hop* a fim de que se entenda o contexto no qual os *raps* estão inseridos.

E para se verificar a construção das faces nos dois *raps* analisados, foram observados os atos que ameaçam às faces positiva e ne-

gativa dos falantes e dos ouvintes, bem como as estratégias de polidez positiva adotadas pelos falantes. Não se pretende, com este trabalho, definir como via de regra que, em outros *raps*, também coincidam os mesmos atos de ameaças às faces e as mesmas estratégias de polidez positiva, pois, como se sabe, cada enunciado é único e cada situação comunicativa tem seu contexto, não cabendo repetições e sim inovações, uma vez que o contato e a interação com o outro se renova a todo o momento.

CARACTERIZANDO A CULTURA *HIP HOP*

Antes de fazer uma pequena explanação sobre o movimento *Hip Hop* e como se trabalhará com o gênero canção (*raps*), serão apresentadas as definições de gênero do discurso, exposta em Koch, e a de gênero canção, de Costa.

A lingüista Ingedore Koch menciona que os gêneros do discurso estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais. E, segundo Schneuwly, citado por Koch (2003, p. 55), “o gênero pode ser considerado como ferramenta, na medida em que um sujeito – o enunciator – age discursivamente numa situação definida – a ação – por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento semiótico – o gênero.”

Já o gênero canção, segundo Costa (2003, p. 59, grifo do autor), “é um gênero híbrido, de caráter **intersemiótico**, pois é o resultado de dois tipos de linguagens, a verbal e a musical (ritmo e melodia).” Esse gênero apresenta alguns subgêneros, como o *rap*, característico da cultura *Hip Hop*¹⁴.

O *Hip Hop* tem suas origens, na década de 60, em bairros periféricos dos Estados Unidos, como o Bronx, em um período em que a luta pelos direitos civis dos negros fortaleceu-se, com conseqüente valorização da cultura negra. O movimento *Hip Hop* teve como um de seus líderes o DJ Afrika Bambaataa que utilizava diferentes tipos de gravações para criar os *raps*. Esses sons eram desde James Brown

¹⁴ Esse termo significa: *hip* que quer dizer quadril e *hop*, salto, ou seja, saltar movendo os quadris.

(o mestre da *soul music*) até o som eletrônico da música “Trans-Europe Express” (da banda européia Kraftwerk), misturadas ao canto falado trazido pelo DJ jamaicano Kool Herc.

O movimento *Hip Hop* também é denominado de cultura e apresenta como elementos principais o *break*, o *graffiti*, o MC ou *rapper* e o DJ. O MC (mestre de cerimônia) ou *rapper* é a pessoa que canta e, geralmente, produz os *raps*¹⁵, estes contêm em suas letras muitos questionamentos e críticas à sociedade em geral. O *street dance* ou *break* é a dança, com muitos passos que surgiram em protesto à guerra do Vietnã e que imitavam os movimentos dos feridos nos combates, com coreografias “quebradas”, por isso o nome *break*. O *graffiti* representa a artes plásticas feitas pelos grafiteiros e o DJ é a pessoa responsável pelas mixagens dos sons.

No Brasil, essa cultura chegou por volta da década de 80, transformando o centro de São Paulo no principal pólo de *Hip Hop* do país. Atualmente, o movimento e seus elementos já estão presentes em outros estados, como Rio de Janeiro e Espírito Santo, só para citar alguns exemplos.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Neste tópico serão mencionadas as noções de Goffman (1967) sobre atuação do ser humano no meio social e um breve esboço da Teoria da Polidez, proposta por Brown e Levinson (1987), que ampliaram o que fora proposto por Goffman.

Goffman, em seus estudos, menciona que cada pessoa possui uma face, uma espécie de “máscara”, que é utilizada pelos indivíduos para serem aceitos socialmente, e, para tal, valem-se de alguns recursos, como observação dos gestos, dos olhares, dos posicionamentos dos interlocutores, entre outros, a fim de preservarem, não só a sua, mas também a face de seu parceiro.

Brown e Levinson (1987) no livro *Politeness some universals in language usage* estudam os princípios utilizados na construção da

¹⁵ Rap é a sigla de *rhythm and poetry* e significa ritmo e poesia.

polidez na linguagem cotidiana. E, para tal, descrevem e esclarecem alguns paralelismos existentes na construção lingüística dos enunciados com que os povos se expressam em línguas e em culturas diferentes. Os estudiosos, a fim de comprovarem isso e de que é possível se ter universais de polidez, fazem a análise de três línguas e culturas diferentes, que são: o TAMIL do sul da Índia, o Tzeltal falado por índios Maias em Chiapas, no México, e o inglês dos EUA e o da Inglaterra. Os autores partem do pressuposto de que, mesmo em línguas e em culturas diferentes, encontram-se alguns princípios gerais (de cooperação, de preservação da face, de ameaça à face do outro, entre outros) que regem a interação social e, desse modo, o modelo de polidez forneceria as ferramentas necessárias para analisar a qualidade de relações sociais em toda a sociedade.

Os dois teóricos mencionam que cada pessoa tem uma face positiva e uma negativa que representam, respectivamente, a “fachada” social e o “verdadeiro eu” de cada indivíduo. E como, em cada interação social, existem pelo menos dois participantes, tem-se, pelo menos, quatro faces, duas pertencentes ao falante (uma positiva e uma negativa) e outras duas relacionadas ao ouvinte (uma positiva e uma negativa).

E como tanto o falante quanto o ouvinte estão em interação a todo o momento, os atos produzidos por eles podem, de alguma maneira, ameaçar a face de um ou de outro. Esse ato de ameaça à face é denominado, por Brown e Levinson, de *Face Threatening Act* (FTA). Assim, pode-se fazer o ato indiretamente (off record), diretamente (on record) e de um modo mais direto ainda (bald on record), com o emprego de formas imperativas, por exemplo.

Desse modo, segundo os estudiosos, a fim de serem polidos e evitarem atos que ameacem ou quebrem suas faces, os falantes e os ouvintes usam diferentes recursos para preservarem suas faces tanto a positiva quanto a negativa. E também em *Politeness some universals in language usage*, Brown e Levinson descrevem e exemplificam as estratégias utilizadas pelos interlocutores nesse processo de manutenção de suas faces, além de abordarem os atos que ameaçam as faces positivas e negativas dos interlocutores.

Desse modo, como em cada situação conversacional há pelo menos dois interlocutores, os atos, que ameaçariam à face positiva e à negativa de ambos, podem ser assim distribuídos:

Atos que ameaçam o “território”, a face negativa, do ouvinte: ordens, pedidos, sugestões e conselhos não requeridos, ameaças, advertências, entre outros. Ou seja, tudo aquilo que o falante menciona com o objetivo de intimidar o “território” do outro, fazendo-o se sentir desconfortável e intimidado diante de determinada situação.

- Atos que ameaçam a “máscara”, a face positiva, do ouvinte: provocações, reclamações, críticas, discordância, entre outros. Ou seja, os atos mencionados pelo falante que provocam incômodos no ouvinte e o fazem se sentir ameaçado.

- Atos que ameaçam a face negativa, o “território”, do falante: aquilo que faz com que o falante sinta-se desestabilizado e seja levado a fazer algo em benefício de outrem, como prometer algo ao ouvinte e ter que cumprir.

- Atos que ameaçam a face positiva, “a fachada social”, do falante: pedir desculpas, assumir erros, entre outros. Ou seja, são atos que levam o falante ao desconforto por expor suas fragilidades e suas limitações.

As estratégias referentes à preservação da face positiva, tanto do falante quanto a do ouvinte, são as seguintes: Observe e preste atenção nos interesses, nos desejos e nas necessidades do outro; Exagere o interesse, a aprovação e a simpatia pelo outro; Intensifique o interesse pelo outro; Use marcas de identidade de grupo; Faça acordos; Evite desacordos; Pressuponha, declare pontos em comum; Faça brincadeiras/piadas; Explícite e pressuponha os conhecimentos sobre os desejos do outro; Ofereça, prometa; Seja otimista; Inclua o ouvinte na atividade; Dê ou peça razões, explicações; Assuma ou reivindique reciprocidade; Dê presentes.

Já as estratégias ligadas à face negativa dos dois interlocutores são: Seja convencionalmente indireto; Questione, seja evasivo; Seja pessimista; Minimizar a imposição; Mostre deferência; Peça desculpas; Impessoalize o falante e o ouvinte: evite os pronomes "eu" e "você"; Fazer o FTA como uma regra geral; Nominalize; Vá

diretamente como se estivesse assumindo a responsabilidade, ou como se não estivesse responsabilizando o ouvinte.

Ao passo que as estratégias indiretas (*off record*) são: Dê pistas para que a pessoa faça associações, pressuposições; Dê indícios para as associações; Pressuponha; Fale moderadamente; Exagere, aumente a importância; Use tautologias; Use contradições; Seja irônico; Use metáforas; Faça perguntas retóricas; Seja ambíguo; Seja vago; Generalize o máximo que puder; Desloque o ouvinte; Seja incompleto, use elipse.

Após a exposição de alguns pressupostos teóricos, passar-se-á a análise dos *raps* selecionados.

ANÁLISE DOS RAPS

Os *raps* “Lavagem Cerebral” (em anexo), do *rapper* Gabriel O Pensador, e “Racistas Otários” (em anexo), dos Racionais MCs, abordam questões referentes ao preconceito racial sofrido por muitas pessoas no Brasil. No caso de “Racistas Otários”, os *rappers* abordam o preconceito sofrido pelas pessoas pobres, geralmente as negras, residentes nas periferias dos grandes centros urbanos e o descaído diante de tal assunto não só das instituições governamentais, mas também da sociedade de um modo geral, demonstrando, por meio da letra, que eles também sofrem com esse preconceito. Já em “Lavagem Cerebral”, o *rapper*, embora critique e repudie a prática do racismo e do preconceito, diferentemente do primeiro *rap*, parece não ser vítima de preconceito, o que confere um maior distanciamento ao abordar o tema.

Nos *raps*, foram observados e serão apontados os atos que ameaçam as faces positiva e negativa do falante e dos ouvintes, bem como as estratégias de polidez positiva adotadas pelos falantes. Como os *raps* têm letras extensas, só serão mostrados alguns trechos nos quais ocorrem os atos de ameaça às faces e as estratégias de polidez positiva, uma vez que já foi explicado o contexto dos dois *raps*. Respectivamente serão analisados os *raps* “Racistas Otários”, dos Racionais MCs, e “Lavagem Cerebral”, de Gabriel O Pensador.

Racistas Otários

Em “Racistas Otários”, nota-se uma maior proximidade do falante para com o ouvinte, o que torna esse falante, às vezes, menos polido e mais ameaçador à face do outro, tanto a positiva quanto a negativa. O ouvinte, neste caso, não é a pessoa que ouve o *rap*, mas as pessoas que discriminam e as que sofrem discriminação. Assim, o pronome “eles” ora refere-se às pessoas que sofrem discriminação ora as que discriminam. O pronome “nós” é atribuído ao falante e às vezes a este e as outras pessoas que sofrem com o preconceito.

O *rap* tem como refrão “Racistas otários nos deixem em paz”. Nesse refrão, observa-se que há a quebra da face positiva do ouvinte (o discriminador), pois o falante de forma imperativa solicita que os “racistas otários” não o incomodem mais. Conseqüentemente o falante quebra a própria face positiva por quebrar a de seu parceiro na interação, mas, mesmo quebrando sua face positiva, o que prevalece é a preservação de sua face negativa, pois não permite que os outros (racistas) invadam a sua privacidade, ou seja, o seu “território”.

Nos trechos “Então eu digo meu rapaz/esteja constante ou a-brirão o seu bolso/e jogarão um flagrante num presídio qualquer/será um irmão a mais”, há um ato de ameaça à face negativa do ouvinte, só que, nesse caso, este é a pessoa que sofre com a discriminação. Percebe-se que o falante dá um conselho ao “rapaz”, expondo a face negativa deste, uma vez que, com tal conselho, o falante pode fazer com que o ouvinte sinta-se incomodado com um conselho não solicitado. O ato de ameaça à face negativa do ouvinte parece ser minimizado quando o falante utiliza, como estratégia de polidez positiva, marcas de identidade de grupo, chamando-o de “irmão”, demonstrando que presta atenção e tem interesse pelo outro.

Em “E de repente o nosso espaço se transforma/Num verdadeiro inferno e reclamar direitos/De que forma?/Se somos meros cidadãos/E eles o sistema/E a nossa desinformação é o maior problema”, nota-se a exposição da face positiva do falante, uma vez que este se questiona, admitindo o que seria um possível erro de sua parte, representado principalmente pelo último verso. O falante, no entanto, através dos pronomes “nós” e “nosso”, inclui também o ouvinte (o discriminado) como co-participante da situação, minimizando o ato contra si, utilizando como estratégia de polidez positiva a declaração

de pontos em comum com o ouvinte. Outros exemplos seriam os versos: “Como marionetes nós somos movidos”, “E hoje o que fazemos/Assistimos a tudo de braços cruzados/Até parece que nem somos nós os prejudicados”.

Nos versos “Porém direi para vocês irmãos/Nossos motivos para lutar ainda são os mesmos/O preconceito e desprezo ainda são iguais/Nós somos negros temos nossos direitos”, observa-se que o falante preserva a sua face positiva e também a de seu ouvinte, este está incluído na interação através dos pronomes “nós” e “nosso”. O falante protege sua face positiva e de seu parceiro na interação, utilizando, como estratégia de polidez positiva, a declaração de pontos em comum com o ouvinte, pois menciona que o problema da discriminação é algo sofrido por ambos, incluindo, dessa forma, o outro na atividade comunicativa. Também utiliza a estratégia de polidez positiva denominada de marcas de identidade de grupo ao se referir ao ouvinte como “irmão”, buscando ser solidário, diminuindo, assim, a distância social entre ambos.

Nos fragmentos “Os poderosos são covardes desleais / Espancam negros nas ruas por motivos banais”, o falante fala dos discriminadores (os “poderosos”) aos que sofrem com o preconceito. O falante usa a palavra “poderosos” de forma genérica, não se dirigindo diretamente aos que detêm o poder, como os governantes, uma vez que os “poderosos” poderiam ser, por meio do contexto, qualquer um que não “gosta de negros”. Pode-se perceber que há um ato de ameaça à face positiva do opressor, tendo em vista que o falante provoca e os critica, chamando-os de desleais e mencionando que eles espancariam os negros, não se preocupando, portanto, em ser polido, visto que não parece ser essa a sua intenção, pois demonstra que está insatisfeito com a situação de opressão sofrida pelos negros.

Percebe-se que, na construção do *rap* “Racistas Otários”, há quebras de faces, atos que ameaçam às faces positivas e negativas do ouvinte e algumas estratégias de polidez positiva. A exposição e, conseqüente, ameaça à face do ouvinte discriminador acontece para mostrar a insatisfação do falante com a questão do preconceito sofrido por ele e por outras pessoas que estão também na mesma condição que a sua. Quando o falante expõe a face do ouvinte discriminado é com o objetivo de alertá-lo a fim de que saiba se defender do

opressor e lutar pelos seus direitos, por isso usa estratégias de polidez positiva a fim de incluí-lo na interação.

Lavagem Cerebral

Diferentemente de “Racistas Otários”, no *rap* “Lavagem Cerebral” não é abordada só a questão do preconceito contra o negro, há também menção à discriminação sofrida por outras pessoas, como os nordestinos. O falante não fala diretamente para o povo ou para a elite, menciona-os de forma indireta, utilizando um “você” generalizante a fim de preservar sua face positiva, sendo, portanto, mais polido, uma vez que aumenta a distância social em relação ao ouvinte. Quando utiliza a forma inclusiva “nós”, que ora refere-se só ao falante ora relaciona-se a este e ao seu parceiro no processo conversacional, o falante diminui a distância entre ambos. O ouvinte, neste *rap*, são as pessoas preconceituosas.

Nos trechos “Essa gente do Brasil é muita burra/E não enxerga um palmo à sua frente/Porque se fosse inteligente esse povo já teria agido de forma mais consciente/Eliminando da mente todo o preconceito/E não agindo com a burrice estampada no peito”, percebe-se que o falante critica o ouvinte, chamando-o de “burro”, ameaçando à face positiva deste. E embora o falante exponha sua face positiva ao ser contra as pessoas preconceituosas, consideradas por ele como “burras”, não chega a ameaçá-la, pois se declara contra o preconceito, fato que contribui para a preservação de sua face positiva.

Em outros versos do *rap*, também há atos de ameaça à face positiva dos ouvintes, uma vez que o falante critica diferentes segmentos da sociedade brasileira sobre o preconceito, como a “elite” e o povão, mostrando, uma vez mais, a inércia das pessoas diante de tal situação. Os seguintes trechos são exemplos desse ato de ameaça à face positiva dos ouvintes: “A ‘elite’ que devia dar um bom exemplo/É a primeira a demonstrar esse tipo de sentimento” e “O povão vai como um bundão na onda do racismo e da discriminação/Não tem a união e não vê a solução da questão”.

Quando o falante utiliza um “nós” inclusivo, ele assume que também tem responsabilidade em resolver a questão sobre o preconceito, expondo sua face positiva, mas não chega a ameaçá-la, pois

propõe uma solução para o problema, atenuando, dessa forma, o ato de ameaça à sua face positiva. Ao incluir o outro na interação, o falante faz um ato de salvamento da face positiva de ambos, tendo em vista que uma possível resolução para se acabar com o preconceito seria algo que poderia ser feito pelos dois, enfatizando a proximidade entre ambos, utilizando como estratégia de polidez positiva a declaração de pontos em comum para com o ouvinte. Estes versos são exemplos do que foi mencionado: “Só precisamos de uma reformulação geral/Uma espécie de lavagem cerebral [...] Se não fosse o retrato da nossa ignorância/Transmitindo a discriminação desde a infância [...] Precisamos da lavagem cerebral pra acabar com esse lixo que é uma herança cultural”.

O falante quebra sua face positiva e também a do ouvinte, nestes versos: “Não seja um imbecil/Não seja um Paulo Francis/Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante [...] Faça uma lavagem cerebral [...] Tire a burrice do peito e me dê ouvidos”. Nota-se que, nesses versos, o falante, de forma imperativa, ordena que a audiência não seja preconceituosa, quebrando a própria face positiva ao quebrar a do ouvinte, chamando-o de “imbecil” e mencionando para não ser como o polêmico Paulo Francis, fazendo com que, dessa forma, a audiência fique constrangida diante de tal situação.

Nos versos finais do *rap*, há uma mescla entre estratégia de polidez positiva, com atos de ameaça e quebra de face positiva. O falante, inicialmente, busca proximidade com o ouvinte, chamando-o de “irmão”, a fim de conquistar a confiança deste para dizer o que realmente deseja, utilizando, desse modo, marcas de identidade de grupo, como estratégia de polidez positiva. A seguir, o falante dirigindo-se ao “povão” e a “elite”, ou seja, a sua audiência, ameaça e, às vezes, chega a quebrar a face positiva desta, pois, de forma incisiva, solicita que as pessoas façam “uma lavagem cerebral” e não sejam mais preconceituosas. Contudo, mesmo ameaçando e quebrando a face positiva dos ouvintes, o falante não quebra ou ameaça a sua face positiva, uma vez que se diz contra a discriminação sofrida, principalmente, pelos negros, mas também por outras pessoas, como os nordestinos. Os seguintes trechos comprovam isso: “Então eu digo meu irmão/Seja do povão ou da ‘elite’/Não participe/Pois como eu já disse racismo é burrice [...] E se você é mais um burro/Não me leve a mal/É hora de fazer uma lavagem cerebral/Mas isso é com-

promisso seu/ Eu não vou me meter/Quem vai lavar a sua mente não sou eu/É você”.

Como se nota, na construção do *rap* “Lavagem Cerebral”, o falante utiliza diferentes recursos para mostrar que é contra o preconceito racial, predominando, assim, os atos de ameaça à face positiva do ouvinte, uma vez que o falante critica e repudia tal atitude praticada pela audiência. E quando o falante faz um meio-termo ao utilizar o “nós” inclusivo, embora exponha sua face positiva, ele não chega a ameaçá-la, pois compartilha com a audiência uma possível solução para o problema do preconceito, utilizando a declaração de pontos em comum, como estratégia de polidez positiva. Nota-se dessa forma, que o falante tenta, a todo o momento, preservar sua face positiva, embora, às vezes, exponha, ameace e a quebre. Contudo, percebe-se que o falante faz tudo isso com o intuito de manifestar sua insatisfação e indignação diante de um fato que considera vergonhoso.

CONCLUSÃO

Como pôde ser notado, no *rap* “Racistas Otários” predominaram os atos que ameaçavam às faces positivas e negativas do ouvinte com conseqüente exposição da face positiva do falante. Em “Lavagem Cerebral” predomina a preservação da face positiva do falante. Nota-se que a diferença entre ambos está no fato de o falante do primeiro *rap*, por também sofrer com a discriminação, ter atitudes mais incisivas ao abordar a questão que o falante do segundo *rap*, que parece não sofrer com o preconceito.

Assim, nos dois *raps*, cada falante, a sua maneira e com o objetivo de falar sobre o preconceito racial, vale-se da palavra cantada para demonstrar a sua insatisfação diante de tal assunto, às vezes de forma mais categórica, outras de forma mais atenuada. Mas, mais do que preservar ou ameaçar faces, o que se nota é o desejo de ambos os falantes de que não haja mais discriminação, uma vez que não é a cor da pele ou as características físicas das pessoas que vão fazê-las diferentes e sim o que elas realmente são, ou seja, com os seus valores.

E, como menciona o *rapper* Gabriel o Pensador, é preciso fazer uma lavagem cerebral, pois, quem sabe assim, as pessoas tenham

seus direitos preservados e não precisem mais lutar para garantirem a observância da lei para que em vez de “o preconceito e o desprezo ainda são iguais” falem o preconceito e o desprezo não existem mais.

Como já foi mencionado, este trabalho não tem a pretensão de que em outros *raps* aconteçam os mesmos atos de ameaça às faces positiva e negativa e as mesmas estratégias de polidez positiva, uma vez que a exposição e a conseqüente ameaça às faces positiva e negativa dos parceiros na interação verbal é uma constante, bem como o desejo de ambos em preservá-las, pois, como se sabe, cada um precisa, para ser aceito socialmente, utilizar diferentes estratégias que preservem suas faces, tanto a positiva quanto a negativa, mesmo que a maioria das pessoas desconheça as concepções de face positiva e face negativa, assim como as estratégias de polidez propostas por Brown e Levinson.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BROWN, Penelope; LEVINSON, Stephen C. *Politeness some universals in language usage*. London: Cambridge, 1987, p. 91-129.

COSTA, Nelson Barros. As letras e a letra: o gênero canção na mídia literária. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M.A. *Gêneros textuais & ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003, p. 107-121.

CUNHA JR., Henrique. Ver vendo, versando sem verso, escrevendo e se inscrevendo no Hip Hop. *Espaço Acadêmico* [online], n. 31, dez. 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br>. Acesso em 04 dez. 2004.

GOFFMAN, Erving. *Interactional Ritual: essays on face-to-face behavior*. New York: Anchor Books, 1967.

———. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. Petrópolis: Vozes, 1985.

KOCH, Ingedore Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTEL, Spensy Kmitta. *O livro vermelho do hip hop*. São Paulo, USP, 1997. Trabalho de Conclusão de curso apresentado ao De-

partamento de Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Disponível em http://www.realhiphop.com.br/mcr/textos/Libro_Vermelho.rtf. Acesso em 23 abr. 2005.

QUEIROZ, Amarino Oliveira de. Griots, cantadores e rappers: do fundamento do verbo às performances da palavra. In: DUARTE, Zileide (org.). *Áfricas de África*. Recife: Programa de Pós-graduação em Letras/UFPE, 2005, p. 9-40.

ANEXOS

Racistas Otários

Composição: Mano Brown

Racistas otários nos deixem em paz
Pois as famílias pobres não agüentam mais
Pois todos sabem e elas temem
A indiferença por gente carente que se tem
E eles vêm
Por toda autoridade o preconceito eterno
E de repente o nosso espaço se transforma
Num verdadeiro inferno e reclamar direitos
De que forma?
Se somos meros cidadãos
E eles o sistema
E a nossa desinformação é o maior problema
Mas mesmo assim enfim
Queremos ser iguais
Racistas otários nos deixem em paz

Racistas otários nos deixem em paz

Justiça
Em nome disse eles são pagos
Mas a noção que se tem
É limitada e eu sei
Que a lei
É implacável com os oprimidos
Tornam bandidos os que eram pessoas de bem
Pois já é tão claro que é mais fácil dizer
Que eles são os certos e o culpado é você
Se existe ou não a culpa
Ninguém se preocupa
Pois em todo caso haverá sempre uma desculpa

O abuso é demais
Pra eles tanto faz
Não passará de simples fotos nos jornais
Pois gente negra e carente
Não muito influente
E pouco freqüente nas colunas sociais
Então eu digo meu rapaz
Esteja constante ou abrião o seu bolso
E jogarão um flagrante num presídio qualquer
Será um irmão a mais
Racistas otários nos deixem em paz

Racistas otários nos deixem em paz

Então a velha história outra vez se repete
Por um sistema falido
Como marionetes nós somos movidos
E há muito tempo tem sido assim
Nos empurram à incerteza e ao crime enfim
Porque aí sim certamente estão se preparando
Com carros e armas nos esperando
E os poderosos me seguram observando
O rotineiro Holocausto urbano
O sistema é racista cruel
Levam cada vez mais
Irmãos aos bancos dos réus
Os sociólogos preferem ser imparciais
E dizem ser financeiro o nosso dilema
Mas se analisarmos bem mais você descobre
Que negro e branco pobre se parecem
Mas não são iguais
Crianças vão nascendo
Em condições bem precárias
Se desenvolvendo sem a paz necessária
São filhos de pais sofridos
E por esse mesmo motivo
Nível de informação é um tanto reduzido
Não...
É um absurdo
São pessoas assim que se fodem com tudo
E que no dia a dia vive tensa e insegura
E sofre as covardias humilhações torturas
A conclusão é sua...KL Jay
Se julgam homens da lei/Mas a respeito não sei

Porém direi para vocês irmãos
Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos
O preconceito e desprezo ainda são iguais
Nós somos negros também temos nossos ideais

Racistas otários nos deixem em paz

Racistas otários nos deixem em paz

Os poderosos são covardes desleais
Espancam negros nas ruas por motivos banais
E nossos ancestrais
Por igualdade lutaram
Se rebelaram morreram
E hoje o que fazemos
Assistimos a tudo de braços cruzados
Até parece que nem somos nós os prejudicados
Enquanto você sossegado foge da questão
Eles circulam na rua com uma descrição
Que é parecida com a sua
Cabelo cor e feição
Será que eles vêem em nós um marginal padrão
50 anos agora se completam
Da lei anti-racismo na constituição
Infalível na teoria
Inútil no dia a dia
Então que fodam-se eles com sua demagogia
No meu país o preconceito é eficaz
Te cumprimentam na frente
E te dão um tiro por trás

"O Brasil é um país de clima tropical
Onde as raças se misturam naturalmente
E não há preconceito racial. Ha,Ha....."

Nossos motivos pra lutar ainda são os mesmos
O preconceito e o desprezo ainda são iguais
Nós somos negros também temos nossos ideais

Racistas otários nos deixem em paz...

Lavagem Cerebral

Composição: Gabriel O Pensador

Racismo preconceito e discriminação em geral
É uma burrice coletiva sem explicação
Afinal que justificativa você me dá para um povo que precisa de união
Mas demonstra claramente
Infelizmente
Preconceitos mil
De naturezas diferentes
Mostrando que essa gente
Essa gente do Brasil é muito burra
E não enxerga um palmo à sua frente
Porque se fosse inteligente esse povo já teria agido de forma mais consciente
Eliminando da mente todo o preconceito
E não agindo com a burrice estampada no peito
A "elite" que devia dar um bom exemplo
É a primeira a demonstrar esse tipo de sentimento
Num complexo de superioridade infantil
Ou justificando um sistema de relação servil
E o povão vai como um bundão na onda do racismo e da discriminação
Não tem a união e não vê a solução da questão
Que por incrível que pareça está em nossas mãos
Só precisamos de uma reformulação geral
Uma espécie de lavagem cerebral

Não seja um imbecil
Não seja um Paulo Francis
Não se importe com a origem ou a cor do seu semelhante
O quê que importa se ele é nordestino e você não?
O quê que importa se ele é preto e você é branco?
Aliás branco no Brasil é difícil porque no Brasil somos todos mestiços
Se você discorda então olhe pra trás
Olhe a nossa história
Os nossos ancestrais
O Brasil colonial não era igual a Portugal
A raiz do meu país era multirracial
Tinha índio, branco, amarelo, preto
Nascemos da mistura então porque o preconceito?
Barrigas cresceram
O tempo passou...
Nasceram os brasileiros cada um com a sua cor
Uns com a pele clara outros mais escura
Mas todos viemos da mesma mistura
Então presta atenção nessa sua babaquice
Pois como eu já disse racismo é burrice
Dê a ignorância um ponto final:

Faça uma lavagem cerebral

Negro e nordestino constroem seu chão
Trabalhador da construção civil conhecido como peão
No Brasil o mesmo negro que constrói o seu apartamento ou que lava o
chão de uma delegacia
É revistado e humilhado por um guarda nojento que ainda recebe o salá-
rio e o pão de cada dia graças ao negro ao nordestino e a todos nós
Pagamos homens que pensam que ser humilhado não dói
O preconceito é uma coisa sem sentido
Tire a burrice do peito e me dê ouvidos
Me responda se você discriminaria
Um sujeito com a cara do PC Farias
Não você não faria isso não...
Você aprendeu que o preto é ladrão
Muitos negros roubam mas muitos são roubados
E cuidado com esse branco aí parado do seu lado
Porque se ele passa fome
Sabe como é:
Ele rouba e mata um homem
Seja você ou seja o Pelé
Você e o Pelé morreriam igual
Então que morra o preconceito e viva a união racial
Quero ver essa música você aprender e fazer
A lavagem cerebral

O racismo é burrice mas o mais burro não é o racista
É o que pensa que o racismo não existe
O pior cego é o que não quer ver
E o racismo está dentro de você
Porque o racista na verdade é um tremendo babaca
Que assimila os preconceitos porque tem cabeça fraca
E desde sempre não para pra pensar
Nos conceitos que a sociedade insiste em lhe ensinar
E de pai pra filho o racismo passa
Em forma de piadas que teriam bem mais graça
Se não fossem o retrato da nossa ignorância
Transmitindo a discriminação desde a infância
E o que as crianças aprendem brincando
É nada mais nada menos do que a estupidez se propagando
Qualquer tipo de racismo não se justifica
Ninguém explica
Precisamos da lavagem cerebral pra acabar com esse lixo que é uma he-
rança cultural
Todo mundo é racista mas não sabe a razão
Então eu digo meu irmão
Seja do povão ou da "elite"
Não participe
Pois como eu já disse racismo é burrice

Como eu já disse racismo é burrice
Como eu já disse racismo é burrice
Como eu já disse racismo é burrice
Como eu já disse racismo é burrice
E se você é mais um burro
Não me leve a mal
É hora de fazer uma lavagem cerebral
Mas isso é compromisso seu
Eu nem vou me meter
Quem vai lavar a sua mente não sou eu
É você.

**CORTES E IDEOLOGIA:
POR UMA ANÁLISE DO DISCURSO MORAL
EM TEXTOS TEATRAIS CENSURADOS**

Eduardo Silva Dantas de Matos (UNEB – FAPESB)
esdm06@gmail.com

Rosa Borges dos Santos (UNEB /UFBA)
rosa.bs@terra.com.br

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A centralização do poder político do Estado nas mãos dos militares, no período de 1964 a 1985, marcou, de forma bastante particular, todos os setores da sociedade brasileira daquele momento. Os militares instauraram um regime ditatorial que cerceou liberdades individuais, caçou direitos políticos e, por meio da Divisão de Censura da Polícia Federal, interferiu nas manifestações artísticas, no intuito de calar toda e qualquer voz que, de algum modo, representasse ameaça ao regime e à sua ideologia. A produção dramática de então foi, deste modo, submetida a uma política de silenciamento, que, dentre outras medidas, vetou espetáculos, mutilou textos e invadiu teatros, além de perseguir e agredir profissionais.

Estima-se que, somente até o ano de 1975, aproximadamente 400 textos foram censurados pela Ditadura (Franco, 1994, p. 199), nos quais se podem verificar cortes de cunho político, social, religioso e moral. Observa-se ainda que o regime autoritário se queria defensor da moral e dos bons costumes, valendo-se de tal propaganda para legitimar-se e construir uma imagem eufórica junto aos brasileiros, no sentido de convencê-los da retidão de que eram possuidores e promotores.

Pretende-se, pois, com este trabalho, promover uma breve discussão em torno de tão nefasta e castradora prática, no intuito de evidenciar como, em nome de interesses de grupos – ou indivíduos – específicos, os valores particulares e as práticas morais de alguns foram impostos, por meio do veto e do corte, como universais a toda uma sociedade.

A (S) CENSURA(S)

A prática censória tem-se constituído, na história da humanidade, numa poderosa arma para *fazer falar* – o que os grupos de poder desejam ouvir – e *fazer calar* as idéias dos grupos ou indivíduos que se levantam contra o pensamento dominante num determinado recorte de tempo ou espaço. Trata-se de um mecanismo indispensável à manutenção de grupos e ideais totalitaristas, que, por meio dos instrumentos de que dispõem, se colocam como centro do pensamento e forma inequívoca de ver, compreender e interpretar a realidade.

No Brasil, além de outros momentos, foi no Regime Militar que tal prática se fez mais evidente e – talvez – mais danosa. O Regime pretendia controlar as idéias circulantes no país, por meio de organismos estatais designados para cuidar de tais idéias e avaliar o grau de periculosidade que elas ofereciam à ordem social, à moral, aos bons costumes. Para isso, constituíram-se Órgãos, Departamentos e Comissões e designaram-se pessoas das mais diversas formações culturais e acadêmicas para, nos estados da Federação e no Distrito Federal, “velar” os bons costumes e a ordem social e vetar o que, em sua concepção, lhes oferecesse alguma ameaça.

O conteúdo censurado é de natureza diversa. Há cortes de motivação evidentemente política e social e cortes de cunho essencialmente moral. Além disso, há cortes em que parece ter predominado muito mais a visão de mundo do censor que a Ideologia – ou Ideologias – do Regime. Assim, considerando que “a moral deve ser entendida sob a necessária interação dialética entre seu *a*) caráter social, como algo adquirido, como herança preservada pela comunidade e *b*) a convicção pessoal [do indivíduo]” (Pereira, 2004, p. 22-3), pode-se chegar à hipótese de que não havia unidade ideológica entre os censores, o que nos levaria a falar em formas diversas de manifestação da Censura, formas distintas de censurar, que mesclavam o discurso ideológico – social – do Regime e os discursos específicos – individuais – de cada sujeito censor.

A prática censória constituiu-se, pois, num atentado à livre manifestação da cultura e do espírito do povo. Quantas não foram as vozes silenciadas? Quantas cenas, atos, canções não foram calados? Quantos projetos não foram abortados mesmo antes de conhecidos?

Na Bahia, não foi diferente. Os censores dos governos militares mutilaram textos e – como co-autores não autorizados – interferiram em muitas produções artísticas, vetando trechos, cortando passagens, cenas, expressões idiomáticas. Aqui, como em todo o território nacional, a criatividade dos autores, atores e diretores teve de esbarrar na mão do censor que, muitas vezes desprovido de uma formação em dramaturgia, teatro ou artes, determinava o que podia – ou não – ser visto, dito, encenado.

A DRAMATURGIA BAIANA

Em acervos baianos, sobretudo na Escola de Teatro da Universidade Federal da Bahia e no Espaço Xisto Bahia, há documentos que testemunham a ação da censura. Muitos textos encenados naquele momento guardam as marcas da censura: carimbos do DPF (Departamento de Polícia Federal) e do DCDP (Departamento de Censura das Diversões Públicas), que atestavam o encaminhamento do texto para leitura do censor, além dos carimbos CORTES ou COM CORTES, que marcavam a palavra, ou trecho, cortado, suprimido. Também se encontram requerimentos, documentos de liberação do espetáculo, Certificados de Censura, com classificação das peças: *livres*, *impróprias*, *proibidas* e justificativa para o veto que ocorresse: linguagem livre, nudez etc.

Os censores interferiam no texto, retirando dele – ou da encenação- aquilo que julgassem ameaçador à moral ou à ordem social. Vocábulos como *frescura*, *porrada*, *cocô*, *puta*, *ditador latino-americano*, *democrático*, *mija*, *caçar*, *rabo*, *bunda*, *merda* por exemplo, eram expurgados do texto, no intuito de torná-lo mais inofensivo, “puro” e “correto”. Em entrevista concedida aos pesquisadores que integram o Grupo de Edição de Textos Teatrais Censurados no contexto da Ditadura na Bahia, a dramaturga Cleise Mendes relatou que, no processo de montagem do espetáculo *O boca do inferno*, o censor sugeriu que se retirasse do espetáculo a expressão *Xoxota*. Como não tivessem outra opção, os envolvidos no espetáculo acatarem a sugestão, substituindo a palavra censurada por *Poliglota*. Tal substituição, no entanto, não pareceu surtir o efeito almejado pelo censor e, mesmo ouvindo este termo, os espectadores, sem maiores prejuízos cênicos, subentenderam aquele.

Além de palavras, também foram censurados trechos, parágrafos e até páginas inteiras de peças destinadas a adultos e crianças, de dramaturgos das mais diversas nacionalidades e tempos históricos.

Como os textos só podiam ser encenados com a autorização formal e expressa da Censura, montar um espetáculo era sempre uma incerteza: os textos eram enviados para o Distrito Federal, mas não se podia prever quando e, principalmente, em que estado eles voltariam. Os profissionais do teatro tiveram, então, de encontrar saídas: montar textos mais “seguros”, infantis, clássicos e/ou que já se tivessem sido submetidos ao crivo do censor e produzir textos menos nocivos, menos ameaçadores, por exemplo. Essa prática, no entanto, não foi comum a todos, de modo que alguns, mesmo sob ameaça de veto, corte e perseguição, insistiram na missão social de sua arte, fazendo desta um potente instrumento de luta, combate, militância.

A MORAL E OS BONS COSTUMES

Conforme já se disse, uma das principais armas da propaganda ideológica do Regime era a “retidão moral” de seus executores e seu “comprometimento com a defesa dos bons costumes”. Os militares, dotados de tão louváveis qualidades, seriam, deste modo, os mais indicados para “governar” o país, não só por razões políticas ou econômicas, mas pela possibilidade de “ensinar” aos brasileiros padrões de comportamento civilizados, superiores e bons, por meio do silenciamento das condutas vis, baixas e inferiores.

A ação do Regime se voltava, deste modo, para a promoção de atos, comportamentos, fatos e acontecimentos que realizassem o homem e lhe dessem um sentido humano¹⁶. Apesar de sua aparente beleza, este discurso esconde uma violenta atividade de silenciamento e perseguição: a conduta dos promotores do Regime foi tomada como única possível e aceitável e seus ideais de família, religião, comportamento social, orientação sexual, etc, impostos como universais a toda a sociedade.

¹⁶ Segundo Pereira (2004, p. 11), “Moral é tudo aquilo (ato, comportamento, fato, acontecimento) que realiza o homem, que o enraíza em si mesmo, e, por ele e para ele, ganha sentido humano”.

O Teatro representava, deste modo, um perigo à tentativa do Regime de enquadrar a todos em seus moldes e ameaça ao propósito de uniformizar pensamentos e negar a diversidade. Enquanto os Militares se ocupavam da promoção dos “bons” costumes – ou melhor, dos “seus” costumes – os autores, atores, diretores, iluminadores, entre outros, buscavam dramatizar os costumes de todos, das brasileiras, brasileiros, prostitutas, hétero, homo ou bissexuais, bígamos, adúlteros, tipos imorais, amorais, traídos, traindo, transando, vestidos ou nus, gramática ou politicamente incorretos – ou corretos – negros, vermelhos, verdes, azuis, amarelos, brancos.

OS CORTES

Muitos textos guardados em acervos baianos são testemunhas da prática censória e castradora dos militares. São palavras, frases, períodos, parágrafos, folhas cortados, suprimidos, mutilados. A Censura se investia, com isso, da missão de calar – e perseguir – aqueles que, em seus espetáculos, encenassem, cantassem, dissessem algo ameaçador à segurança da pátria e aos “bons” costumes ou – como já se disse – aos seus costumes.

As referências aos atos sexuais são, talvez, as mais propensas aos cortes. Na peça *O cabaré*, de Jorge Bonfim de Almeida, são cortadas as expressões: <e me comeu>¹⁷ (f. 05); <e olhe que na delegacia tem cada um (fazendo gesto)> (f.06) e <pois já estou de dedo duro> (dedo no sentido de pênis) (f.11). Aqui se evidencia um investimento da censura no sentido de calar aquilo que lhe pareça indesejado, negando ao expectador o direito de se posicionar sobre o que vê. O agente da Censura avalia previamente o que é de bom tom e de alto nível, oferecendo à platéia um texto já “purificado”.

Em outra peça, *Eu e o Louco do Escritório em Alternância*, 02 atos, 04 personagens, de Davi Azevedo, são caladas as seguintes expressões:

f. 6 (ato 1)

<todos tomarem na traseira>

<E receber uma vara bem grande e grossa pela

¹⁷ Os parênteses uncinados são utilizados para isolar fragmentos cortados pelo censor.

culatra. Para ficarem fincados na terra e não cairem>

f.8 (ato I)

<puto> (nos dois testemunhos)

f.11 (ato I)

<Tem razão. Depois de uma mexidinha tão gostosa em cima daquela cama>
(nos dois testemunhos)

f.12 (ato I)

<Puto. Viado >

<pindolo>

f.14 (ato I)

<Ele quer é
botar na sua pernas>

f.16 (ato I)

<De uma mulher que arrancaram o seu
cabaço com palavras bonitas>

f.20 (ato I)

<Aquele puta mer-
da daquele sacana>

f.3 (ato II)

<Eu como o seu rabo>

<O que me interessa
agora. É sentir esse corpo. Em meu corpo>¹⁸

Também em *Muro de Arrimo*, 01 ato, 05 personagens, de Carlos Queiroz Telles, expressões de conotação sexual são cortadas, silenciadas:

f.3

l.11-12 <fodido>

l.32 <fodido>

f.4

l. 11 <Com o cú na mão eu>

l. 23 <fode fode>

l.24 <fode>

f.5

l.15 <fode>

¹⁸ Somente o testemunho DA01 apresenta os referidos cortes

O RESGATE DOS TEXTOS

Observa-se, deste modo, que os textos teatrais censurados no período da Ditadura Militar são importantes fontes para reconstrução daquela porção de nossa história recente. Pois, por meio de tal atividade, pode-se melhor compreender como se deu o processo de Censura, como se fazia o silenciamento das vozes indesejadas e como – e em que medida – a voz do Regime – ou dos censores – se impunha às outras vozes como única, absoluta, verdadeira. Desse modo, é de grande relevância o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores do Grupo de Edição e Estudo de Textos, no subprojeto *Textos teatrais produzidos na Bahia no período da ditadura: edição e estudo*, que, sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Borges, tem se ocupado do resgate de tais textos, para editá-los e realizar posteriores estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, I. B. Teatro e relações concretas. *Cadernos de teatro*. São Paulo, n.70, p. 38-40, jul./set. 1976.
- ALMEIDA, Jorge Bonfim de S. *O cabaré*. [Salvador]: s/d. 13 f.
- AZEVÊDO, Davi. *Eu e o louco do escritório em alternância*. [Salvador]: s/d. 10 f.
- BARDOTTI, S. *Os saltimbancos*. [Salvador]: 1977, 18 f.
- CÂMARA, I. *As moças: O beijo final*. [Salvador]: s.d. 24 f.
- CRIAÇÃO COLETIVA. *Eu quero é fazer Blup Blup com você*. [Salvador], 1972, 8f.
- DIMITRIADIS, D. *O preço da revolta no mercado negro*. [Salvador], 1975, 29 f.
- FRANCO, A. *O teatro na Bahia através da imprensa: século XX*. Salvador: FCJA; COFIC; FCEBA, 1994.
- KHÉDE, S. S. *Censores de pincenê e gravata: dois momentos da censura teatral no Brasil*. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981, 203 p.
- PEREIRA, Otaviano. *O que é moral*. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos, 244)
- TELLES, Carlos Queiroz. *Muros de arrimo*. [Salvador]. 1978.

CREDIBILIDADE E IDENTIFICAÇÃO ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS DE CONSTRUÇÃO DISCURSIVA

Sigrid Castro Gavazzi (UFF)
sigrid7@superig.com.br

Este trabalho objetiva identificar, mesmo que de forma extremamente sucinta, as estratégias argumentativo-persuasivas que servirão de alicerce discursivo para o estabelecimento do contrato de comunicação entre um órgão municipal/educacional, naquele momento, desenvolvendo um Projeto inovador, e os professores que nele atuavam.

Um breve relato, entretanto, faz-se necessário. Em 2003, em município da Baixada Fluminense, considerado o mais violento da região e, também segundo dados oficiais, o mais desfavorecido financeiramente, iniciou um projeto de intervenção educativa no ensino fundamental – o PROASA, Programa de Alfabetização, Socialização e Atualização – que tinha por objetivo “produzir e socializar o conhecimento acerca da alfabetização, da leitura, da escrita e do currículo de Língua Portuguesa nas escolas da Rede Municipal de Belfort Roxo”. (Apresentação, p. 5)

Seu tempo de atuação previsto era de dois (02) anos. Nesse período, atuavam a Coordenadora Geral de Ensino Fundamental, chefiando um grupo de sete professoras-Implementadoras que, por sua vez, teriam duas tarefas: (1) a de atualização e aperfeiçoamento com Assessoria Especializada (no primeiro ano com Profa. da área de Pedagogia e, no segundo (2004), com Profa. da área de Língua Portuguesa¹⁹, sempre com carga horária de oito-horas semanais) e (2) a de transposição das informações recebidas para grupos de professoras da Região, em oficinas, em diversos locais e horários, obtendo o devido feed-back (principalmente porque as “professoras-cursistas”, como eram denominadas, tinham pleno conhecimento do alunado da região e, melhor do que ninguém, poderiam opinar sobre

¹⁹ A Assessora Técnica da Área da Língua Portuguesa e Linguística é a autora deste artigo.

a adequação de métodos e conteúdos a serem implementados). A cada semana, a Assessoria reservava determinado horário para a avaliação da semana anterior, alicerce para o que viria a ser realizado na semana seguinte.

No 2º ano do Projeto editou-se um resumo do PROASA I e do PROASA II, em quantidade bastante limitada, com a responsabilidade editorial da própria Prefeitura de Belfort Roxo. Como objetivo, tentava-se resgatar o trabalho feito, embasado nas teorias e conteúdos trabalhados, na esperança de que, findo o Projeto e mudando-se a chefia da Secretaria, por conta da mudança governamental, o Projeto ainda continuasse vivo – alfabetização com letramento, despertando-se no aluno a socialização advinda do trabalho em conjunto, de base construtivista (sócio-interacional) aliada a conhecimentos lingüísticos (como modos discursivos, variação lingüística, coesão, coerência, intertextualidade, entre outros itens) sempre aplicados à realidade vivenciada pelos alunos.

Nosso recorte analítico recai, portanto, nas VOZES OFICIAIS presentes no texto (Secretária e Vice-Secretária de Educação, Assessora Técnico-Lingüística, Implementadoras). O discurso produzido, então, deve consubstanciar a necessidade de convencimento (mecanismos argumentativos, despertando CREDIBILIDADE, com apelo ao raciocínio) e de persuasão (mecanismos persuasivos, incitando à IDENTIFICAÇÃO).

Que estratégias estariam, então, sendo usadas nos referidos textos?

Para este artigo, listamos algumas, tendo por exemplário o próprio texto da publicação.

Necessidade

A realização do Programa e a mudança de postura nas intervenções das práticas de alfabetização só foram possíveis, entretanto, porque muitos Educadores do primeiro segmento do Ensino Fundamental já se sentiam inquietos com a tradicional realidade instalada no interior da sala de aula. A disposição para mudar, questionar e avaliar o cenário, ora existente, surgiu, portanto, a partir da concepção de que ensino que almejamos, da sua concepção (para nós e para nossos alunos) (Apresentação/ 2º par.)

Eficiência

Este livro foi preparado, por conseguinte, com o objetivo de fornecer ao professorado um instrumento de trabalho prático e eficiente: prático porque, bem embora sendo um volume único, contém toda a proposta do programa; eficiente porque tenta garantir, uma vez apreciado seu conteúdo, essa mesma proposta de forma mais abrangente no que diz respeito ao ensino (Apresentação/ 6º. Par.)

Operacionalidade

Com isso, acreditamos, firmemente que – por sua operacionalidade – será de grande utilidade a todos os professores (...) (Apresentação / 6º. Par.)

Emotividade

O alfabetizar é terno e eterno. Mentalizar e trabalhar, firmemente, para a possível função social da escola foi, é e sempre será minha missão como Educadora, Secretária, Professora... Mãe (Fala da Secretária, p. 11)

Crença Inabalável

Estamos confiantes de que um mundo melhor está por vir. Acreditar, Inventar, Reinventar, Sonhar... sempre serão a nossa meta (Fala da Vice-Secretária, p.11)

Depoimento Pessoal

a-“... além / de o livro / apresentar, de forma sucinta, uma sólida base teórica, está munido de uma poderosa bateria de experiências vividas, não só pelas implementadoras, mas também pelos próprios professores. Organiza e sugere questões pedagógicas que “deram certo”, com fatos extraídos do próprio cotidiano escolar” (Apresentação / 6º. Par)

b-“Percebi que a prioridade estava na valorização e na socialização dos alunos. Só assim, como professora, eu poderia obter menos agressividade, mais solidariedade, aumentar a auto-estima de meus alunos para diminuir a sensação de fracasso evidente em muitos” (Implementadora, p.)

Contraste

(...) O PROASA II procura fornecer aos professores da Rede arsenal lingüístico para a “guerra” que se aproxima, ou seja, “letrar” sem o be-a-bá que nada diz para o aluno e que existe sem ele, já que muitas são as cartilhas para alunos sem rosto, sem identidade, sem problemas. Poucos como o PROASA pensam (e realmente tentar realizar) algo diverso (Fala da Assessora Lingüística, p. 60)

Autoridade

Dividimos o conteúdo programático em etapas, encontros entre as Implementadoras e os profissionais Participantes do Município, selecionando os conteúdos que julgamos básicos para a referida formação sempre tomando por base o elemento motivador de nosso trabalho – o ALUNO a ser alfabetizado/letrado, morador da localidade, mormente filho de pais desfavorecidos econômica e culturalmente) (Fala da Assessora Lingüística, p.60)

Compromisso

Logo, sua educação lingüística assume duplo papel. Os professores têm agora de trabalhar uma criança anteriormente fada ao insucesso e ao subemprego para, de fato, mudar tal situação, ao proporcionar-lhe chances de, algum dia, transformar-se em um indivíduo que pensa, interage e domina sua língua, auxiliando-o, em conseqüência, a minimizar/superar os obstáculos familiares e sociais (Fala da Assessora Lingüística, p.60)

Ineditismo

Os professores participantes demonstram, portanto, que na Baixada se faz educação – e EDUCAÇÃO DE PONTA – costurando-se o pedagógico com o lingüístico, no encontro fundamental entre o elemento humano e sua própria expressão / (...) em um projeto SEM PREÇO, OUSADO, por vezes até IMPENSÁVEL (Fala da Assessora Lingüística, p. 61)

Heroicidade

a- (,,,) a contribuição do PROFESSOR, combatente ímpar no fazer didática de cada dia, incansável na composição, peça por peça, do aluno “proasinha”, aquele que, desde criança, assume a palavra e, como semente de cidadão, já produz textos para diversificadas situações de vida;

b- E o eventual cansaço ou desânimo (normais após horas inteiras de trabalho), que poderiam advir em algum encontro no professor-atuante, tornam-se, ao final, meros coadjuvantes sem valor neste Projeto, que, pela força e determinação de seus agentes, vem tomando corpo, deixando irretocável marca histórica). Pelo menos em termos de educação nacional, já é muito, muito mesmo. Nossas crianças, por certo, agradecem.

Que caminho percorreram essas estratégias?

A estratégia da necessidade representa o patamar primeiro (doravante Patamar A), pois fornece o cenário que solicitaria ação urgente: o aluno está sendo deixado de lado. A qualidade do ensino caíra, já provocava inquietude naqueles que ainda pensam em uma prática mais qualitativa, no caso, o professor que freqüentará o curso para adaptar o que discutiu na sala de aula.

O Projeto, então, mostra-se como uma possibilidade, uma alternativa, uma “luz no final do túnel” Mas, para alçar a essa condição, deve instalar um clima de confiança. Deve apresentar-se como eficiente e operacional (2 e 3), instrumento absolutamente necessário ao professor que está sendo convocado (Patamar B).

No entanto, se o apelo à praticidade não for suficiente, instala-se o Patamar C: usa-se a emoção (“é uma missão” e “uma meta”) sempre na confiança – mesmo que isso faça parte do imaginário coletivo – de um “mundo melhor” que estaria na iminência de acontecer (4 e 5).

Nada melhor, entretanto, que o depoimento pessoal (6) para garantir a credibilidade que já se instala. A experiência vivenciada ilustra e exemplifica as linhas mestras do Projeto por aqueles que já o praticam (Patamar D).

Claro é que dúvidas e indecisões podem advir no desenrolar do processo. Antes que ocorram, usa-se, então, a estratégia da aproximação, quando se incorpora ao próprio discurso aquilo que outro alguém possa vir a pensar. No dilema, recorre-se ao contraste (7), ou seja, “o be-a-bá” X “a guerra que se aproxima” e sobretudo a contraposição entre “muitas cartilhas” (as anteriores) X “poucas são como as do Prosa”. Para os integrantes do Projeto, o aluno a ser trabalhado, ao contrário dos anos antecedentes, tem rosto, identidade e problemas (Patamar D).

Já a autoridade (8) se faz presente para a consolidação do estatuto da credibilidade. Repassa essa mesma condição àqueles que a ela se alinham (Patamar E).

Chega-se, portanto, aos alinhavos finais (Patamar F): um Projeto que está obtendo excelentes resultados deve firmar, com seu público, um contrato de compromisso e o seu ineditismo (9 e 10) só conta a seu favor: produz educação de ponta e não se comporta como mercadoria (“não tem preço”).

Cabe o mérito final, todavia, ao verdadeiro agente do processo – o professor – profissional que, às vezes, transfira-se em herói do dia-a-dia, pelos inúmeros obstáculos a serem enfrentados (Patamar G). Ele, como mestre, pode ser obliterado no país – mas é único e deixará “irretocável marca histórica”. As vozes oficiais reconhecem o valor docente, com ele contam e dele esperam idêntica atitude.

Assim, a construção discursiva da edição – Livro do PROSA/2004- encontra-se agora realizada. O projeto de fala se edifica e, ele próprio, mostra-se aos leitores: antes, os professores-atuantes; hoje, os leitores do artigo.

Lamentável, entretanto, que o educacional (gerenciado por determinada Prefeitura) tenha-se confundido com o político. Trocando-se do governo, findou-se imediatamente o Projeto. Ficou apenas a edição, ora analisada. De qualquer forma, como integrantes de uma tarefa em que críamos, o fazer crítico ora empreendido neste artigo só vem a demonstrar que a Antiga Retórica tinha razão, isto é, podem-se usar mecanismos de convencimento ou persuasão com ética e honestidade. De fato, o Projeto apresentou qualidade ímpar, com uma estrutura educacional sólida e característica de desenvolvimento sócio-político, econômico e educacional.

Só acreditando nesses parâmetros, pôde-se à época realizar trabalho em que colaboraram tantas mentes e tantas mãos teceram oficinas, simpósios, mas, sobretudo, conseguiram, por dois anos, unir o situacional com pedagogia e conhecimentos atuais da análise do discurso e da análise da conversação, em pleno ensino fundamental.

Assim, toda a Equipe fez jus à epígrafe da edição, marcada pelo (justificado) argumento “do sacrifício”, que finaliza a teia argumentativo-persuasiva apresentada:

Dedicamos este PROJETO e esta OBRA a TODOS os alunos e Professores da Rede Pública de Belfort Roxo – alvos de nossa atenção, carinho e dedicação. POR VOCÊS, nenhum trabalho, nenhum esforço terá sido em vão. (Equipe PROASA).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Antônio Suarez. *A arte de argumentar: gerenciando razão e emoção*. São Paulo: Ateliê, 2003.

BRETON, Philippe. *A argumentação na comunicação*. Bauru: EDUSC, 1999.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 1995.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1977.

GAVAZZI, Sigrid. Marcas morfossintáticas como procedimentos argumentativos na interação prefeito/(e)leitores. **In:** GAVAZZI, Sigrid et al. (orgs.). *Português em debate*. Niterói: EDUFF, 1999.

———. Estratégias argumentativas na fala do professor: esboço de um perfil ideológico. **In:** *Cadernos Pedagógicos e Culturais*, v. 6/ nº 1-2/ 1997.

——— & PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino. *Texto e discurso: mídia, literatura e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

——— et al. Delineando faces/perfis na mídia impressa. **In:** *Língua Portuguesa: reflexões sobre descrição, pesquisa e ensino*. Rio de Janeiro: Europa, 2005, 101-110.

PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lino & GAVAZZI, Sigrid (orgs.). *Da língua ao discurso: reflexões para o ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado de Argumentação: a nova Retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PROASA, Livro do. Belfort Roxo: Secretaria Municipal de Educação, 2004, 87 p.

ROXO, Maria do Rosário et al. *Argumentação*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2006.

TOULMIN, Stephen. *Os usos do argumento*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

CRIANÇA OU PROFESSOR: O LEITOR DA CIÊNCIA HOJE DAS CRIANÇAS

Angela Corrêa Ferreira Baalbaki (UFF)
angelacf@bol.com.br

INTRODUÇÃO

O trabalho tem como objetivo analisar dois encartes intitulados “Dicas do Professor” da revista *Ciência Hoje das Crianças*, uma publicação do Instituto *Ciência Hoje* – uma organização social de interesse público sem fins lucrativos, vinculada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) –, cuja principal meta é a divulgação da ciência para a sociedade.

Nossa principal questão de investigação está relacionada à imagem de leitor que é construída discursivamente pela revista. É possível identificar dois leitores previstos: a criança (tal como está inscrito no título da revista) ou o professor (tal como está inscrito no encarte inserido no interior da revista). Em relação ao presente trabalho, buscamos identificar as imagens do professor.

Utilizamos como fundamentação teórica os pressupostos teóricos da Análise de Discurso de linha francesa inaugurada por Michel Pêcheux. Para essa escola, o discurso é entendido como efeito de sentidos, e dizemos sentidos (no plural) por considerá-los múltiplos.

DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA E ESCOLA

Orlandi (2004), ao analisar o funcionamento da ciência na sociedade, constata que o leitor de divulgação científica “sabe que x é”, mas “não sabe x ”. Trata-se do efeito de informação científica, no qual o discurso do senso comum e o da ciência são colocados em contato. Segundo a autora, há, nessa representação, uma didatização do discurso da ciência; entendendo por didatização o discurso sobre a ciência.

Por variados procedimentos vai aparecer o termo científico ao lado de descrições, sinônimos, perifrases e equivalências e etc., deixando à vista o processo pelo qual o discurso científico se apresenta como uma

retomada. Essa didatização é parte da encenação que dá eficácia e credibilidade a este discurso. (Orlandi, 2004, p. 143).

Ocorrem, portanto, dois movimentos, a saber: a “didatização da mídia” e “mídiatização da escola”. O primeiro caracteriza-se por ocorrer fora da escola, o segundo, é considerado a mídiatização do discurso científico na escola, visto como um lugar de divulgação e não de produção de conhecimento. As terminologias são usadas excessivamente para produzir o efeito de cientificidade.

Pfeiffer (2001), em seu artigo “Escola e divulgação científica”, discute como a mídia produz o discurso de divulgação científica e o modo pelo qual ela é tomada como lugar de suprimento de instrumentos pedagógicos. Para a autora, “a mídia ocupa, de um lado, um lugar de substituição do livro didático dentro da sala de aula e, de outro, o lugar da própria escola, tendo como missão [destaque da autora] o fornecimento de um conhecimento à distância” (2001, p. 41).

Desde meados da década de 80, segundo Pfeiffer (2001), a mídia, principalmente a impressa, vem sendo marcada, em seu funcionamento, pelo uso escolar, que pode ser caracterizado de duas formas: como instrumento didático diário (semelhante ao uso do livro didático) e como base para formulação de questões de exames admissionais em universidades e escolas técnicas. Para a referida autora, os textos jornalísticos, em sua superfície textual, apresentam-se a como defensores da educação de qualidade, ao mesmo tempo que, ilusoriamente, teriam a função de resgatar a falida educação brasileira. Como isso seria possível?

Ao apresentar um conhecimento de forma didatizada, a mídia estaria transmitindo conhecimentos para alunos e professores, promovendo a reciclagem para os últimos que, por suas condições de trabalho (baixos salários, número extenso de aulas, número excessivo de alunos em sala de aula, etc.), não teriam como realizar cursos de formação continuada. A mídia seria um agente de democratização da educação – informando todas as instâncias que compõem/constituem o processo ensino-aprendizagem, configurando um funcionamento no campo discursivo da mídia. Para Pfeiffer (2001, p. 42-3),

Este funcionamento pode ser observado em processos discursivos [destaque do autor] que deslocam a escola de sua legitimidade de ensinar, desautorizando-a, a partir do ato denunciativo que “esclarece” à população que os professores são despreparados, os alunos não aprendem e

a escola não tem condições estruturais para atender seu público; ao mesmo tempo em que traz, ao domínio da população, de forma “democrática” e com “maior abrangência”, todas as últimas novidades em termos tecnológico; assim como “abre” espaço para os intelectuais exporem suas idéias sobre a sociedade em que vivemos.

A divulgação científica seria a tábua de salvação da educação. Pfeiffer (2004), defende que, sob esse prisma, a mídia teria a “tarefa de ocupar o lugar da falta”. Para Moirand (2000: 21), as formas de encenação do saber na mídia parecem responder a uma representação estereotipada da didatização e destaca também que a necessidade da formação, tão imperiosa na atualidade, “torna-se um percurso obrigatório em um período de crise de emprego de que a escola é considerada em parte responsável (opinião que, aliás, a mídia difunde não sem complacência)”.

A REVISTA E SUA INSERÇÃO NA ESCOLA

A revista *Ciência Hoje das Crianças* iniciou sua publicação como um encarte da revista *Ciência Hoje* no ano de 1986. Inicialmente, era destinada aos filhos dos leitores da revista *Ciência Hoje*. Em 1989, após uma avaliação técnica realizada por uma comissão nomeada pela diretoria da SBPC, constatou-se a possibilidade de publicação independente.

Desde então, a revista passou a contar com um conselho editorial próprio e, a partir de setembro de 1990, foi transformada em uma revista independente. Um fator preponderante na colaboração da independência editorial da revista foi a compra de vários exemplares, cerca de 50 mil, pela FAE destinados ao projeto Sala de Leitura.

É importante ressaltar que a revista não só mudou sua forma de circulação (de bancas de jornais para bancos escolares), mas também seu público-alvo. Se, em sua fase inicial, os leitores eram os filhos dos leitores de *Ciência Hoje*, com a entrada na escola, via “Sala de Leitura”, a revista passou a ter como leitores tanto alunos quanto professores de escolas públicas de vários municípios brasileiros.

Atualmente a maior parte dos recursos financeiros da CHC são oriundos do Ministério da Educação, responsável pela compra de mais de 180 mil exemplares, distribuídos todos os meses em cerca de

60 mil escolas públicas de todo o país. Deve-se registrar que a CHC é o único material paradidático adotado e distribuído pelo MEC.

A publicação de “Dicas do Professor” é mais um fato a estabelecer uma relação da revista com o ensino, especialmente, com o ensino fundamental. Segundo Sousa (2000), o encarte sugere aos professores uma série de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula a partir de textos publicados na revista das crianças. Vale ressaltar que tais encartes são inseridos no interior da revista, constando apenas naquelas distribuídas pelo Ministério da Educação. Os exemplares adquiridos em bancas ou por assinaturas não os contêm.

Em termos de formatação, o encarte é composto por quatro páginas. Na primeira, há o editorial e as seções sobre a temática a ser desenvolvida. Nos encartes que compõem nosso corpus empírico, as seções são: Lixo: lugar certo e lugar errado; Quem vive de lixo; adubo orgânico (referentes ao número 97); Livros; Biblioteca (referentes ao número 98). Na segunda página de cada encarte, há uma breve introdução endereçada ao professor, sugerindo atividades e indicando quais materiais devem ser utilizados (registrando dentre outros, a própria CHC). Nas páginas seguintes (3 e 4), desenvolvem-se os temas de cada encarte. E, na última, além da seção específica, há um lembrete (em geral, funcionando como uma recomendação a ser seguida) e um quadro que finaliza o encarte, contendo indicação sobre os PCNs.

ANÁLISES

Em AD, não podemos recorrer a um método específico, a uma metodologia de pesquisa definida por critérios empíricos, positivistas. Orlandi (2000) indica três grandes etapas metodológicas possíveis de serem realizadas em uma pesquisa inspirada pelo quadro teórico da AD. A primeira refere-se a constituição do corpus, a segunda trata da delimitação do objeto discursivo e a terceira corresponde à investigação do processo discursivo. Cabe destacar que todas as etapas estão intimamente ligadas, assim como seus procedimentos.

Todos os passos de análise (desde a coleta do corpus até a etapa final de análise dos dados) são mediados, permanentemente, pe-

lo quadro teórico. Dessa forma, a análise não é uma atividade final que objetiva descrever dados, mas um processo contínuo, iniciado pela constituição do corpus e finalizado pelo cotejo de determinados funcionamentos discursivos. O ponto de vista teórico é imprescindível, uma vez que baliza todo processo de análise.

O corpus, nessa perspectiva, não é considerado como um depósito de dados prontos que podem ser observados e medidos, mas uma construção de montagens discursivas que obedecem a determinados critérios teóricos da AD, em face aos objetivos da pesquisa. Como nos lembra Orlandi (2000, p. 63) "Em grande medida o corpus resulta de uma construção do próprio analista".

O objeto de análise não é algo pronto, precisa receber certos tratamentos. Há, segundo Orlandi, um primeiro tratamento de análise superficial da materialidade lingüística. Esse tratamento é, segundo a autora, fundamental para que ocorra a passagem do material de linguagem bruto ao objeto discursivo. Esse primeiro tratamento fornece pistas para a compreensão do modo de funcionamento do discurso, ou melhor, a partir desses vestígios lingüísticos a análise do processo discursivo pode ser desenvolvida.

Este primeiro momento é chamado por Orlandi (2000) de "de-superficialização" e é feito em contato direto com o texto. Para a autora,

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície lingüística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto lingüisticamente de-superficializado (*Idem*, p. 66)

Ao atingir o processo discursivo, o analista recebe desse processo as indicações necessárias para compreender a produção dos sentidos. Os textos coletados – o material bruto – após o procedimento de de-superficialização desaparecem, cedem seu "lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles fazem parte" (*idem*, p. 72). É o processo discursivo que possibilita ao analista compreender a produção de sentidos.

Da análise dos processos discursivos relacionada às formações discursivas distintas resulta o produto da análise. Tem-se com esse produto, segundo Orlandi, a "compreensão dos processos de

produção e de constituição dos sujeitos em suas posições" (*idem*, p. 72). Guiados por tal perspectiva metodológica, apresentamos algumas análises das "Dicas do Professor".

O Editorial

Antes mesmo de iniciar a análise do editorial, como também das demais partes do encarte, achamos relevante iniciar nossas análises pelo título. Em "Dicas do professor", destacamos o adjunto adnominal do professor que, do ponto de vista sintático, seria um sintagma preposicional de função adjetiva. Tal sintagma acrescentaria à construção ou uma noção de referência (dicas próprias de professor) ou uma noção de finalidade (dicas para o professor). Sabemos que, do ponto de vista discursivo, o lingüístico é a base material para os processos discursivos, que, por sua vez, são constituídos pelas relações sócio-históricas. Em outros termos, os sentidos não estão colados às palavras.

Logo abaixo do título, temos a seqüência:

Não pode ser vendido separadamente
Parte integrante da Ciência Hoje das Crianças n ...

Inserese o encarte como parte integrante da revista, proibindo (pelo uso da negação) sua venda separadamente. Tal enunciado acaba por constituir o encarte como uma seção da revista²⁰. Embora a revista possa ser vendida "separadamente" em jornaleiros ou por assinatura, para o encarte, o contrário não é permitido. Dessa forma, poderíamos construir a seguinte paráfrase:

(O manual) Não pode ser vendido separadamente
Parte integrante d(o material paradidático)

Entendemos que, a partir dessa paráfrase, a revista/material paradidático pode ser vendido separadamente para o leitor (criança/aluno), já o material do professor (constituído de encarte/manual e revista/material paradidático) só pode ser vendido em conjunto. Cu-

²⁰ Em termos gráficos, observamos o uso de desenhos que seguem o mesmo padrão da revista – mesmo sendo para o professor, os desenhos são infantis (nesse ponto, poderia se falar em infantilização do professor?)

riosamente, o aluno das escolas públicas tem acesso à revista e ao encarte.

No editorial, o professor é interpelado como interlocutor (observado no vocativo “Caro professor”). O recorte discursivo aqui operado obedece a um reconhecimento de verbos e locuções verbais (ponto da materialidade lingüística que permite identificar os agentes e pacientes das ações propostas pelo editorial). Inicialmente, a revista oferece as “dicas” ao professor, que, como um agente passivo, deve recebê-las e implementá-las em sua sala de aula. Em seguida, o professor é interpelado a ser o agente das “Dicas”, pois deve enviar depoimentos sobre o desenvolvimento atividades propostas, como também sugestões e conteúdos a serem tematizados pela revista. Não nos esquecendo que as sugestões do professor passarão pelo crivo editorial da revista (“indicações de atividades e conteúdos aqui tematizados”- Dicas do Professor nos 97 e 98). Podemos, portanto, dividir o editorial, em relação às ações atribuídas à revista e ao professor, em dois momentos²¹. Vejamos o quadro abaixo:

Ações atribuídas à revista e ao professor:

1º momento	CHC	VOCÊ (professor)
	trazer sugestões	receber sugestões para saber usar a CHC
	fornecer elementos para enriquecer a prática pedagógica	ter a prática pedagógica enriquecida
	dar sugestões	adotar/explorar as sugestões dadas
2º momento	CHC	VOCÊ (professor)
	contar com a colaboração do professor	escrever sobre o desenvolvimento e utilização das atividades propostas e enviar sugestões

Em um primeiro momento, podemos interpretar o adjunto “Dicas do professor” ora como “dicas para o professor”, ora “dicas de professores”. Os sentidos, como nos lembra Pêcheux (2002), não são logicamente estáveis, ou melhor, não estão organizados sob a lógica disjuntiva (ou, ou), mas se estabelecem na contradição, no equívoco.

²¹ Vale destacar que esses momentos não são estanques, de fato, eles se recobrem.

Introdução ao tema do encarte

Na página 2, em um quadro que aparece no topo, há um trecho introdutório que designamos de *Introdução ao tema do encarte*, embora o lexema “professor” apareça em destaque no início do parágrafo, grafado com fonte maior e espaço diferenciado. Ao observar a materialidade lingüística, recorremos como marcas às pessoas discursivas. Identificamos que o locutor ora se apresenta utilizando a desinência de primeira pessoa do plural, tais como em: “*Nestas Dicas estamos sugerindo*”; “*é sempre recomendável que as atividades aqui propostas*”, “*Todos sabemos como a leitura*”²²; ora a designação da própria revista (*Ciência Hoje das Crianças*). O interlocutor, no caso o professor, é interpelado pelo pronome *você*.

Nas seqüências discursivas abaixo, podemos verificar como o professor é interpelado.

SD1: “uma série de atividades de reciclagem para **você** fazer com sua turma” (Dicas do Professor, CHC n° 97, 1999).

SD2: “**Você** mesmo pode estimular as atividades de leitura de seus alunos” (Dicas do Professor, CHC n° 98, 1999).

SD3: “Se **você** tiver oportunidade, consulte-os”. (Dicas do Professor, CHC n° 97, 1999).

Na seqüência 1, o professor é “levado” a realizar a atividade proposta com sua turma e, na seqüência 3, é “convidado” a consultar um artigo sobre lixo publicado na CHC n° 14. Nessas seqüências, a atividade a ser realizada destina-se exclusivamente ao professor. Produz-se a imagem daquele que é guiado a fazer e não de produzir atividades, ou melhor, um implementador de atividades, como também daquele que, por não ter tempo disponível, poderá ou não consultar a revista. Em sendo a CHC uma revista de divulgação científica destinada a crianças, qual o motivo que levaria um professor a consultá-la?

²² Nessa seqüência, é possível dizer que o NÓS abrange tanto o locutor quanto o interlocutor. Para Indursky (1997), o NÓS tem amplitude referencial, pois o “locutor pode associar-se a referentes variados, sem especificá-los lingüisticamente, daí decorrendo a ambigüidade de seu dizer (p. 66).

Apesar de o pronome *você* aparecer em várias seqüências, ao longo da materialidade textual, também encontramos em sua forma plural (*vocês*). Vejamos as seqüências que se seguem:

SD4: “É muito importante, antes de realizar as atividades, que **vocês** pensem sobre aquilo que acabou sendo um problema para as grandes cidades” (Dicas do Professor, CHC n° 97, 1999).

SD5: “**vocês** poderão conhecer mais sobre o Proler pelo site” (Dicas do Professor, CHC n° 98, 1999).

SD6: “uma ocasião para **vocês** analisarem também o lixo produzido na escola e na casa dos estudantes” (Dicas do Professor, CHC n° 97, 1999).

Constatamos que a mudança lingüística estabelecida entre singular/plural, mais do que acrescentar idéia de quantidade, produz outros sentidos. Nessas seqüências, retoma-se a atividade conjunta: professor e sua turma. O professor não chamado apenas para implementar as “dicas”, mas, sobretudo, para realizar as atividades com seus alunos, dessa forma o pronome *vocês* seria a soma professor mais alunos. Entendemos que há um deslizamento de sentidos, uma vez que o professor acaba assumindo também uma posição de aluno.

Outra marca lingüística muito recorrente é o imperativo. Encontramos em todas as sugestões, como por exemplo: “faça com a turma algumas atividades tendo como tema “o lixo”; “divida a turma em grupos e peça-lhes que leiam o artigo em voz alta”. O uso do imperativo, comuns em instruções de uso, funciona, nas “Dicas”, como um “saber-fazer”. O professor precisa saber, ser instruído, receber sugestões de atividades, para poder fazer com sua turma.

O encarte e os PCNs

Ao final, após várias sugestões de atividades (conforme cada tema do encarte), há um quadro que apresenta o seguinte enunciado:

Uma contribuição para melhor compreensão dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a partir da experiência da Ciência Hoje das Crianças. Dê também a sua dica.

A ambigüidade presente no título do encarte também pode ser encontrada no trecho acima. Afinal, a contribuição para o entendimento dos PCNs seria decorrente da experiência da revista (editor, equipe jornalística) ou da experiência do professor? Voltando à questão posta na seção 3.1, parece possível, após as análises, interpretar o adjunto “Dicas do professor” como, fundamentalmente, “dicas para o professor”.

Além deste aspecto, encontramos na materialidade textual uma possível justificativa para edição dos encartes. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) foram implementados pelo MEC em 1999. Organizados em torno de temas transversais que devem passar pelas diferentes áreas de ensino, os PCNs têm como objetivo oferecer parâmetros ao ensino fundamental. Vale lembrar que a política do MEC para avaliação de livros didáticos estabelece que os livros devam estar de acordo com os PCNs.

A revista, por ser distribuída gratuitamente pelo MEC a várias escolas públicas como material paradidático, destaca, em sua materialidade textual, um vínculo com esse órgão público que é o seu maior consumidor. Tal vínculo acaba por transformar o encarte em um instrumento de implementação da política pedagógica do MEC e, de certa forma, endossá-la.

CONCLUSÕES PARCIAIS

Com esse trabalho, propomos identificar o leitor da revista CHC. Observamos, a partir das análises realizadas de dois encartes de “Dicas do Professor”, que a revista apresenta dois leitores: o aluno do ensino fundamental e os professores. Para os alunos, a revista funcionaria como material de apoio para realização para atividades escolares e para o professor como suporte para elaboração de suas aulas.

As “Dicas do Professor” estão inseridas em uma revista infantil de divulgação científica. Entendemos que, embora a revista seja considerada de divulgação científica, as “Dicas do Professor” parecem aproximar ao discurso pedagógico, no que diz respeito às instruções de uso, modos de usar comuns em manuais pedagógicos para professores.

Pode-se dizer que as “Dicas do professor” são endereçadas para um professor imaginariamente construído como um interlocutor que precisa receber um material de instrução, um manual que indique atividades passo a passo. Cria-se a ilusão que as “Dicas” também são do professor, como se ele fosse um cooperador das atividades ali propostas.

Assim como Pfeiffer, observamos que a revista apresenta um funcionamento da mesma ordem do livro didático. Usando as palavras de Pfeiffer (2004), é possível observar “um mesmo processo discursivo fundando o modo de se trabalhar como texto de divulgação na sala de aula e o modo de se trabalhar com o livro didático”. Tal paralelismo, em nosso corpus, pode ser identificado nas sugestões de atividades aos professores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INDURSKY, Freda. *A fala dos quartéis e outras vozes*. Campinas: UNICAMP, 1997.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2000.

———. Linguagem, ciência, sociedade: o jornalismo científico. In: *Cidade dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2004.

MOIRAND, Sophie. Formas discursivas da difusão de saberes na mídia. *RUA- Nudecri*, Campinas, 6: 9-24, 2000.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. 3ed. Campinas: Pontes: 2002.

PFEIFFER, Cláudia. Escola e divulgação científica. In: GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento*. v. 1. Campinas: Pontes, 2001.

———. *A presença do jornal na escola: compartilhando saberes – escola, instrumentos lingüísticos e divulgação científica*, 2004 (mimeo).

SOUSA, Guaracira G. *A divulgação científica para crianças: o caso da Ciência Hoje das Crianças*. 2000, 305 f. Tese (Doutorado em Química Biológica) – Instituto de Ciências Biológicas, UFRJ, Rio de Janeiro.

**DEMOCRACIA REPRESENTATIVA
OU DEMOCRACIA PARTICIPATIVA:
ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE
DO PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Augusta Porto Avalle
augusta.avalle@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o discurso de posse do presidente do Brasil eleito em 2006. Tal pesquisa insere-se em um conjunto de estudos de Análise do Discurso de linha francesa. Com base enunciativa, as pesquisas realizadas nessa perspectiva focalizam os papéis das pessoas do discurso, as relações que mantêm entre si a partir do texto e também de uma exterioridade que cria uma situação de comunicação e é reencenada pelo discurso.

O objetivo da pesquisa é analisar marcas lingüísticas que indiquem modos de instituição de um lugar discursivo que justifique a atuação do presidente e legitime seu papel como líder. Como desdobramento e conseqüência dessa análise, discutem-se sentidos atribuídos à questão da democracia representativa e da democracia participativa.

Para fundamentação teórica são utilizadas as categorias lingüísticas de análise discursiva enunciativa de Maingueneau (2004), as características do discurso político de Charaudeau (2006) e, para contextualização, os debates sobre democracia representativa, participativa e populismo (Lima, 2007; Magalhães, 2003; Sant’Ana Pedra, 2002; Dorna, 2003).

DEMOCRACIA, DISCURSO E HISTÓRIA

No ano de 2006, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi reeleito no Brasil. No início de seu discurso de posse em Brasília, o governante recapitula sua primeira vitória nas urnas e se apresenta como “resultado de um poderoso movimento histórico” do qual se sente “humilde instrumento” (Silva, 2006). Em nossa breve análise,

nos detemos nas condições de produção desse discurso, inclusive em certo “movimento histórico” que o próprio presidente retoma para justificar e legitimar por meio de sua enunciação a sua posição de “humilde instrumento” da política brasileira.

Levamos em conta a questão que alguns estudiosos da Ciência Política apontam como crise da democracia representativa e emergência da democracia participativa (Lima, 2007; Magalhães, 2003; Sant’Ana Pedra, 2002). O presidente, em seu discurso, esboça uma réplica a essa crise, o que é sintomático da atualidade do tema.

A base dessa questão está assentada num processo histórico caracterizado pela mudança do papel das classes sociais no jogo político do Estado, ao longo do século XX, “com a ampliação do direito do voto, o bem-estar social tornou-se tão interessante para os governantes quanto sempre fora a guerra” (Minogue, 1998, p. 135).

Em nome de uma sociedade perfeitamente justa, propõe-se que a democracia representativa é uma deformação, um anacronismo, pois representa apenas uma modalidade de democracia praticada na *ágora* ateniense, com poucos cidadãos. Não correspondendo, então, ao imperativo do Estado moderno atual, como é o caso do Brasil. Conforme (Lima, 2007; Sant’Ana Pedra, 2002), os Estados contemporâneos acenam para uma democracia participativa na qual os cidadãos são sujeitos ativos e protagonistas de seu próprio destino.

Em meio ao indício de uma desestabilidade da democracia representativa, é relevante abrir um parêntesis para alguns processos históricos latino-americanos recentes que indicam uma transformação de compromisso, ou seja, “o redesenho estrutural da sua sociedade e suas relações de poder cederam lugar a um leque mais moderado de iniciativas de mudança”²³ (Vilas, 2005, p. 89). Assim, o Estado reformista da América do Sul se orienta a “dotar a democracia representativa de eficácia política para converter em ações do gover-

²³ No original: “(...) un rediseño estructural de la sociedad y sus relaciones de poder ha cedido paso a un arco más medurado de iniciativas de cambio.”

no as aspirações populares e de grande parte das classes médias a uma qualidade de vida mais satisfatória”²⁴ (Vilas, 2005, p. 89).

Nesse panorama, enfatiza-se a recomposição da democracia representativa no sul do continente americano devido a um passado de ditaduras militares, guerras civis, revoluções e terrorismos de estado.

Portanto, compreende-se que, como consequência de um histórico anti-democrático e também da vertente política moralizante atual, existe uma tensão entre consolidar o estabelecimento da democracia representativa — assim como sua legitimidade — e a ascensão de uma demanda pela democracia participativa em função dos atributos atuais da política do Estado contemporâneo, como promotor da justiça social, bem-estar e bastião da moral humana.

Uma vez cartografada a discussão, justificamos a escolha do discurso de posse como espaço de encenação e legitimação de uma postura de ação política e de instauração de imagens de presidente, Estado, nação, povo que referendam e modulam a idéia de democracia representativa e democracia participativa.

O DISCURSO POLÍTICO COMO GÊNERO

Por tratar-se de um campo tradicionalmente abordado pelos estudos discursivos é pertinente adotar alguns pontos mencionados por Charaudeau (2006).

Para o autor, é possível determinar “as questões da *ação política*, de sua finalidade e de sua organização; as *instâncias* que são partes interessadas nessa ação; os *valores* em nome dos quais é realizada essa ação” (Charaudeau, 2006, p. 16)

O autor chama a atenção para as relações de força existentes e na necessidade do ato de linguagem agir sobre o outro. Para que isso ocorra, cada sujeito deve ser reconhecido ocupando determinadas

²⁴ No original: “(...) dotar a la democracia representativa de eficacia política para convertir en acciones de gobierno las aspiraciones populares y de gran parte de las clases medias a una más satisfactoria calidad de vida.”

posições de dominante ou dominado. A autoridade ou dominação se estabelece se há “uma ameaça ou possibilidade de gratificação” (Charaudeau, 2006, p. 17). Nessa relação de poder pactada se constrói o vínculo social que legitima o discurso.

A ação política está em uma relação recíproca com o discurso. A primeira é a responsável pela organização da vida social tendo em vista ao bem comum a partir da suposição de que existe um agente decisório que elabora um projeto com um fim a atingir e engaja-se na sua concretização. Esse projeto, que deve ser comum, é elaborado por um discurso. Charaudeau põe em relevância a existência de “um espaço de discussão onde se elabore esse projeto comum” (2006, p. 18). Desse modo, a ação política depende de um espaço de discussão.

Em jogo na ação política, apresentam-se “instâncias” com papéis definidos: a “instância política”, a que realiza a ação efetivamente, e a “instância cidadã”, a que escolhe os representantes do poder (Charaudeau, 2006, p. 18). Segundo ele, existe uma contradição instalada na instância política, pois ela é responsável pela realização da ação política, mas foi escolhida pela instância cidadã que, por sua vez, desconhece as regras de funcionamento do Estado. Para que conquiste o consentimento da instância cidadã, o espaço de discussão por vezes cede lugar a um espaço de persuasão, na qual se lança mão de “argumentos da razão e da paixão” (Charaudeau, 2006, p. 19).

Retomando a questão do espaço de discussão, Charaudeau (2006, p. 20) afirma a existência de “valores” que devem ser coletivos já que se visa à organização da vida social. A definição desses “valores” após a discussão social deve ser assegurada pela ação política que atua em nome de entidades abstratas (Estado, República, Nação) que pairam sobre o indivíduo e garantem seus direitos e deveres.

A importância do discurso, nesse processo, é assim resumida por Charaudeau (2006, p. 21): “É pela existência dos espaços de discussão e de persuasão, lugares de construção dos valores dos quais dependem a ação, que o campo político é, como diz Augé, ‘o governo da palavra’”. Em nossa análise, vemos como o espaço de persuasão é instituído para convencer a instância cidadã do fundamento das promessas; como o espaço de discussão é encenado para que se definam os meios e os fins da ação política e, finalmente, como o espaço

da ação organiza e coordena as tarefas a serem executadas ou promulgadas por meio de leis ou decretos.

A seguir, explica-se a necessidade de uma análise discursiva no campo da política.

Análise do discurso político

De maneira diferente de outras ciências, como a Filosofia Política, a Ciência Política e a História, que se preocupam com a “emergência de uma racionalidade política” ou com a “regulação dos fatos políticos” (Charaudeau, 2006, p. 37). Ao debruçarem-se sobre textos dessa esfera da atividade, a análise do discurso tem como finalidade “revelar o que é a realidade do poder, este sendo, para alguns, essencialmente uma questão de ação, tendo, portanto, necessidade de mostrar que não poderia haver ação política se não houvesse discurso que a motivasse e lhe conferisse sentido” (Charaudeau, 2006, p. 39).

POR QUE O DISCURSO DE POSSE?

Tendo em vista uma abordagem enunciativa da análise do discurso, nos preocupamos com as condições de produção, com algumas regras norteadoras que permitiram o surgimento desse discurso e não de outros, partindo de um horizonte de escolhas forjadas historicamente, ideologicamente e por um contexto social.

No campo da política, o discurso de posse é lugar discursivo privilegiado para a afirmação da representatividade conquistada legitimamente por meio de eleições diretas. Além disso, está envolvido numa ritualística que corresponde à cerimônia do início do mandato presidencial. Esse aspecto não pode ser menosprezado, pois conforme explica Charaudeau (2006, p. 42) a respeito do discurso, “ele é, ao mesmo tempo, lugar de engajamento do sujeito, de justificação do seu posicionamento e de influência do outro, cuja encenação varia segundo as circunstâncias de comunicação”.

Sena (1997, p. 13) assinala a singularidade do discurso de posse de um presidente fazendo referência a duas características apontadas por Dugaich (1993): 1- O discurso é mais passível de críti-

cas e análises porque ocorre fora do espaço de uma disputa; 2- “O universo heterogêneo dos interlocutores exige que seu poder de interpelação seja redobrado”, voltando-se também para opositores.

Nas “circunstâncias de comunicação” do discurso de posse, há uma cenografia discursiva²⁵, relativa a um espaço-tempo, que ratifica a importância histórica e simbólica para a democracia do país.

O presidente-locutor (aquele que fala) ocupa uma posição de destaque num púlpito elevado, há a presença de autoridades relacionadas ao governo, o ex-presidente que lhe veste a faixa presidencial, a população está presente não só na cena da enunciação, mas também como espectadora por intermédio da televisão e rádio.

Colocados em conjunto, esses elementos formam um mosaico de sentidos, um “material semiótico” (Bakhtin, 1992, p. 37) que fornece caldo substancioso para a análise empreendida.

Outro fator motivador para a escolha do discurso de posse, particularmente no nosso caso, o da reeleição do presidente Lula, é a reiteração de uma posição discursiva firmada anteriormente, por vezes uma atenuação, e também a presença de promessas que são postuladas como legítimas, não só para o presidente como representante da vontade geral do povo, mas também como para certo tipo de interlocutor encenado discursivamente pelo presidente-locutor, o que vemos adiante.

MÃO NA MASSA — A ANÁLISE DO DISCURSO DE POSSE

Focaremos o emprego das pessoas em nossa investigação porque privilegiamos a construção do *ethos*. Começamos a análise analisando a imagem de enunciador que o locutor constrói e, em seguida, passamos aos co-enunciadores e coenunciadores.

²⁵ Maingueneau (2004, p. 87) coloca que a cenografia “é ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra”.

O enunciador

No decorrer do discurso, o presidente-locutor aparece como enunciador (o que se vê pelo discurso) tanto na 1ª pessoa do singular, difuso na 1ª pessoa do plural e até mesmo como 3ª pessoa do singular.

Ao narrar sua trajetória pessoal, o presidente afasta-se do enunciador que se torna uma espécie de “eu-lírico”. É apresentado na 3ª pessoa do singular, por meio de designações que buscam uma certa empatia com o co-enunciador trabalhador humilde, uma cooptação da instância cidadã. É o que temos em:

“um homem nascido na pobreza” (2º parágrafo)
“um retirante” (2º parágrafo)

Como explica Charaudeau (2006, p. 113), baseado na concepção aristotélica, o *ethos*, “enquanto *tekhné*, (...) é o que permite ao orador parecer ‘digno de fé’, mostrar-se fidedigno ao fazer prova de (...) simplicidade sincera”. Um presidente com origens modestas e que alcança um alto cargo no governo é, portanto, “digno de fé”. A pessoa social é legitimada pelo *ethos* de simplicidade e pelo estatuto conferido por sua posição de presidente eleito pela maioria.

Enquanto que na expressão do “eu” pela 3ª pessoa, o que se busca é uma anulação da individualidade e identificação com o cidadão comum, nos casos em que está na 1ª pessoa do singular, o “eu” se manifesta por meio da conjugação verbal, nota-se a preocupação pela imagem da qual se travestirá o locutor a partir do que diz:

“Sou igual naquilo que mais prezo” (3º parágrafo)
“Sou diferente na consciência madura” (3º parágrafo)
“Sou igual no ímpeto e na coragem de fazer” (3º parágrafo)
“Sou diferente na experiência acumulada” (3º parágrafo)

O toque estilístico das designações contrárias – “igual” e “diferente” – deixa transparecer a expressão do sujeito, a subjetividade e, portanto, a carga emotiva do enunciador. Esse caráter apaixonado afina-se com a personalidade do “homem providencial carismático”²⁶, com “a energia contagiosa, (...) o jogo da sedução, do contato direto e caloroso, o que permite mobilizar e organizar um povo re-

²⁶ No original: “(...) hombre providencial carismático”

signado, mas enfurecido”²⁷. (Dorna, 2003) característica do populismo²⁸.

Em outras aparições do “eu”, o reforço de um enunciador que se legitima por meio de seu estatuto de pessoa social de origem simples e homem de palavra e, portanto, digno de ocupar sua posição social e discursiva no contrato estabelecido:

“jamais esquecer de onde vim” (11º parágrafo)
“quatro anos atrás eu disse que o verbo mudar iria reger o nosso governo” (14º parágrafo)

Também demonstra que, ao empregar a 1ª pessoa, reveste-se de uma imagem de presidente responsável e ciente dos compromissos e promessas assumidos no passado. O enunciador na 1ª pessoa traz para si o papel de fiador do discurso e antecipa a voz de possíveis opositores:

“não fui reeleito para ouvir a velha e conformista ladainha segundo a qual tudo é muito difícil” (13º parágrafo)
“Tenho plena consciência” (13º parágrafo)
“Sei que (...) cabe-me corrigir” (13º parágrafo)

Já mencionamos que o enunciador muitas vezes utiliza-se de argumentos de paixão para provocar a adesão à sua palavra e que, por isso, o espaço de discussão dá lugar ao espaço de sedução e persuasão. É o que fez ao insistir na origem simples, nas promessas anteriores e dizer-se portador de “coragem” e “ímpeto”. Seduz por seu *ethos* simples e persuade por seu *ethos* sério, responsável.

Quanto à presença da 1ª pessoa do plural, faz-se necessário distinguir o uso de “nós” em três categorias de análise:

1- Exclusivo: O locutor refere-se a si mesmo e a uma terceira pessoa, mas há um afastamento entre eles, preservando uma relação hierárquica;

2- Inclusivo: Existe uma relação de igualdade entre locutor e interlocutor, que é incluído na enunciação do locutor;

²⁷ No original: “ (...) la energía contagiosa, (...) el juego de la seducción, del contacto directo y caluroso, lo que permite movlizar y organizar a un pueblo resignado, pero enfureido.”

²⁸ Entendemos populismo sem o caráter estereotipado, pitoresco, mas sim como “forma direta de chamar as ‘massas’, cuja natureza, intenções e conseqüências resultam de uma apreciação ideológica” (Dorna, 2003)

3- Inclusivo estratégico: Um recurso discursivo de “aparência globalizante”. (Sena, 1997, p. 101)

O “nós” exclusivo está presente em:

“Criamos mais de 100 mil empregos” (8º parágrafo)
“Nosso esforço não se esgota nas medidas que anunciaremos em janeiro” (17º parágrafo)
“estaremos lançando” (17º parágrafo)
“Continuaremos dando prioridade” (19º parágrafo)
“Como fizemos no nosso primeiro mandato” (32º parágrafo)

Nesses enunciados, há um “eu” ampliado, “eu + a equipe do governo” e não o “eu + interlocutor”. O “nós” não é efetivamente uma coleção de “eu”, trata-se de “um eu expandido para além da pessoa estrita, ao mesmo tempo aumentado e com contornos vagos” (Gallimard *apud* Maingueneau, 2004, p. 127).

Não é o efeito de sentido criado pelo “nós inclusivo” que encontramos em:

“Graças ao esforço de todos nós” (30º parágrafo)
“Temos um gigantesco desafio” (29º parágrafo)

A relação de igualdade estabelecida entre locutor e interlocutor nesses dois fragmentos sugere uma estratégia de proximidade com a democracia participativa, pois nesta todos têm a responsabilidade pelas ações políticas e sociais, caminhando para a máxima de *governo do povo, pelo povo e para o povo*.

A materialização da tensão entre democracia representativa e participativa, uma provável resposta aos porta-vozes da crise entre essas duas modalidades de governo, é dissipada no enunciado do 36º parágrafo: “As formas de democracia participativa não são opostas às da democracia representativa. Elas se complementam”. Essa afirmação é coerente com o *ethos* moderado e preocupado eticamente com o bem comum e com a justiça social.

O “nós inclusivo estratégico” é o que mais se coaduna com o *ethos* de um presidente da democracia representativa, já que “valendo-se de uma espécie de contrato enunciativo tácito, o locutor delega a si próprio a prerrogativa de representação da coletividade” (Sena, 1997, p. 101). É construído discursivamente nos seguintes enunciados:

“Temos de refletir sobre nossas instituições e nossas

práticas políticas” (34º parágrafo)
“Temos de construir consensos” (34º parágrafo)
“Precisamos de um sistema político” (34º parágrafo)

Nesse último caso de “nós”, a instância política trata de englobar a instância cidadã numa aparência de ação conjunta, embora o enunciado diga respeito muito mais ao locutor presidente do que ao enunciador “nós” forjado pelo discurso.

Voltando ao “eu” que se manifesta na 1ª pessoa do singular, assim como o faz no início, o presidente-locutor faz-se ver por um enunciador que dialoga com Deus. A evocação de uma entidade abstrata e superior que se coloca no mesmo nível de fala de seu locutor fornece uma imagem missionária do presidente. Traz ao seu discurso um Outro divino e inatingível que, em vez de conceder-lhe as graças pedidas, impõe-lhe obstáculos. O enunciador reveste-se de uma aura de mártir, uma espécie de interlocutor de Deus à semelhança de Jesus Cristo e, como ele, humilde: “Eu não recebi nada do que pedi, mas eu recebi tudo que precisava” (último parágrafo).

Co-enunciadores e coenunciadores

O discurso do presidente Lula interpela seus interlocutores com o tratamento “Minhas Senhoras e Meus Senhores”. Essa fórmula social corresponde ao “tu” co-enunciador que ganha contornos mais nítidos, se materializa, quando o afrontamos com o “eu” enunciador e com as vozes trazidas ao discurso (coenunciadores).

Segundo o princípio de alteridade proposto por Charaudeau (2006, p. 16), “o sujeito não cessa de trazer o outro para si” e “apenas pode definir-se em relação ao outro”. Se numa democracia representativa, o presidente é aquele que exerce o poder em nome do povo, pelo povo e para o povo, Lula reforça seu estatuto de representante legítimo pela via da identificação com o “trabalhador brasileiro”, com “as camadas mais pobres da população”, ou seja, com sua origem, a qual assevera jamais esquecer.

Dessa forma, o *ethos* engendrado pelo enunciador, que por sua vez delimita a fronteira do *ethos* do co-enunciador, é cimento da construção discursiva de uma imagem populista. Assim esclarece Dorna (2003), “o chamado populista se dirige a todo o povo, a todos

aqueles que suportam em silêncio as injustiças e a miséria. Neste chamado há a invocação a grandes ações coletivas e a valores compartilhados. Aí reside sua força emocional e componente racional”²⁹. Enunciados que corroboram o dito acima e que deflagram a imagem discursiva do co-enunciador alvo da agenda política presidencial são:

“O trabalhador brasileiro ainda não ganha o que realmente merece” (8º parágrafo)
“mantereí meu compromisso de cuidar, primeiro, dos que mais precisam” (11º parágrafo)
“Ouço as vozes das cidades, das ruas e dos campos” (13º parágrafo)
“O povo fez uma escolha consciente” (42º parágrafo)

Apesar da aparência que pode provocar, é interessante frisar que o enunciador antecipa-se a responder àqueles que o rotularam como populista e não concorda com esse termo para designar seu governo e prefere o “popular”. Essa postura revela uma concepção de populismo estereotipada e pejorativa, relacionada a ditaduras, nacionalismo agressivo e até mesmo fascismo. Portanto, torna-se oportuno salientar que compreendemos o fenômeno populista como o “sintoma de uma situação de crise institucional e representativa, que pode dar-se dentro de sistemas e correntes políticas muito diversas e que costuma ter um caráter transitório”³⁰ (Dorna, 2003).

A recusa da “pecha” populista parece explicar-se por uma inclinação a um governo moderado e pragmático, sem definições ideológicas rígidas e, também, desvinculado de um excesso burocrático tradicionalmente relacionado aos Estados nacionalistas extremados, o que percebemos em:

²⁹ No original: “El llamado populista se dirige a todo el pueblo, a todos aquellos que soportan en silencio las injusticias y la miseria. Hay en este llamado la invocación a las grandes acciones colectivas y a los valores compartidos.”

³⁰ No original: “(...) síntoma de una situación de crisis institucional y representativa, que puede darse dentro de sistemas y corrientes políticas muy diversas y que suele tener un carácter transitorio.”

“devemos articular cada vez melhor a política macro-econômica com uma política social” (21º parágrafo)
“nossa política social, que nunca foi compensatória e sim criadora de direitos, será cada vez mais estrutural” (21º parágrafo)
“implantação de vigorosas medidas de desburocratização” (20º parágrafo)

A posta em cena de programas “populares”, que fazem parte de políticas sociais criadas em seu governo anterior, garante os “*ethé* de credibilidade” que, segundo Charaudeau (2006, p.119), “repousa sobre um poder fazer, e mostrar-se crível é mostrar ou apresentar a prova de que se tem esse poder”.

Desse modo, a menção aos programas “Fome Zero”, “Programa de Aceleração do Crescimento”, “Programa Luz para Todos”, “FUNDEB” e “ProUni” atesta que o enunciador, além de ser digno de fé (legítimo), também é digno de crédito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso intuito de tentar identificar a tensão entre formações discursivas que se aproximassem dos conceitos de democracia representativa e participativa resultou profícuo, pois, a partir da seleção de marcas de pessoa e de algumas designações, podemos identificar os *ethé* relacionados ao poder representativo, como o populista ou popular, e as inclinações a um poder participativo, no qual a decisão do povo é soberana. Ainda que, cabe enfatizar, há um claro predomínio da primeira.

A cenografia discursiva montada e a situação de comunicação (a posse) politizam o discurso do presidente e fornecem as condições que nos permitiram situar o *ethos* do enunciador e do co-enunciador “na aparência do ato de linguagem, naquilo que o sujeito falante dá a ver e a entender” (Charaudeau, 2006, p. 114).

Como analista do discurso, o que se viu e se entendeu foi a imagem de um enunciador populista-popular, moderado, reformista, digno de fé por sua origem humilde e digno de crédito por sua comprovação de poder fazer. Utiliza-se de argumentos apaixonados, com os quais se trasveste de características valorizadas pelos cidadãos (“coragem”, “ímpeto” e “vontade”, por exemplo) e se dirige a um co-enunciador supostamente pluriclassista. No entanto, seu alvo so-

cial e discursivo são as camadas mais baixas com a qual se identifica, por vezes até mesclando sua instância política com a instância cidadã.

A pesquisa deixa em aberto a análise do discurso de posse utilizando-se de outras questões teóricas e mecanismos lingüísticos de interpretação à disposição dos analistas, assim como uma discussão sobre o papel da ideologia no discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DORNA, Alexandre. *¿Hay que tenerle miedo al populismo?* Disponível em:

http://www.eldiplo.org/resumen.php3?numero=53&resumen=53/R_02_34. Acessado em: 15 de julho de 2007.

LIMA, Henrique. *Crise das instituições na América Latina*. Disponível em: <http://www.ufpe.br/new/visualizar.php?id=5221>. Acessado em: 03 de julho de 2007.

MAGALHÃES, J. L. *Crise da democracia representativa: O paradoxo do fim da modernidade*. Disponível em:

<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4828>. Acessado em: 03 de julho de 2007.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

MINOGUE, Kenneth. *Política: uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

SANT`ANA PEDRA, Anderson. *Democracia representativa*. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3795>. Acessado em: 14 de julho de 2007.

SENA, Odenildo Teixeira. *De Fernando a Fernando: As teias ideológicas do poder*. Tese de doutorado, PUC-SP, 1997.

SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Discurso de posse*. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/noticias/destaques/.arquivos/Discurso_posseLula/view?searchterm=discurso%20de%20posse. Acessado em: 04 de julho de 2007

VILAS, Carlos. *La izquierda latinoamericana y el surgimiento de regímenes nacional-populares*. Disponível em: <http://www.nuso.org/revista.php?n=197>. Acessado em: 12 de julho de 2007.

DICÇÕES DA COMUNIDADE IMAGINADA

Denise Brasil A. Aguiar (UERJ)

**Precisamos adorar o Brasil!
Se bem que seja difícil caber tanto oceano e tanta
solidão
no pobre coração já cheio de compromissos...
se bem que seja difícil compreender o que que-
rem esses homens
por que motivo eles se ajuntaram e qual a razão
de seus sofrimentos.**

(Carlos Drummond de Andrade, “Hino Nacional”)

Já é amplamente difundido o questionamento acerca das “descobertas” dos conquistadores europeus, visto que todos os batismos, fronteiras e futuras nações resultantes da aventura ultramarina dos séculos XV e XVI são, na realidade, *invenções* históricas e *construções* culturais ou políticas. Se é verdade que o território tinha existência concreta, o Brasil é criação exterior, devidamente acompanhada do que Marilena Chauí chama de “mito fundador”, isto é, aquele “que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias”, de modo a ser “sempre a repetição de si mesmo”. (Chauí, 2000, p. 09)

No caso do Brasil, a natureza exuberante e fértil, o gigantismo que predispõe a terra a um destino igualmente grandioso, o sentido da dádiva de Deus, a vocação pacífica e cordial de seu povo, a pluralidade e a riqueza inerentes ao território, são todos elementos que entram em operação no auto-reconhecimento do país, à medida que participam da sua fundação como comunidade imaginada. O mito que tais elementos ajudam a configurar impõe “um vínculo interno com o passado de origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conserva perenemente presente e, por isso mesmo, não permite o trabalho da diferença temporal e da compreensão do presente enquanto tal” (*idem, ibidem*).

Esse conceito de fundação diferencia-se da “formação”, que se encontra vinculada a processos temporais, a acontecimentos histó-

ricos, vistos tanto em suas determinações econômicas, sociais e políticas, como em suas diversas representações. Tais vinculações são estranhas ao mito, que almeja situar-se além do tempo, fora da história, em um presente que não cessa nunca de se atualizar, sob a multiplicidade de aspectos ou formas que possa assumir. Daí a impressão de que *é* e sempre *foi* assim, projetando, também para o futuro, sua repetição.

Também o discurso será lugar de construção do paradigma fundador, conforme demonstra Eni Orlandi, em ensaio no qual discute a construção da identidade nacional pela linguagem, pela construção de dados “sítios de significação”, especificamente a partir dos cronistas do início da colonização, que ainda funcionam como uma referência básica no imaginário constitutivo do Brasil.

Citando Pierre Nora, a autora evoca o conceito de “lugar de memória” para falar de um inventário de lugares em que essa memória (nacional) se encarna, pela vontade dos homens ou trabalho dos séculos, em uma configuração que os aproxima daqueles construtores do semióforo, tal como o definiu Marilena Chauí. São festas, emblemas, monumentos e comemorações, mas também louvações, arquivos, dicionários, museus, tudo o que possui alguma existência material ou ritualística e que remeta a uma memória comum, que confira coesão a um grupo, particularmente sob a capa do nacional.

A esses elementos de construção simbólica, Orlandi acrescenta enunciados, como os dos discursos fundadores, que ela define e exemplifica:

(...) aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido: diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, libertas quae sera tamen, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc.

São enunciados que ecoam (...) e reverberam efeitos de nossa história em nosso dia-a-dia, em nossa construção cotidiana de nossos laços sociais, em nossa identidade. (Orlandi, 2001, p.12)

Esse tipo de discurso tem a propriedade de projetar-se para frente e para trás, trazendo o novo para o permanente. A operação do imaginário que garante o efeito do familiar, do evidente, daquilo que sempre foi e sempre será, relaciona o discurso fundador com a idéia

de filiação. Significativamente, Orlandi exemplifica com a frase “Em se plantando tudo dá”, amplamente reconhecida como uma matriz de interpretação do Brasil, formulada a partir de uma adaptação de outra (“...querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo por causa das águas que tem”), que está na Carta de Caminha:

Esse enunciado ressoa em muitos outros, repercutindo sentidos variados no sentimento de brasilidade. Terra pródiga. Gigante pela própria natureza. Mas mal administrada, pilhada há séculos e que embora seja explorada continuamente não se esgota. (Orlandi, 2000, p. 14)

De fato, a partir desse discurso fundador são construídas outras interpretações, nas quais se desvelam as ideologias que alimentam todas elas, na construção de sentidos em nossa experiência social: da preguiça do brasileiro, de sua vocação natural para o desperdício e para a corrupção, até sua destinação para um futuro grandioso de fartura e riqueza; são todos discursos amplamente reconhecidos no cotidiano, que se filiam à frase presente (mesmo com formulação um pouco distinta) na Carta. Nesse processo de construção de sentidos, obliteram-se tanto o dado religioso, enfatizado por Caminha como sendo aquilo que de melhor a terra daria ao Reino português, quanto a decepção pela ausência dos metais preciosos tão almejados pela empresa ultramarina. Ocorre, portanto, uma seleção, já ideológica, do elemento da fertilidade da terra para a formação dessa tão conhecida matriz interpretativa acerca do Brasil.

Na invenção do Brasil, essa matriz de sagração da natureza tem vida longa, como atestam diversos exemplos no percurso do pensamento e da arte. Rocha Pita, em 1730, associava claramente o Brasil ao Paraíso, com uma natureza bela e exuberante como não se via “em nenhuma outra região” – com o céu “mais sereno”, “a mais bela aurora”, o sol de raios mais dourados, estrelas “benignas e alegres” (*apud* Chauí, 2000, p. 6). Uma natureza tão cheia de qualidades plásticas e espirituais que haveria de influenciar a tudo e todos, alimentando uma espécie de sagração de impressionante longevidade e constância.

Marilena Chauí analisa algumas das construções desse sentido, apontando o vínculo particular da “visão do paraíso” a que se refere Sérgio Buarque de Holanda com todo um arsenal mítico e religioso, já existente no imaginário ocidental antes de os portugueses aqui chegarem. O “Paraíso Terreal”, citado por Rocha Pita, encontra-

se na Bíblia, o que faz da “descoberta” do Brasil, tal como é descrita, também um ato produtor de semióforo para o Velho Mundo. Na verdade, o Novo Mundo assim se configura à medida que, do ponto de vista simbólico, as viagens de descoberta e conquista alargam o visível, atando-o a um invisível originário, o Jardim do Éden. No caso do Brasil, há ainda os ecos de outros discursos do mundo conhecido de então, que confirmam o mítico e paradisíaco:

Os escritos medievais consagram um mito poderoso, as chamadas Ilhas Afortunadas ou Bem-aventuradas, lugar abençoado, onde reinam primavera eterna, e onde homens e animais convivem em paz. Essas ilhas, de acordo com as tradições fenícia e irlandesa, encontram-se a oeste do mundo conhecido. Os fenícios as designaram com o nome Braaz e os monges irlandeses as chamaram de Hy Brasil. Entre 1325 e 1482, os mapas incluem a oeste da Irlanda e ao Sul dos Açores a Insula de Brazil ou Isola de Brasil, essa terra afortunada e bem-aventurada que a Carta de Pero Vaz de Caminha descreveu ao comunicar a El-Rei e o achamento do Brasil. (Chauí, 2000, p. 60)

Desse modo, mesmo a Carta integra uma tradição de discursos que no Velho Mundo fundaram dadas interpretações, inclusive aquelas que contribuam para justificar as conquistas nas dispendiosas e arriscadas viagens ultramarinas. Não é à toa que também Cristóvão Colombo, em carta enviada aos reis em 1501, relatando sua terceira viagem, afirma ter encontrado o Paraíso Terrestre, descrevendo-o cercado de uma muralha de montanhas e rios bravios, à semelhança do que consta das descrições imaginárias da Idade Média (Chauí, 2000, p. 61-2). Essas “visões do paraíso” impregnam as descrições de Colombo, como aponta ainda o próprio Sérgio Buarque de Hollanda, ao delinear os motivos edênicos que entraram em operação nas narrativas sobre as terras descobertas (Hollanda, 2000).

A idéia de um Novo Mundo, de fato, parecia preencher as lacunas de uma sociedade européia como a portuguesa que, segundo Raimundo Faoro, tinha de lidar com as muitas contradições e os ressentimentos advindos do projeto de poder de suas elites:

A aventura da Índia, as navegações de intermediação para o norte e o sul da Europa, ao tempo em que consumiam as ambições e as cobiças, deixavam, à borda da sociedade opulenta, uma larga faixa de espuma de pobres, desditados, ressentidos com a fácil riqueza alheia que mais lhe afrontava a miséria. Para esta gente, desprezada, faminta, esfarrapada, expulsa dos campos, não aquinhoada pelos nobres altivos ou pelos comerciantes retirados das navegações, desajustada nas cidades, para ela

era necessário, em favor da tranqüilidade de todos, um escoadouro. A visão paradisíaca, criada pelo grupo dominante, filtrada pela imaginação dos letrados, servia para calar os ódios guardados. Longe, em outros hemisférios, fora do caldeirão das cobiças, havia terras virgens, habitadas de bons selvagens, onde a vida se oferece sem suor, para a glória de Adão antes do pecado. (Faoro, 2001, p. 119)

Nesse sentido, compreende-se a presença, na descrição da colônia feita por Pero Magalhães Gândavo, dos acenos de uma vida relativamente fácil e, sobretudo, bem distante da pobreza que marcava amplamente a experiência dos excluídos da modernidade pós-medieval em terras portuguesas:

Os mais dos moradores que por estas capitánias estão espalhados, ou quase todos, têm suas terras de sesmaria dadas e repartidas pelos capitães e governadores da terra. E a primeira coisa que pretendem adquirir são escravos para nelas lhes fazerem suas fazendas: e se uma pessoa chega na terra a alcançar dois pares, ou meia dúzia deles (ainda que outra coisa não tenha de seu), logo tem remédio para poder honradamente sustentar sua família: porque um lhe pesca, e outro lhe caça, os outros lhe cultivam e granjeiam suas roças, e desta maneira não fazem os homens despesa em mantimentos com seus escravos, nem com suas pessoas. (...) Esses moradores todos pela maior parte se tratam muito bem, e folgam de ajudar uns aos outros com seus escravos, e favorecem muito os pobres que começam a viver na terra. Isto geralmente se costuma nestas partes, e fazem muitas outras obras pias, por onde todos têm remédio de vida e nenhum pobre anda pelas portas a mendigar como nestes reinos. (Olivieri & Villa, 2000, p. 123)

As bases da sociedade senhorial e escravocrata, que dominará o Brasil posteriormente, estão claramente descritas como as grandes vantagens da nova terra. A solidariedade com os que estão começando e as vastas possibilidades de viver bem pela via da exploração vantajosa do trabalho escravo, fornecem as condições para que todos tenham alguma chance e ninguém precise mendigar. A condição de colono, mesmo que despossuído e recém-chegado, soa, portanto, como antípoda daquele português condenado a contemplar, da janela da miséria, a prosperidade dos beneficiados pelo empreendimento comercial das navegações.

E assim esse Brasil-jardim, Brasil-paraíso, vai se espalhando por inúmeras manifestações sociais e culturais: na literatura ufanista, na letra do Hino Nacional, na explicação escolar das cores da bandeira, do auriverde pendão de nossa terra. Bem acomodada no mítico identificado pela natureza, a invenção do Brasil encontra facilidade

de livrar-se de dados incômodos históricos, tais como a escravidão, que muito tardiamente começa a ser sublinhada como traço formador (e, significativamente, nunca fundador) do país.

A consciência acerca desse processo de fundação aparece, com maior ou menor grau, no curso de nossa trajetória intelectual e artística. Parte significativa do movimento parodístico do nosso primeiro Modernismo, por exemplo, estará claramente assentada no questionamento dos mitos fundadores do Brasil, expostos, então, a uma contundente revisão crítica.

Mas na contemporaneidade, as matrizes que compuseram essa comunidade imaginada parecem estar em xeque, mas por outros motivos, pois sua dissolução parece se dar juntamente com o discurso crítico que delas fez seu objeto. De fato, no questionamento empreendido pelo discurso pós-moderno, a própria identidade nacional – problema que constitui o cerne dessas construções e desconstruções – encontra-se abalada pelo olhar desconfiado que se lança sobre a modernidade, fenômeno em que se insere o nacional. E dessa modernidade, sem dúvida, participa todo o aparato crítico construído pelos pensadores dos séculos XIX e XX, que propuseram modelos de interpretação da realidade, vistos agora, por alguns, como inadequados a uma realidade volátil como a contemporânea.

Este, sem dúvida, é um aspecto que explica, em grande medida, por que, em fins do século XX, em um momento reconhecido como de crise do sujeito e de suas formas de pertencimento, as narrativas que ainda tematizam o nacional o façam seguindo por caminhos diversos, via de regra buscando elementos da miúda experiência cotidiana ou realizando o pastiche do nacional.

Nesse contexto, Ronaldo Lima Lins publica o livro *Jardim Brasil: conto*, que retoma o mote do nacional com os instrumentos da contemporaneidade, estabelecendo um diálogo feito de tensão e ruína com esse discurso fundador. Como elemento formal estruturador, todos os capítulos se iniciam com fragmentos da Carta de Caminha pondo, lado a lado, duas temporalidades distintas de um mesmo Brasil. E no curso das reflexões e evocações de Leocádio Banao (personagem principal) e seus companheiros de viagem, vários outros tempos se cruzam incessantemente.

De saída, as citações da Carta presentificam uma viagem tida como inaugural. Afinal, ela é o documento consagrado como testemunho da expedição ultramarina que nos teria dado condição de existência “moderna”, na perspectiva ocidental, européia. A partir daquele momento, o território passava a existir como colônia de um Estado europeu, integrando o projeto, já com ares modernos, do expansionismo mercantil.

No título, a idéia do “Jardim”, por sua vez, remete a uma cadeia de percursos. Se resgata a utopia do edênico, do paradisíaco, e a seu caráter perene, também se agrega, de modo indissociável, no relato bíblico, um movimento de saída, metaforicamente a viagem do homem rumo à sua própria historicidade e, conseqüentemente, à finitude.

No que tange à categoria de tempo, há de se notar que a dialética entre o perene e o histórico – expressa pela superposição entre a utopia edênica e o Brasil, território historicizado pelo batismo da colonização – reproduz-se e desdobra-se em outros elementos do texto. No emprego polissêmico, por exemplo, do vocábulo “conto”, feito no título, pode se fazer uma associação com características definidas e distintas no tempo. De fato, se a leitura do texto conduz à possibilidade de se tratar de processo verbal situado no tempo presente, há também, formalmente, a identidade com um substantivo designador de modalidade de construção ficcional ou de resultado da ação de contar. A clássica distinção entre o caráter estático dos nomes e o dinâmico, processual, dos verbos, inscrita nos domínios da temporalidade, indicia uma tensão narrativa que perpassará todo o texto.

Assim, ao já contado pela Carta, apropriado e remoldado por larga tradição ideológica, segue-se o contar de uma existência individual e social em curso. A vivência da catástrofe contemporânea nas searas urbanas do Brasil nos anos 90 choca-se com o sentido político da visão “natural” e positiva que, via de regra, foi impressa à leitura do texto de Caminha.

No mesmo âmbito da viagem pela modernidade histórica e cultural, é importante ainda dar destaque às duas modalidades de prosa envolvidas nessa interprojeção entre a Carta e a narrativa. Se no plano mais estrito do conteúdo ou da visão sobre o Brasil, a história narrada e os fragmentos da Carta parecem conviver em estado de

permanente tensão, conforme adiante se verá, também a chamada crônica de viajantes e o romance são indissociáveis das condições históricas e culturais em que se afirmaram.

No esteio das expedições ultramarinas, das luzes, de um expressivo progresso técnico, do impulso expansionista, o que se denominou genericamente de literatura de viagens não só expressava, no geral, a ideologia mercantilista, como voltava-se para um desejo de conhecimento de novos espaços conquistados, apoiando-se em formas narrativas e descritivas já presentes na Antiguidade e Idade Média (Saraiva & Lopes: s/d, p. 305-315). É significativo, nesse sentido, que a Carta pertença a uma época cultural imediatamente anterior a *Os Lusíadas*, grande realização da épica portuguesa – inspirada exatamente nos feitos ultramarinos –, mas que, ao mesmo tempo, representava um dos últimos suspiros desse gênero literário, em um mundo que já então se projetava aceleradamente rumo a novos valores e nova ordem econômica.

Em *Jardim Brasil*, revela-se um deslocamento: a matéria épica das navegações, presente nos fragmentos da Carta, convive com a versão algo solitária da experiência histórica de Leocádio. Assim, a memória evocada, que outrora dera origem ao canto épico, convive com o desenrolar do “conto”, narrativa singularizada de uma vivência fragmentária. Essas duas modalidades de discurso literário mantêm entre si uma relação constante de remissão e desconstrução, que parece guardar semelhança com o próprio movimento moderno em seu tenso convívio com as tradições, conforme nos apontara Walter Benjamin (1995).

Também outros períodos da história do Brasil compõem um dos importantes percursos da narrativa. Muito para além de um pano de fundo para as desventuras do personagem, a era Vargas, a violência da corrida armamentista, a ditadura militar, os simulacros da era Collor, todos são vivências que comparecem à viagem de Leocádio na sua condição de homem comum. De fato, se Leocádio não foi, a rigor, protagonista importante de nenhum dos episódios históricos narrados, a circulação desses tempos pelos meandros da narrativa revela-se harmônica em relação à estrutura de superposição da Carta com a vida contemporânea do personagem. Ou seja: todos esses tempos se encontram na vida presente daquele Banao que experi-

menta, no final do século XX, as ruínas produzidas pelo fenômeno moderno, no geral, e pelo atravancado processo de modernização do Brasil, em particular.

Em uma leitura benjaminiana, é possível interpretar que a narrativa, ao debruçar-se sobre essas ruínas do presente, fixa seu olhar sobre a catástrofe de um passado que, na trilha do inconcluso fenômeno da modernidade, produziu graves desequilíbrios, ainda que sob o manto do progresso e da grandeza nacional. O narrador de *Jardim Brasil*, a certa altura, fornece uma pista desse caminho de interpretação, na constatação do desespero do personagem: “Seriam bons aqueles tempos? Não. Nunca se referia assim ao passado. O antes confirmava o agora, não oferecia alternativas. O adiante, como o antes e o agora, repetiria, com certeza, o que já se pensava.” (Lins, 1997, p. 11)

Na evocação lacunar dos elementos do passado, a narrativa de *Jardim Brasil* assume os contornos de um eixo paradigmático entre tempos e espaços que, mesmo separados pelas regras do historicismo, parecem à representação de fenômenos sociais que vêm há muito acompanhando o homem moderno em sua jornada, povoada de impasses e problemas os quais, por sua vez, em muito vão alimentar sua tradição cultural, universo incessantemente trazido à tona no romance.

Nesse diálogo, as muitas dicções dessa comunidade imaginada chamada Brasil convivem nas configurações de uma crise que atinge também o discurso fundador, apontando para o vazio de uma experiência periférica que se constrói não só pelos seus elementos materiais (ou infra-estruturais), mas também das muitas dimensões simbólicas que se cristalizaram no imaginário das invenções e reinvenções do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas* (vols. I, II e III). Trad. José Carlos Barbosa et al. São Paulo: Brasiliense, 1995.

CAMINHA, Pero Vaz de. *Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil* (texto integral). São Paulo: Martin Claret, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso*. Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Col. Grandes nomes do pensamento brasileiro)

LINS, Ronaldo Lima. *Jardim Brasil: conto*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

OLIVIERI, Antônio Carlos & VILLA, Marco Antônio (org.). *Cronistas do descobrimento*. São Paulo: Ática, 2000.

ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SARAIVA, Antônio José & LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 12ª ed. cor. e atual. Porto: Porto Editora; Lisboa: Liv. Arnado; Coimbra: Emp. Lit. Fluminense. s/d.

DIFERENÇA, TRAÇO E INSCRIÇÃO: DERRIDA E A ESCRITURA COGNITIVA DO MUNDO

Carlos Alvarez Maia (UERJ)
alvarez@iis.com.br

INTRODUÇÃO

O escopo deste trabalho abarca as áreas de história, epistemologia e linguagem. Exploram-se aqui os conceitos derridaianos de “diferença”, “traço”, “inscrição” e “escritura” para compreender como o processo cognitivo sobre o mundo que nos cerca é constituído por uma linguagem-escritura. Diremos, “o mundo é uma escritura”, uma tradução menos prosaica daquela declaração extraída do *linguistic turn* de que “tudo é texto”.

Entretanto, ainda que se olhe o mundo como escritura, matizamos aqueles exageros relativistas em que a realidade do mundo é dada tão somente por um jogo de palavras descoladas de uma experiência empírica nesse mundo, típica do realismo.

Contra a compreensão de que o conhecimento decorre de um produto mental apreendido de uma realidade objetiva exterior ao sujeito, um sujeito passivo, apresenta-se uma proposta construtivista na qual o sujeito participa ativamente – sem que com isto entremos em um relativismo solipsista. Aqui, o diferencial dá-se por duas considerações:

1 – o sujeito que conhece é histórico, isto é, o sujeito não está isolado, mas encontra-se situado em um universo discursivo através do qual olha, percebe e interage com o mundo; um universo discursivo que o constitui como sujeito em coletivos de pensamento e ação;

2 – os objetos do mundo são igualmente agentes ativos por atuarem sobre os sujeitos através de sensibilizações. A sensibilização de um sujeito é a capacidade desse sujeito de reagir à presença objetual e marca aquilo que Derrida nomeou como *affection*.

No esquema proposto, sujeito e objeto interagem entre si e, assim, desfazem o clássico modelo epistemológico que considera sujeito e objeto independentes. Especialmente para a disciplina Histó-

ria, tal arranjo responde ao desafio da sua “crise” contemporânea de paradigmas.

A CRÍTICA À COMPREENSÃO REALISTA.
DESFAZENDO-SE DE UM PADRÃO
PARA O ATO DE CONHECER

O ato de conhecer segue um procedimento padrão segundo a compreensão realista de nosso senso comum e que também abastece as correntes cientificistas usuais. Pensa-se na total separação entre sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. O objeto configura um elemento do Real que será desvendado pelo sujeito. O suposto ato de conhecer aproxima-se de uma **descoberta** realizada por esse sujeito. O sujeito descobre o Real ao detectar a existência de um objeto desse mundo Real e essa descoberta torna-se **instituída** socialmente via a **nomeação** que o sujeito lhe dá. O sujeito lhe fornece uma palavra **significante** e em seguida busca precisar o seu **significado**. Esta vinculação entre o significante e o objeto parece evidente e constitui a **referência** daquele significante. Assim se estabelece o trinômio significante-significado-referente – uma representação do Real descoberto – associado à coisa, ao objeto.

Essa descrição típica e aparentemente simples mascara diversas e complexas questões. Dessas, uma das mais preocupantes em sua perversão ontológica é a idéia simplista de descoberta, descoberta de um objeto novo, um ente. Em Derrida, a alternativa para vencer o embaraço metafísico nessa corrupção realista passa por entender e aplicar o conceito de **traço**; um traço **imotivado**, enfatiza Derrida, isto é, um traço de algo porém sem um *a priori* ontológico. Afinal, o traço não é o ente – “é preciso pensar o traço antes do ente” –, o que se explicita justamente por seu caráter imotivado.³¹

³¹ “É por isso que o movimento de “imotivação” passa de uma estrutura a outra quando o “signo” atravessa a etapa do “símbolo”. (...) Sem remeter a uma “natureza”, a imotivação do traço *veio-a-ser*. Para dizer a verdade, não existe traço imotivado: o traço é indefinidamente seu próprio *vir-a-ser* imotivado. Em linguagem saussuriana, seria necessário dizer, o que Saussure não faz: não há símbolo e signo e sim um *vir-a-ser-signo* do símbolo.

Assim, não seria preciso dizê-lo, o traço de que falamos não é mais *natural* (não é a marca, o signo natural ou o índice no sentido husserliano) que *cultural*, não mais físico que psíquico,

A equação derridaiana é particularmente eficiente para desfazer os equívocos do realismo ingênuo que proliferam em nosso cotidiano e que também grassam nos relatos científicos. Examinemos um “acontecimento”, uma descoberta da paleontologia, noticiada pela agência AFP:

Uma antiga mandíbula de uma espécie de símio descoberta em 2005 seria muito próxima do último ancestral comum dos gorilas, chimpanzés e humanos, indicou um estudo divulgado nesta segunda-feira. O fóssil, de 10 milhões de anos e completo, com 11 dentes, **foi encontrado** em depósitos de terreno vulcânico na região de Nakali, no Quênia, por uma equipe de pesquisadores japoneses e quenianos. Os cientistas afirmam que a descoberta preenche uma espécie de “vácuo” no registro de fósseis, e desafia uma das suposições vigentes sobre a evolução dos primatas. Estudos genéticos sugerem que os humanos e os grandes símios evoluíram separadamente a partir de um ancestral comum, há cerca de 8 milhões de anos, mas os **paleontólogos vêm se esforçando** para encontrar fósseis dos ancestrais dos grandes símios da África moderna dos últimos 13 milhões de anos. (...) Além dessa nova espécie do Quênia de símio antigo, chamado de **Nakalipithecus nakayamai**, recentemente foram encontradas evidências de outro antigo símio africano. (grifos meus)³²

Este relato parece inquestionável em sua clareza e precisão. Uma nomeação é feita para identificar o objeto descoberto, *Nakalipithecus nakayamai*. Não há dúvidas. O paleontólogo Nakayama encontrou-descobriu o fóssil em terras vulcânicas de Nakali. Porém, com Derrida há detalhes outros nessa descoberta. O paleontólogo já foi a Nakali preparado para descobrir algo. Ele observava o solo e percebeu que se tratava de uma mandíbula incrustada no material vulcânico. Pergunta derridaiana: como ele identificou o que era a mandíbula em relação ao material vulcânico que a circundava? Perscrustações derridaianas: mas era evidente o contorno dessa mandíbula no solo? Um leigo veria essa mandíbula destacando-se do material vulcânico? Como se deu exatamente o ato de descoberta?

Certamente um leigo não teria essa percepção e essa foi a razão para o doutor Nakayama ir ao Quênia. Olhos treinados em paleontologia. Olhos que sabem ver, perceber e destacar o contorno de

biológico que espiritual. É aquilo a partir do qual um vir-a-ser-imotivado do signo é possível e com ele, todas as oposições ulteriores entre a *physis* e seu outro.” (Derrida, 1999, p. 58) Corrigi o erro de tradução na Gramatologia, usei “traço” em vez de “rastros”, como é usual nas demais publicações de Derrida.

³² Ver o site: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI2068979-EI295,00.html> com a notícia: “Novo fóssil de símio desafia teoria da evolução”.

um fóssil embutido em um material geológico. Olhos que podem detectar as pequenas diferenças entre os dois tipos de matéria.

Mas, diz Derrida: “é preciso pensar o traço antes do ente”. O traço do fóssil somente pôde ser percebido pelo paleontólogo na contraluz das diferenças já instituídas – um traço decorre do solo vulcânico e outro traço diferente é emitido pelo fóssil, para o olhar treinado de Nakayama. O paleontólogo pôde detectar essas diferenças que já estão instituídas em seu campo de saber: a aparência sensorial do que é um fóssil e do que é resíduo vulcânico. Assim, o paleontólogo pôde ver um contorno que identifica a mandíbula onde um leigo veria somente variação de tons cinzentos em uma massa amorfa de solo vulcânico. Esse é o mérito de Nakayama: ele pode detectar o traço. Pode associar àquele traço um significante: mandíbula fóssil. Nessa associação é que Nakayama produz a **referência** do significante e dá um sentido ao que designou como fóssil. “O traço é verdadeiramente a origem absoluta do sentido em geral.” (Derrida, 1999, p. 79) Diz, hipoteticamente, Nakayama: “isto é uma mandíbula”. Nesse percurso, o traço se transforma em uma **inscrição** e constitui a escritura das percepções de diferenças que ganham um sentido.

“O traço é a diferença que abre o aparecer e a significação.” (Derrida, 1999, p. 80) Antes do traço ganhar notoriedade no significante designado por Nakayama ele não possui significado algum, ainda não se tornou o **ente** que adentrará na ontologia: uma mandíbula fóssil. Afinal, o traço emerge e afeta o sujeito em sua diferença instituída e recebe sua inscrição enformada por essa diferença, pois é a diferença que “funda a oposição metafísica entre o sensível e o inteligível, em seguida entre significante e significado, expressão e conteúdo etc.”.³³

³³ “Portanto, não se trata aqui de uma diferença constituída, mas, antes de toda determinação de conteúdo, do movimento puro que produz a diferença. O *traço (puro)* é a *diferença*. Ela não depende de nenhuma plenitude sensível, audível ou visível, fônica ou gráfica. É, ao contrário, a condição destas. Embora *não exista*, embora não seja nunca um *ente-presente* fora de toda plenitude, sua possibilidade é anterior, de direito, a tudo que se denomina signo (significado/significante, conteúdo/expressão, etc.), conceito ou operação, motriz ou sensível. Esta diferença, portanto, não é mais sensível que inteligível, e ela permite a articulação dos signos entre si no interior de uma mesma ordem abstrata – de um texto fônico ou gráfico, por exemplo – ou entre duas ordens de expressão. Ela permite a articulação da fala e da escritura – no senti-

O traço ocorre como percepção que se evidencia no contraste entre as diferenças e se institui na escritura que inscreve um sentido. Assim o traço entra no vir-a-ser “inscrição” situado dentro de um determinado conjunto já instituído de saberes – afinal necessita-se de um paleontólogo que defina o que é fóssil, mandíbula etc. A paleontologia é a gramática na qual o traço recebe seu batismo como um significante. A paleontologia é o conjunto já instituído de traços-inscrições, é o estilo de pensamento fleckiano que se apresenta como uma escritura do mundo fundada em traços (Ludwik, 1979). O traço sempre será percebido – insisto, e somente será percebido – na gramática e no léxico já instituídos nos diversos estilos de pensamento. Assim se dará significação ao traço e o traço invade a realidade histórica. O traço – do Real – estará assim inscrito como significante na realidade, historicamente constituída.

Se o traço, arquifenômeno da “memória” que é preciso pensar antes da oposição entre natureza e cultura, animalidade e humanidade etc., pertence ao próprio movimento da significação, esta está *a priori* escrita, que se a inscreva ou não, sob uma forma ou outra, num elemento “sensível” e “espacial” que se denomina exterior.

(...) este traço é a abertura da primeira exterioridade em geral, a enigmática relação ao vivo com seu outro e de um dentro com um fora: o espaçamento. (Derrida, 1999, p. 86/87)

Quando o paleontólogo nomeou aquele traço com a inscrição literal do nome próprio “*Nakalipithecus nakayamai*” ele instituiu um ente, ontologizou o traço e deu-lhe motivo – o traço imotivado entrou no vir-a-ser inscrição, veio a ser um ente-sujeito. O nome próprio é “a denominação única reservada à presença de um ser único”. (Derrida, 1999, p. 134) A nomeação institui um “funcionamento numa classificação e num sistema de diferenças, numa escritura que retém os traços de diferença”. (Derrida, 1999, p. 134/135) Nessa ontologização do traço fez-se um sujeito, um sujeito na história, sujeito à história – e assim o traço ganha historicidade. Uma historicidade explícita no relato da AFP: “Uma antiga mandíbula de uma espécie de símio descoberta em 2005 seria muito próxima do último ancestral comum dos gorilas, chimpanzés e humanos, indicou um estudo di-

do corrente – assim como ela funda a oposição metafísica entre o sensível e o inteligível, em seguida entre significante e significado, expressão e conteúdo etc.” (Derrida, 1999, p. 77)

vulgado nesta segunda-feira. O fóssil, de 10 milhões de anos e completo, com 11 dentes ...”

Aquilo que o mundo é depende da sua escritura. A ontologia do mundo é a sua escritura. Antes dessa escritura somente há traços, imotivados. O traço ganha motivo no seu vir-a-ser inscrição. O seu motivo de ser: uma mandíbula fóssil. O seu motivo é alcançado na situação de escritura, como texto – em geral: texto mais-que-literal. O que alimenta aquele mote relativista: “tudo é texto”.

Sim, “tudo é texto”, mas sem a contaminação esquizofrênica, sem alucinar o empírico – como se fosse uma escrita ficcional independente dos objetos designados. A escritura constitui a realidade histórica, mas sempre edificada sobre os traços que emergiram do Real. Afinal, o próprio texto possui um fundamento empírico. O que efetivamente sepultamos nesse embate é a idéia de uma linguagem como estrita produção mental, como mera comunicação de idéias entre sujeitos. Nossa compreensão advoga uma noção derridaiana de escritura que decorre da interação com as coisas do mundo, modelada por inscrições.

O traço – em seu vir-a-ser inscrição – advém na realidade historicamente instituída. E são as inscrições que fundam a história e assim constituem a realidade na qual vivemos. Uma realidade forjada em inscrições, por inscrições. Esse é o **realismo construtivo** que ultrapassa o anacrônico e ingênuo realismo cientificista. Estamos em uma realidade histórica inaugurada não pela escrita literal, fonológica e logocêntrica, mas, sim, pela escritura das inscrições. São inscrições materiais de sentido. Inscrições que dão historicidade ao mundo. Fornecem motivo – histórico – aos traços imotivados.

Que a própria historicidade está ligada à possibilidade da escritura em geral, para além destas formas particulares de escritura em nome das quais por muito tempo se falou em povos sem escritura e sem história. Antes de ser objeto de uma história – de uma ciência histórica – a escritura abre o campo da história – do devir histórico. E aquela (Historie, diríamos em alemão) supõe este (Geschichte).³⁴

³⁴ Os tradutores de Derrida incluíram a seguinte nota explicativa (Derrida, 1999, p. 28): “Nota de Carneiro Leão sobre História-Historiografia (Geschichte-Historie): ‘Em geral a língua alemã tem duas palavras que se usam promiscuamente ‘Geschichte’ e ‘Historie’. ‘Geschichte’ provém do verbo ‘geschehen’ (= acontecer, dar-se, processar-se), e significa o conjunto dos aconteci-

A ciência da escritura deveria, portanto, ir buscar seu objeto na raiz da cientificidade. A história da escritura deveria voltar-se para a origem da historicidade. (Derrida, 1999, p. 34)

Nesse realismo construtivo – que sustenta a realidade histórica – o Real jaz mais além. Imotivado. E nós? bem, nós simplesmente habitamos a **semiosfera**, como diz Iuri Lotman. Estamos capturados pela palavra, integramos o espaço da realidade histórica. Entretanto não nos é permitido desconhecer os traços que explodem no Real, que emergem do Real e invadem nossa realidade como traços imotivados. São eles que constituem a tessitura material do mundo em um fluxo permanente de inscrições. Enfim: “toda experiência é feita somente de traços” (Bennington, 1996, p. 86)

CONCLUSÃO

Não é mais possível pensar-se que as palavras se conectam de maneira direta às coisas, como se decorresse de uma lógica interna estrita às palavras que estabeleceriam seus significados. O trio encaixado significante-significado-referente foi desfeito, está refeito em outras bases. O referente – a coisa do mundo – designado univocamente e de forma absoluta por um significante tornou-se uma ilusão perdida. Há necessidade de um sujeito imerso em um estilo de pensamento para que tal designação de referência se dê. O significante depende dos demais significantes já instituídos.

Além disso, a própria narrativa realista é questionada. Hayden White é um dos autores seminais que causa uma inflexão compreensiva ao abalar a certeza dos discursos estarem se referindo diretamente ao mundo, sem recurso à alguma mediação. “Há aspectos ficcionais nas narrativas”, diz-se em tom de ironia crítica. A história

mentos humanos no curso do tempo. ‘Historie’ de origem grega através do latim, é a ciência da ‘Geschichte’. Em sua filosofia Heidegger distingue rigorosamente as duas palavras e entende. A partir de sua interpretação da História do Ser, ‘Geschichte’ dialeticamente como a iluminação da diferença ontológica. Daí poder falar em ‘Geschichte’ do ente e em ‘Geschichte’ do Ser. Traduzimos ‘Historie’ por historiografia e ‘Geschichte’ do ente por história com minúscula e ‘Geschichte’ do Ser por História com maiúscula.” (retido de Heidegger. Introdução à metafísica. Tradução de Carneiro Leão. Tempo Brasileiro: Rio, 1969, p. 77-78)

particularmente está hoje ainda mergulhada em uma crise: “qual a diferença entre o texto histórico e o ficcional?”, pergunta-se.

Há, nessa crise, a presença de uma ingênua perspectiva realista que fomentou a oposição entre os termos “ficção” e “realismo histórico”. Para aqueles historiadores contaminados pelo realismo torna-se inaceitável pensar a história fora de seus antigos cânones de certezas. Esses historiadores se encontram em desamparo ante o momento contemporâneo das pesquisas, assombrados por anacrônicas fantasmagorias relativistas. Para eles, certamente há crise. Sim, mas é uma crise desses historiadores e não do pensamento histórico. No cenário do realismo construtivo, a história avança serenamente sobre territórios outrora turbulentos, agora apaziguados, pelo entendimento de Derrida.

BIBLIOGRAFIA

Agência AFP – site que reproduz a notícia, retida em dezembro 2007: <http://noticias.terra.com.br/ciencia/interna/0,,OI2068979-EI295,00.html>.

BENNINGTON, Geoffrey e DERRIDA, Jacques. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FLECK, Ludwik. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

LOTMAN, Iuri. *La semiosfera*. Madrid: Cátedra, 1996, 3 v.

LUDWIK, Fleck. *Genesis and development of a scientific fact*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Edusp, 2001.

DISCURSO JURÍDICO, ARGUMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE UM DIREITO

Isabel Cristina Rodrigues (UERJ)

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo apresentar algumas reflexões feitas com o propósito de analisar questões relativas ao direito de greve de funcionários públicos, focalizado aqui como alvo de polêmicas discursivas. Apesar de tratar-se de direito garantido na Constituição Federal, ainda não foi regulamentado por leis complementares, conforme exigido por esse dispositivo. Tal fato tem propiciado sérias controvérsias no que tange à proteção do exercício desse direito para aqueles que decidem pela greve, como forma de luta por melhores condições de trabalho no serviço público.

A escolha desse tema alia dois interesses que começamos recentemente a desenvolver em pesquisa³⁵, a saber: 1) um relacionado propriamente a um referencial teórico, no caso, os estudos de base enunciativo-discursiva, mais especialmente, a configuração dos discursos jurídicos, entendidos como prática social (Maingueneau, 1993); e 2) outro voltado para uma dada temática, no caso, a concepção de direito num Estado burguês, considerando os contornos histórico-políticos contemporâneos. Esses dois pólos orientaram as reflexões que ora apresentamos e que representam apenas balizas iniciais da análise referida.

GREVE: UM DIREITO FUNDAMENTAL

Em 2006, docentes, funcionários técnico-administrativos e estudantes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) realizaram uma greve de 03 de abril a 26 de junho, marcada pela grande dificuldade de interlocução com o poder executivo, que se negou a

³⁵ Nosso espaço de interlocução para o desenvolvimento deste trabalho é o "Seminário Temático em Análise do Discurso", disciplina do Programa de Pós-graduação em Letras da UERJ, coordenado pelos professores Décio Rocha, Del Carmem Daher e Vera Sant'Anna.

receber o movimento para discussão de pauta mínima de reivindicação, além de determinar a suspensão da folha de pagamento. Esse impasse em relação ao corte nos salários foi deflagrado no mesmo dia em que a greve teve início – por meio de um ofício da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado (SECTI), enviado à Reitoria, informando a ciência da greve e a decisão de suspender os salários – e atingiu seu ápice quase dois meses depois, com a concretização do corte, sem que nenhuma solicitação fosse antes feita ao Poder Judiciário de um parecer sobre a abusividade ou não do movimento.

Em face a essa conjuntura, considerou-se como possivelmente a maior conquista da greve o deferimento pelo Tribunal de Justiça de um mandado de segurança contra a suspensão dos salários. Essa decisão, inédita nos termos em que foi conduzida pelo Poder Judiciário, foi avaliada pelo movimento como um importante ato de defesa do direito de greve dos servidores públicos do país. Tal avaliação parece apontar para um estatuto precário de um direito cuja efetividade, apesar da legalidade, mostra-se frágil.

A fim de registrar essa conquista, o sindicato dos docentes – ASDUERJ (Associação de Docentes da UERJ) – publicou, um mês depois do fim da paralisação, um boletim especial intitulado “Greve: um direito fundamental”, reunindo treze documentos relativos ao assunto, que circularam ao longo do período de greve. Veja na tabela seguinte um sumário desses textos.

Não pretendemos neste momento propor uma análise desses textos, mas somente chamar atenção para a atitude do poder público que age como se não estivesse em curso o exercício de um direito constitucional. Nota-se também a postura de ingerência, a despeito da autonomia universitária, presente na nota dirigida à comunidade da UERJ (texto 4).

Além desses documentos, o boletim contém prefácio assinado por Rodrigo Lychowski, professor assistente de direito do trabalho da UERJ, apresentação da associação dos docentes, intitulada “Uma questão de justiça”, e um cronograma do andamento dos processos no TJ e no STF. O texto de prefácio corrobora o que já foi mencionado sobre a avaliação geral da greve e expõe controvérsias que cercam esse direito:

Texto	Autor	Destinatário	Data	Tipo	Conteúdo
1	ASDUERJ	Reitoria	30/3/06	ofício	informar início da greve por tempo indeterminado a partir de 03/4/06
2	SECTI	Reitoria	03/4/06	ofício	informar ciência da greve comunicada pelo reitor e decisão de suspender o pagamento de salários
3	SECTI	SARE ³⁶	12/4/06	ofício	recomendar suspensão de repasse de recursos para pagamento de salários
4	SECTI	Comunidade da UERJ	18/5/06	nota	orientar servidores que informem "normalidade" de sua situação para que possam receber seus salários
5	SARE	Reitoria	24/5/06	ofício	informar suspensão de salários sem frequência comprovada
6	CONSUNI ³⁷ UERJ	Comunidade	24/5/06	nota	manifestar indignação face à nota da SECTI de 18/5/06
7	assessoria jurídica da ASDUERJ	TJRJ ³⁸ 17ª Câmara Cível	05/6/06	mandado de segurança coletivo	pedir concessão de medida liminar contra ato da SARE que autorizou corte de salários
8	TJRJ	ASDUERJ	08/6/06	decisão judicial	conceder medida liminar garantindo pagamento dos salários
9	STF ³⁹	Procuradoria do Estado do RJ	12/6/06	decisão judicial	indeferir pedido de suspensão da liminar do TJRJ solicitado pelo Governo do RJ
10	Procuradoria do Estado do RJ	TJRJ	14/6/06	ofício	solicitar quadro de filiados da ASDUERJ e do SINTUPERJ ⁴⁰ para liberar seus salários
11	TJRJ	SARE	21/6/06	intimação	exigir cumprimento de medida liminar
12	Ministério Público Federal (Procurador Geral da República)	STF	05/7/06	parecer	sugerir à ministra-presidente do STF deferir ação do Governo do RJ pela suspensão do mandado de segurança concedido pelo TJRJ
13	TJRJ	ASDUERJ	26/7/06	decisão judicial	confirmar liminar

³⁶ Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação

³⁷ Conselho Universitário

³⁸ Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro

³⁹ Supremo Tribunal Federal

⁴⁰ Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas Estaduais do Rio de Janeiro

... o direito de greve, apesar de polêmico, é um instrumento de pressão legítimo dos trabalhadores para forçar o empregador a atender as suas reivindicações...

... greve vitoriosa e especial, não só na esfera judicial, mas também na política, e que desempenhou um relevante papel para a efetivação do direito de greve dos servidores públicos.

... talvez pareça que nosso movimento paredista não foi vitorioso, porque as reivindicações salariais não foram atendidas.

Mas me parece que o ponto alto de nossa greve foi no âmbito judicial.

... ilegal é o ato do agente estatal que suspende o salário do grevista, eis que o não pagamento salarial representa a negação do direito de greve... (citando o desembargador Rogério de O. Souza, que concedeu a medida liminar contra o governo do Estado)

... as belas vitórias judiciais obtidas pela ASDUERJ contribuíram para que o Poder Judiciário reconheça que o direito de greve é um direito fundamental de qualquer categoria de trabalhador ou servidor, e que tal direito, por ser incontestável, independe de lei. (*Caderno ASDUERJ*, 2006, p. 1-2)

Na próxima seção, apresentaremos breves considerações sobre a relação entre direito e lei e sobre o papel do jurista, com base em artigo de Lucas (2006) e em concepções de nosso quadro teórico de pesquisa. Em que pese o fato de o autor da área jurídica, no qual estamos fundamentando essa seção, desenvolver suas idéias fortemente respaldado pelo viés teórico do que se denomina “hermenêutica filosófica”, não é esse fator que ganha destaque em nosso estudo. Recorremos a seu trabalho pela crítica que endereça à racionalidade jurídica tradicional, elemento que consideramos relevante nesta análise preliminar.

DIREITO E LINGUAGEM

A teoria jurídica é freqüentemente questionada por sua ação nem sempre orientada para a proteção/defesa dos direitos de todas as camadas da sociedade. Como teoria jurídica que sustenta um Estado de direito, cabe então a pergunta sobre que direitos estão em pauta. Segundo Lucas (2006, p. 18):

Não é necessário mais do que sensibilidade para perceber que existe um grande hiato entre as possibilidades reais / jurídicas de a Constituição

Brasileira constituir um país mais digno e a realidade de uma vida construída sem dignidade para a grande maioria dos cidadãos brasileiros.

Para o autor, nosso Direito é refém de uma cientificidade positivista, que desconsidera a sua historicidade e acredita na obtenção de resultados objetivos pela adoção de fórmulas e métodos de interpretação:

O que importa, desse modo, para a cultura jurídica dominante, é a sistematização, tipificação e organização das hipóteses normativas ... É por essa razão que somente os problemas padrões, aqueles reconhecidos pela sistematização dogmática, conseguem receber um tratamento mais ou menos suficiente do Direito, ficando os demais conflitos não rotulados, sobretudo os de *natureza coletiva*, sob a contingência de decisões jurídicas de circunstância. [grifo nosso] (*ib. id.*, p. 25-26)

Um aspecto que nos interessa em particular é certa concepção de linguagem, salientada pelo autor, que deriva dessa conjuntura. Uma concepção de linguagem também dissociada de sua historicidade:

Sujeito-jurista e objeto-Direito são colocados em espaços distintos, com o contato entre ambos ficando a cargo de um conjunto de teorias e concepções pré-elaboradas pelo conhecimento científico, processo no qual a linguagem é tomada apenas como um terceiro elemento que servirá como o “veículo de conceitos que carregam o sentido das coisas”²³. Nessa cultura jurídica dogmática, a linguagem é reduzida a um instrumento de sistematização de conceitos e enunciados jurídicos que servirão, única e exclusivamente, para viabilizar a comunicação formal entre os operadores do Direito. (*ib. id.*, p. 25)

O fato que pretendemos contrapor, ratificando a análise do autor, é que essa linguagem, apesar do entendimento da cultura que a sustenta, não só deriva da tradição que engendra a esfera jurídica, como também a constitui. Trata-se de uma compreensão da linguagem de natureza discursiva. Segundo Maingueneau:

[recusa-se] uma certa concepção da linguagem – aquela que a entende como um simples suporte para a transmissão de informações, em lugar de considerá-la como o que permite construir e modificar as relações entre os interlocutores, seus enunciados e seus referentes. É a própria noção de “comunicação lingüística” que, desta forma, é deslocada: o fato de que um enunciado supõe um enunciatador, um destinatário, uma relação com outras enunciações reais ou virtuais, que esteja atravessado pelo implícito, etc.; tudo isso não é uma dimensão que se acrescentaria posteriormente a uma estrutura lingüística já constituída, mas algo que condiciona radicalmente a organização da língua. (1993, p. 20)

Tomado em sua acepção mais ampla, aquela que ele tem precisamente na análise do discurso, esse termo [discurso] designa menos um campo de investigação delimitado do que um certo modo de apreensão da linguagem: este último não é considerado aqui como uma estrutura arbitrária, mas como a *atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados*. [grifo nosso] (2000, p. 43)

Pela definição de linguagem como atividade de sujeitos inscritos em contextos determinados, assumimos que os modos de organização social e os modos de organização dos textos relacionam-se de forma articulada. Como diz Maingueneau (1993, p. 60), “o sujeito inscreve-se de maneira indissociável em processos de organização social e textual”. Com base nesses pressupostos, assumiremos neste trabalho a definição de discurso presente em Rocha (2001, p. 1), como o “conjunto de regras de produção linguageira responsável pelo que pode/deve ser dito, apontando para um determinado modo de apropriação da linguagem socialmente constituído”.

Tais considerações nos colocam – ainda que reforçemos que esta análise seja apenas uma primeira abordagem ao objeto de pesquisa que propomos – indagações relativas à não regulamentação do direito de greve, quase vinte anos após a promulgação da atual Constituição. Os interesses em disputa numa sociedade de classes, os motivos de os outros poderes não terem ainda dispensado a devida atenção à regulamentação exigida, assim como a própria hesitação dos trabalhadores sobre as vantagens de ter esse direito regulamentado, são questões da ordem da organização social indissociáveis da organização lingüística que possa expressá-los, inclusive nas decisões contingenciais a que se vê obrigado o Poder Judiciário nas situações em que direito e lei entram em conflito.

A medida liminar concedida pelo desembargador Rogério de O. Souza, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, apresenta elementos que remetem a alguns pontos aqui destacados. Em especial, em seu texto, a racionalidade jurídica tradicional parece confrontada por uma argumentação que foge à normatização reinante, observe-se a própria delimitação do direito de greve:

O direito de greve não decorre, essencialmente, da Constituição ou da Lei; antes de qualquer texto escrito, tem grafado a sangue, ferro e fogo, nos Direitos Humanos, de natureza universal e insuscetível de apropriação reducionista por qualquer legislação nacional.

O direito de greve integra o rol de direitos fundamentais do ser humano enquanto agente produtor de riqueza. (*Caderno ASDUERJ*, 2006, p. 47)

A confirmação da liminar, feita um mês e meio depois por uma junta de desembargadores do mesmo tribunal, acrescenta:

Com efeito, afigura-se kafkiana a situação em que o sujeito de direito legítimo deve sofrer para o exercício pleno deste mesmo direito legítimo.

(...)

Revela-se, ao cabo e na realidade das coisas, como um verdadeiro não-direito, uma negação do próprio direito.

(...)

O que salta aos olhos é o fato de que a omissão persistente de quem, de direito, deve regulamentar a garantia constitucional, tem o condão adverso de tornar letra morta tal garantia. (*Caderno ASDUERJ*, 2006, p. 61)

Assim, a polêmica que se instaura em torno do direito de greve de servidores públicos, nesta situação particular, parece apontar para uma configuração discursiva diferenciada daquilo que estamos denominando de tradição jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este breve estudo teve por objetivo apresentar algumas reflexões iniciais de nossa pesquisa que se interessa pela configuração dos discursos jurídicos, entendendo-os como uma forma de ação do homem situada na história. Trata-se de um trabalho inserido numa determinada perspectiva discursiva de análise, como já salientamos.

Pela concepção de discurso em que se investe, faz-se necessária uma investigação dos outros domínios discursivos com os quais os textos jurídicos em pauta estabelecem fronteiras. Segundo Rocha (2003, p. 198):

... a noção de *discurso* que acolhemos só se deixa perceber em sua produtividade quando nos damos conta de que, seja qual for o critério que adotemos, a apreensão de uma dada identidade discursiva sempre estará referida a um conjunto de operações que consistem precisamente em delimitar tal identidade naquilo que a distingue de seu outro, naquilo que a singulariza enquanto marca de alteridade. Em outras palavras, *discurso*

e *interdiscurso* são noções que apenas por força de uma estratégia de “facilitação pedagógica” poderão ser dissociadas.

Assim, o espaço discursivo em que figura o conjunto de textos do campo jurídico de nosso interesse e sua rede de interação semântica assumem relevância: quais os caminhos de tentativa de regulamentação/legitimação do direito de greve dos servidores públicos? qual o percurso dos discursos oficiais relativos à greve citada, que tratam da suspensão de salário? e qual a polêmica instaurada em torno do papel dos três poderes nessa discussão? São questões que constituem os desdobramentos desta análise.

REFERÊNCIAS

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências da análise do discurso*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 1993.

———. *Termos-chave da análise do discurso*. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

———. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

———. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005.

———. *Cenas da enunciação*. Organização de Sírio Possenti e Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva. Curitiba: Criar Edições, 2006.

ROCHA, Décio. Dispositivos de inscrição do outro no discurso. Comunicação apresentada no 1º Círculo de Estudos da Linguagem – CELing. Rio de Janeiro, IL/UERJ, 2001 (mimeo).

———. *et alii*. Abordagens enunciativas em lingüística aplicada. In: HENRIQUES, C. C. (org.). *Linguagem, conhecimento e aplicação: estudos de língua e lingüística*. Rio de Janeiro: Europa, 2003.

SOUZA-E-SILVA, M. C. P. e FAITA, D. (orgs.) *Linguagem e trabalho: construção de objetos de análise no Brasil e na França*. São Paulo: Cortez, 2002.

LUCAS, D. C. Hermenêutica filosófica e os limites do acontecer do direito numa cultura jurídica aprisionada pelo ‘procedimentalismo metodológico’. In: LUCAS, D. C. e SPAREMBERGER, R. F. L.

(orgs.). *Olhares hermenêuticos sobre o direito: em busca de sentido para os caminhos do jurista*. Ijuí: Unijuí, 2006.

Documento

Greve: um direito fundamental. *Caderno ASDUERJ*, boletim especial, agosto de 2006.